

PESSOAS E FAMÍLIA



LINHA DE SEBENTAS



ae.fd.unl

associação de estudantes
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Índice

Direito das Pessoas.....	5
Introdução.....	5
Pessoa humana e direitos de personalidade	5
Personalidade colectiva.....	5
Situações jurídicas:.....	5
Exercício e tutela de direitos.....	10
Abuso do direito.....	10
Colisão de direitos	11
Ação direta	12
Legítima defesa	12
Estado de necessidade	13
Consentimento do lesado	14
Personalidade jurídica.....	14
Conceitos iniciais	14
Nascituros.....	15
Termo da personalidade	20
Desaparecimento – art. 68º/3.....	21
Direitos de personalidade	21
Liberdade de imprensa e direitos de personalidade.....	22
Registo civil em Portugal	24
Factos sujeitos a registo	24
Efeitos do registo.....	25
Vícios do registo	25
Atos de registo em especial:	26
Regime de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa.....	27
Proteção das crianças.....	29
Lei Tutelar Educativa – Lei 166/99 de 16 de setembro.....	30
Proteção dos idosos	31
Pessoas jurídicas.....	31
Cooperativas.....	32
Princípios fundamentais:.....	32
Elementos essenciais para a aquisição de personalidade.....	33

Direito das Pessoas e da Família

Desconsideração ou levantamento da personalidade jurídica:	33
Regime Jurídico	33
Associações	34
Reconhecimento normativo:.....	34
Número de contraentes:	34
Aplicação das normas gerais relativas ao negócio jurídico.....	35
Elementos mínimos:.....	35
Elementos eventuais (normas supletivas)	35
Estatutos:	36
Limitações à liberdade da associação:	36
Posição jurídica complexa – conjunto de situações jurídicas ativas e passivas:.....	36
Órgãos das associações.....	37
Extinção e efeitos da extinção de uma associação	45
Fundações	47
Reconhecimento das fundações – artigo 158º:	48
Constituição das fundações privadas.....	48
Alteração de estatutos	50
Extinção das fundações privadas	50
Fundações públicas	50
Capacidade de exercício e de gozo de direitos	51
Responsabilidade civil	51
Lei-Quadro das Fundações – lei nº24/2012, de 9 de julho	52
Estatuto de utilidade pública	53
Fundações privadas de regime especial.....	54
Associações sem personalidade jurídica e comissões especiais.....	54
Direito da Família	56
Introdução.....	56
A Família na Constituição da República Portuguesa	56
Fontes das relações jurídicas familiares.....	58
Características do Direito da Família.....	64
Filiação.....	66
Noção e modalidades.....	66
Estabelecimento da filiação, no caso de procriação através de ato sexual: maternidade e paternidade	68
Filiação Adotiva	73
Efeitos da Filiação.....	75

Direito das Pessoas e da Família

Deveres Paternofiliais	76
Responsabilidades Parentais.....	77
Exercício das Responsabilidades Parentais	80
Inibições e limitações ao exercício das responsabilidades parentais	83
Casamento	84
Requisitos do Casamento	86
Capacidade e impedimentos matrimoniais	87
Impedimentos dirimentes em particular	88
Impedimentos impedientes em particular.....	91
Formalidades do Casamento Civil	98
Efeitos Pessoais	99
Efeitos do casamento no campo do ativo patrimonial	105
Extinção do vínculo matrimonial.....	112
União de Facto	115

Direito das Pessoas

Introdução

Pessoa humana e direitos de personalidade

- Reconhecimento da personalidade constitui pressuposto lógico do direito.
- Quem é dotado de personalidade jurídica?
 - Artigo 66.º, n.º 1, do Código Civil: “A personalidade adquire-se no momento do nascimento completo e com vida”.
- Direitos absolutos (e não direitos relativos).
- Direitos irrenunciáveis.
- Será possível limitar os direitos de personalidade?
- Conceito de ordem pública.

Personalidade colectiva

- Direito civil reconhece personalidade às pessoas coletivas (princípio fundamental).
- Centros de uma esfera jurídica própria, com património próprio, distintos das pessoas (singulares ou coletivas) que as integram.
- Titulares de direitos e deveres.

Pessoa singular ou física ≠ Pessoa coletiva ou jurídica

Situações jurídicas:

Situações jurídicas ativas

Direitos subjetivos (≠ direito objetivo como conjunto de normas)

Direito das Pessoas e da Família

- “Poder conferido pela ordem jurídica a um sujeito para tutela de um seu interesse juridicamente relevante, isto é, merecedor da tutela do direito”:
 - Direitos comuns – corresponde um dever jurídico.

Direitos potestativos

- Exercer efeitos jurídicos na esfera de outrem independentemente da sua vontade (ex: formação de contratos - quem detém o direito potestativo é o destinatário da proposta contratual, porque ele tem o poder de aceitar ou recusar) - “Direito que se caracteriza por o seu titular o exercer por sua vontade exclusiva, desencadeando efeitos na esfera jurídica de outrem independentemente da vontade deste”; corresponde à situação jurídica passiva sujeição.

Direitos potestativos autónomos - não pressupõe qualquer relação anterior;

≠

Direitos potestativos integrados - nascem na esfera jurídica da pessoa, relacionados com uma relação anterior;

→ Com destinatário (destina-se a produzir efeitos em alguém) ≠ sem destinatário;

→ De exercício judicial (só pode ser exercido no tribunal) ≠ extrajudicial;

→ Constitutivos (constitui determinada situação jurídica), modificativos, extintivos;

- Exemplos de direitos potestativos:
 - Direito de aceitar uma proposta contratual → (direito autónomo, com destinatário, de exercício extrajudicial, constitutivo)
 - Direito de ocupação – artigo 1318.º do Código Civil → (direito autónomo, sem destinatário, de exercício extrajudicial, constitutivo)

Direito das Pessoas e da Família

- Direito de preferência - artigo 414º do CC - direito potestativo integrado, uma vez que pressupõe uma relação anterior relevante; pode ter duas fontes, legal ou contratual;

➔ **Direitos absolutos** - direitos que impõem a todos os outros sujeitos um dever geral de respeito, sendo assim oponíveis *erga omnes*, com os deveres correspondentes - direitos de personalidade, direitos reais (direito de propriedade – art. 1302º);

≠

➔ **Direitos relativos** (só produzem efeitos entre as partes, só podendo ser exercidos perante o sujeito passivo, que tem o respetivo dever – ex: direitos de crédito – direito ao cumprimento de um contrato).

Poderes

- “Disponibilidade de meios para a obtenção de um fim”; Está ligado ao direito subjetivo, o facto de eu poder exercer certos direitos, dá-me certos poderes também.
- Exemplo: poder de vender um bem, ligado ao direito de propriedade.

Faculdades

- Divergência na doutrina. Alguns autores equiparam poderes e faculdades, outros consideram que a faculdade é um conjunto de poderes. “Conjunto de poderes ou de outras posições ativas”.
- Exemplo: Faculdade de construir.
- Proteções reflexas ou indiretas - Situação jurídica ativa que corresponde a um dever que não vise a proteção direta do seu titular. Exemplo: Prática comercial

Direito das Pessoas e da Família

desleal (a lei que as proíbe protege diretamente o consumidor e indiretamente os concorrentes)

Expectativas

- Posição do sujeito jurídico que lhe pode permitir ser titular de um direito subjetivo.
- Exemplo: Expectativa do titular de um direito de preferência, do adquirente sob condição ou do herdeiro legitimário.

Poderes funcionais

- Também designados poderes-deveres ou direitos-deveres; são direitos de exercício obrigatório, uma vez que protegem o interesse de terceiros.
- Exemplo: Poder paternal - artigo 3º6 da CRP, direito e dever;

Exceções

- Ligação ao dever (e a um direito de outrem). Situação jurídica em que quem tem um dever pode, lícitamente, recusar-se ao seu cumprimento.
- Exemplo: exceção de não cumprimento do contrato - artigo 428º do CC.
- Impedir totalmente o exercício do direito ou apenas parcialmente:
 - Fortes: perentórias ou dilatórias – impedir definitivamente o exercício do direito ou apenas temporariamente.
 - Fracas
- Exemplos:
 - Prescrição (artigo 300.º do Código Civil) – exceção forte perentória.

Direito das Pessoas e da Família

- Benefício da excussão prévia (artigo 638.º, n.º 1, do Código Civil) – exceção forte dilatória.
- Direito de retenção (artigo 754.º) – exceção fraca.

Situações jurídicas passivas – o dever correspondente

Deveres e obrigações

Obrigação

- Artigo 397º - “Obrigação é o vínculo por virtude do qual uma pessoa fica adstrita para com outra à realização de uma prestação”.
- Fontes: contratos, negócios unilaterais (promessa pública, concurso público, proposta contratual), gestão de negócios, enriquecimento sem causa, responsabilidade civil.

Sujeições

- Situações jurídicas passivas correspondentes aos direitos potestativos.
- Pode verificar-se unilateralmente uma alteração da posição em que a pessoa se encontra.
- Exemplo: situação jurídica do proponente.

Ónus

- Não vincula, não é um dever, uma vez que o comportamento não é devido.
- O resultado é facultativo - o titular decide se quer obter a vantagem ou evitar a desvantagem em causa.
- Suscetibilidade de aproveitar uma vantagem ou afastar uma desvantagem.
- Exemplo: ónus da prova (342º), denúncia (916º).

Deveres genéricos

- Situação passiva correspondente aos direitos subjetivos absolutos.
- Exemplo: respeito pelo direito à vida; respeito pelo direito da propriedade, etc.
- Incumprimento é fonte da obrigação de indemnizar – artigo 483º/1.

Deveres funcionais

- Surgem quando a situação jurídica passiva resulta da pertença de determinado órgão, por exemplo se eu integrar uma associação, eu tenho determinados deveres para com a associação; se não for cumprido poderá gerar responsabilidade civil perante a pessoa coletiva em causa;

Exercício e tutela de direitos

Abuso do direito

- Artigo 334º do CC – “É ilegítimo o exercício de um direito, quando o titular exceda manifestamente os limites impostos pela boa-fé, pelos bons costumes ou pelo fim social ou económico desse direito”.
 - Conceitos indeterminados;
 - Só há abuso de direito se se detiver o direito.

Comportamentos típicos abusivos:

- A traição da confiança depositada na outra parte é que regulada pelo direito. Só perante o caso concreto é que se pode considerar o abuso de direito; é preciso fazer uma valoração dos vários elementos.
 - ***Venire contra factum proprium*** - exemplo: dolo do menor

Direito das Pessoas e da Família

- Pressupostos: situação de confiança, justificação para essa confiança (com base em elementos objetivos), investimento de confiança, boa-fé daquele que confiou
- **Inalegabilidades formais** - vícios de forma nas declarações;
- **Suppressio** - o direito é suprido;
- **Tu quoque** - se alguém incumpriu um dever e depois vem invocar o direito que apareceu na sua esfera jurídica por ter violado o dever, não o pode fazer. Se aquele que confiou também não está de boa-fé não pode invocar o abuso do direito; se não tem um comportamento correto também não pode invocar o comportamento errado do outro;

Colisão de direitos

ARTIGO 335.º

(Colisão de direitos)

1. *Havendo colisão de direitos iguais ou da mesma espécie, devem os titulares ceder na medida do necessário para que todos produzam igualmente o seu efeito, sem maior detrimento para qualquer das partes.*
2. *Se os direitos forem desiguais ou de espécie diferente, prevalece o que deva considerar-se superior.*

Critérios de distinção:

- **Momento da constituição de cada direito (tutela da confiança)** - pode-se considerar que o direito que for constituído primeiro tem prevalência sobre o que foi constituído depois. Por exemplo: direito ao sossego com o direito à propriedade – neste caso, teria que se verificar qual foi o direito constituído anteriormente, se a construção de uma fábrica só começou depois do direito ao sossego já estar constituído, se quando a pessoa comprou a casa a fábrica já estava a ser construída, então o direito à propriedade prevalece;
- **Minimização de danos.**
- **Maximização das vantagens.**

Direito das Pessoas e da Família

- **Superioridade objetiva do direito (n.º 2)** – exemplo: direito à vida prevalece sobre o direito à propriedade.

Ação direta

ARTIGO 336.º

(Ação direta)

1. É lícito o recurso à força com o fim de realizar ou assegurar o próprio direito, quando a acção directa for indispensável, pela impossibilidade de recorrer em tempo útil aos meios coercivos normais, para evitar a inutilização prática desse direito, contanto que o agente não exceda o que for necessário para evitar o prejuízo.

2. A Ação direta pode consistir na apropriação, destruição ou deterioração de uma coisa, na eliminação da resistência irregularmente oposta ao exercício do direito, ou noutro acto análogo.

3. A ação direta não é lícita, quando sacrifique interesses superiores aos que o agente visa realizar ou assegurar.

- Objetivo de realizar ou assegurar o próprio direito.
- Não ser possível fazê-lo pelos meios normais.
- Evitar a inutilização do direito.
- Recurso à força (exemplos: n.º 2).
- Não exceder o que for necessário para evitar o prejuízo (n.º 1) nem sacrificar interesses superiores aos que se vise realizar ou assegurar (n.º 3).

Legítima defesa

ARTIGO 337.º

(Legítima defesa)

1. Considera-se justificado o ato destinado a afastar qualquer agressão atual e contrária à lei contra a pessoa ou património do agente ou de terceiro, desde que não seja possível

Direito das Pessoas e da Família

fazê-lo pelos meios normais e o prejuízo causado pelo ato não seja manifestamente superior ao que pode resultar da agressão.

2. O ato considera-se igualmente justificado, ainda que haja excesso de legítima defesa, se o excesso for devido a perturbação ou medo não culposos do agente.

- Pressupostos:
 - Agressão atual e contrária à lei contra a pessoa ou o património do agente ou de terceiro.
 - Não ser possível fazê-lo pelos meios normais.
 - Prejuízo não seja superior ao que pode resultar da agressão.

Estado de necessidade

ARTIGO 339.º

(Estado de necessidade)

1. É lícita a ação daquele que destruir ou danificar coisa alheia com o fim de remover o perigo atual de um dano manifestamente superior, quer do agente, quer de terceiro.

2. O autor da destruição ou do dano é, todavia, obrigado a indemnizar o lesado pelo prejuízo sofrido, se o perigo for provocado por sua culpa exclusiva; em qualquer outro caso, o tribunal pode fixar uma indemnização equitativa e condenar nela não só o agente, como aqueles que tiraram proveito do ato ou contribuíram para o estado de necessidade.

- Pressupostos:
 - Perigo atual de um dano (do agente ou de terceiro).
 - Manifesta superioridade desse dano face ao dano causado à coisa alheia.
 - Dano em coisa alheia destinado a remover o perigo.

Dificuldades práticas de delimitação entre as três figuras enunciadas

Direito das Pessoas e da Família

- Ação direta: eliminar um obstáculo ao exercício de um direito.
- Legítima defesa: se esse obstáculo consistir numa agressão (à pessoa ou ao património).
- Estado de necessidade: se do obstáculo resultar uma situação de perigo.

Consentimento do lesado

ARTIGO 340.º

(Consentimento do lesado)

- 1. O ato lesivo dos direitos de outrem é lícito, desde que este tenha consentido na lesão.*
- 2. O consentimento do lesado não exclui, porém, a ilicitude do ato, quando este for contrário a uma proibição legal ou aos bons costumes.*
- 3. Tem-se por consentida a lesão, quando esta se deu no interesse do lesado e de acordo com a sua vontade presumível.*

- Pressupostos:
 - Disponibilidade do direito (n.º 2 – v. art. 81.º).
 - Consentimento para a lesão do direito.
 - A existência de uma lesão do direito.
- Significa a renúncia de alguns direitos de personalidade; consentimento para que alguém lese um direito da pessoa em causa. A regra geral é que, existindo este consentimento, não há responsabilidade civil, logo é lícito.

Personalidade jurídica

Conceitos iniciais

- Personalidade jurídica - “aptidão para ser titular autónomo de relações jurídicas” (C. Mota Pinto).

Direito das Pessoas e da Família

- Pessoas físicas: a personalidade é mais do que isso (dimensão ética da personalidade; dignidade da pessoa humana).
- Início da personalidade - “A personalidade adquire-se no momento do nascimento completo e com vida” (art. 66.º, n.º 1).
 - Viabilidade de sobrevivência – não constitui requisito no direito português;

Nascituros

- - Um nascituro: “em sentido estrito, é aquele que, tendo sido já concebido, ainda não nasceu. Não tem personalidade jurídica, mas a lei tutela os seus interesses em certos casos, dependendo os direitos que a lei lhe reconhece do seu nascimento.” Ana Prata.

ARTIGO 66.º

(Começo da personalidade)

1. *A personalidade adquire-se no momento do nascimento completo e com vida.*
2. *Os direitos que a lei reconhece aos nascituros dependem do seu nascimento.*

- Para melhor compreensão do artigo, convém saber que “nascimento é a separação da criança do ventre materno (Código Civil Anotado, Abílio Neto). Para que a personalidade jurídica seja adquirida é necessário que haja nascimento completo e com vida. Por força no nº2, a lei portuguesa reconhece aos nascituros direitos, embora dependentes do seu nascimento completo e com vida. Até ao nascimento estamos em face da problemática dos direitos sem sujeito.”
- “Personalidade Jurídica: suscetibilidade de ser titular de direitos e obrigações, reconhecida a toda a pessoa humana (pessoa singular)...” (Dicionário Jurídico, Ana Prata)

Argumentos a favor da tutela civil reconhecida aos nascituros:

- O artigo 66º do Código Civil determina que a personalidade adquire-se no momento do nascimento completo e com vida. No entanto, a lei tutela, em

Direito das Pessoas e da Família

alguns casos, os interesses dos nascituros. Por exemplo, o nascituro tem capacidade para receber doações (artigo 952º CC), pode ser perfilhado (artigos 1847º, 1854º e 1855º CC) e tem capacidade sucessória (artigos 2033º e 2240º CC).

- O Direito, ao longo do tempo, tem prestado maior proteção à criança, devido à sua fragilidade e incompletude do processo de desenvolvimento, reconhecendo-lhe atualmente respeito como pessoa e sujeitos de direitos (valor universal). A Declaração Universal dos Direitos da Criança, adotada em 20 de Novembro de 1959 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, afirma que “a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção e cuidados especiais, nomeadamente de proteção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento.”
- A professora Maria Clara Sottomayor entende que conceitos antigos, e longamente sedimentados, como o de personalidade jurídica, não são imutáveis e que há épocas em que se dá ou começa a dar-se uma rutura com tais conceitos, porque é contraditório que a lei reconheça direitos patrimoniais ao nascituro e permita que fique sujeitado ao poder paternal e seja perfilhado, mas não lhe reconheça personalidade jurídica, visto que esta está dependente do nascimento completo e com vida.
- No Código de Seabra, a capacidade jurídica adquiria-se pelo nascimento e só se tinha por filho, para efeitos legais, aquele de quem se provasse que tinha nascido com vida e figura humana. Uma vez que a personalidade só se adquiria após o nascimento com vida e figura humana, faz-se remontá-la à época da concepção, sendo o nascituro titular de direitos condicionais que só adquiria depois do nascimento. A doutrina chamou a esta situação “uma antecipação da personalidade” ou uma “expectativa de direitos do nascituro”.
- Algumas teorias doutrinárias e jurisprudenciais que defendem que uma pessoa nascida tem direito a indemnização pelas lesões sofridas na vida pré-natal. Estas teorias obrigaram a doutrina a desenvolver outras teses, como a dos direitos sem sujeitos ou do estado de vinculação de certos bens, a teoria dos efeitos prévios da personalidade, não podendo a ordem jurídica negar o facto evidente da identidade biológica entre o nascituro e a criança nascida ou a teoria de que

Direito das Pessoas e da Família

apesar de a personalidade só surgir com o nascimento, deve considerar-se como integrando toda a tutela do indivíduo a partir da concepção. O Professor Oliveira Ascensão considera que a personalidade jurídica do feto está implícita nas normas do Código Civil, tendo em conta os avanços da fetologia e da genética e, sobretudo, o conteúdo do poder paternal, que abrange também os nascituros (Artigo 1878º/1). Esta norma representa também um sinal de que o legislador entendeu que os pais têm o dever de respeito relativamente à vida do filho desde a concepção.

- A personalidade jurídica é reconhecida a todas as pessoas humanas nascidas com vida, mas o embrião, desde o momento da concepção, tem um historial genético e imunológico próprios e interage de forma gradual com a mãe e reage a elementos exteriores durante a gestação. Trata-se, então, de apenas de um embrião? Não se estará perante uma pessoa humana, com capacidade para interagir e reagir como as pessoas nascidas? O professor Diogo Leite de Campos refere que o problema fundamental que se põe é o de saber quando surge a vida humana. A vida humana corresponde a uma pessoa humana e cada pessoa humana é uma pessoa jurídica, titular de direitos e de deveres. Será que existe vida humana antes do nascimento? Alfred Sauvy defende que desde a concepção que o ser humano está formado com o seu próprio genótipo. A vida humana é um processo e durante toda e qualquer fase merece proteção jurídica. A doutrina e o Tribunal Constitucional têm defendido que a vida intra-uterina, independentemente do reconhecimento ou não da personalidade jurídica do nascituro, é um valor constitucionalmente protegido (Artigo 24º/1 CRP) e esta deve ser tutelada, tendo o ordenamento o dever de fornecer formas para que tal aconteça. O tribunal, no entanto, não reconhece que o nascituro seja uma pessoa, mas tendo em conta os avanços da ciência, é possível constatar que o nascituro é uma pessoa, com forma humana, necessidades, capacidade de sentir e reagir a diversos estímulos. O nascituro, apesar de ainda não ter a capacidade racional, deve ser visto como um sujeito de direitos e deve ser reconhecida a personalidade jurídica de forma que este seja titular de um núcleo de direitos pessoais decorrentes da sua situação específica de ser humano não nascido, de

Direito das Pessoas e da Família

pessoa em sentido ético (o direito ao desenvolvimento, à integridade física, à saúde, a nascer e à vida).

- A professora Maria Clara Sottomayor defende que esta matéria encontra-se numa situação de vazio normativo, o que pode corresponder à realidade, visto que em muitos países o estatuto do nascituro foi alterado, de forma que fosse devidamente tutelado.

Argumentos contra:

- É por se ser sujeito de direitos e obrigações que se é pessoa ou, ao contrário, se é por se ser pessoa que se é sujeito de direitos e obrigações?
 - Se se partir da suscetibilidade de direitos e obrigações para a qualificação de certo ente como pessoa, como se tem feito tradicionalmente, chegar-se-á à conclusão de que a personalidade é uma consequência da titularidade de direitos e obrigações.
 - Se se partir da personalidade, entendida como qualidade de ser pessoa, para a atribuição de direitos e obrigações, concluir-se-á, ao contrário, que a titularidade de direitos e obrigações é uma simples consequência do facto de se ser pessoa, e não a sua causa. A personalidade das pessoas humanas não é algo que possa ser atribuído ou recusado pelo Direito.
- A personalidade jurídica é a qualidade de ser pessoa que o Direito reconhece a todas as pessoas pelo simples facto de o serem, que se traduz no necessário tratamento jurídico das pessoas como pessoas, isto é, como sujeito e não como objeto de direitos e deveres.
- A suscetibilidade de ser titular de direitos e obrigações, de situações jurídicas ativas e passivas, é uma consequência que decorre da personalidade jurídica, isto é, da constatação pelo Direito da qualidade de ser pessoa humana.

Direitos do nascituro e o momento da aquisição da personalidade jurídica

- Esta corrente legal e doutrinária anterior influencia o Código Civil de 1966.

Direito das Pessoas e da Família

- Não se exige que o nascituro possua ou tenha figura humana no momento do nascimento mas, somente que se dê o nascimento completo e com vida, pressuposto para a aquisição da personalidade jurídica (art. 66.º C.C.) de acordo com o regime do nosso Código Civil atual.
- O nascituro só deixa de ser nascituro e passa a ser pessoa jurídica [só se torna num peão no mundo do direito] depois do nascimento e com vida, tornando-se um centro de imputação de direitos, deveres e situações jurídicas.
- O facto de não ter personalidade jurídica não significa que a lei não lho tutele alguns direitos ou seja ignorado totalmente pelo Direito. Muito pelo contrário. É-lhe reconhecido um espectro de direitos: doações a nascituros (art. 952.º), perfilhação a nascituros (1855.º), poder paternal relativamente aos nascituros (art. 1878.º), capacidade sucessória dos nascituros (art. 2033.º, n.º 1, e n.º 2, al. a) e administração da herança ou legado a favor de nascituro (art. 2240.º).
- Os direitos que a lei reconhece aos nascituros dependem do seu nascimento (art. 66.º, n.º 2).
- A doutrina considera a personalidade jurídica do nascituro de uma certa forma implícita no Código Civil por a lei lho tutelar alguns direitos. Mas esta conceção é abatida pela própria lei (art. 66.º). Tenta-se atribuir ao nascituro a personalidade jurídica quando este não a tem. O que está implícito no Código Civil é que a aquisição da personalidade [capacidade jurídica] só se dá com o nascimento completo e com vida e no caso concreto do nascituro, os seus direitos encontram-se sob a condição suspensiva do nascimento.
- A definição de um prazo dentro do qual o feto não receberia qualquer proteção legal e de um momento a partir do qual representaria um valor merecedor de tutela jurídica tem um sentido arbitrário e subjetivo, pois a [formação da] vida humana é um processo e qualquer divisão dentro desse processo é sempre discutível, não só de um ponto de vista ético mas também de um ponto de vista científico.
- A vida intrauterina, independentemente do reconhecimento ou não da personalidade jurídica do nascituro, é um valor constitucionalmente protegido (art. 24.º, n.º 1, CRP). Nas palavras do Tribunal Constitucional (acórdãos n.º

Direito das Pessoas e da Família

85/85 do Tribunal Constitucional, de 29-5-95 e n.º 288/98 do Tribunal Constitucional, de 18-4-1998), no entanto, o feto não é pessoa e não poderia ser titular de direitos fundamentais (acórdão n.º 85/85 do Tribunal Constitucional, de 29-5-95).

Consequências civis

- O atentado à integridade do nascituro é um ato civilmente ilícito. Antes do nascimento, o nascituro tem uma capacidade de gozo limitada ao direito à vida. A morte do nascituro dará lugar a direitos à indemnização por danos morais, funcionando o artigo 496.º. Além disso, todos os danos patrimoniais provocados aos pais do nascituro deverão ser ressarcidos.
- Quanto ao nascituro em si: não tendo havido nascimento, o direito à indemnização do próprio não se constitui. Trata-se de uma consequência do artigo 66.º/1, justificada por razões sociais e dogmáticas abaixo referidas.
- Finalmente, pergunta-se quem age pelo nascituro. Conquanto dependendo do nascimento, cabe recorrer aos mecanismos próprios do poder paternal [segundo o artigo 1078.º/1, cabe aos pais (...) no interesse dos filhos (...) representá-los, ainda que nascituros (...).].

Termo da personalidade

- “A personalidade cessa com a morte” (artigo 68º/1).
- Decreto-Lei n.º 141/99, de 28 de agosto (estabelece os princípios em que se baseia a verificação da morte)
 - Art. 2.º: “a morte corresponde à cessação irreversível das funções do tronco cerebral”.
 - Verificação da morte é da competência dos médicos.
- Presunção de comoriência – art. 68º/2
 - Quando certo efeito jurídico depender da sobrevivência de uma a outra pessoa, presume-se, em caso de dúvida, que uma e outra faleceram ao mesmo tempo.

Direito das Pessoas e da Família

Desaparecimento – art. 68º/3

- Presunção da morte (mesmo que o cadáver não seja encontrado ou reconhecido).
- Facto conhecido: evento que está na origem do desaparecimento (em circunstâncias que não permitam duvidar da morte da pessoa).
- Facto desconhecido: morte.

Direitos de personalidade

- “Poderes jurídicos pertencentes a todas as pessoas, por força do seu nascimento” (C. Mota Pinto).
- Corresponde, do lado passivo, a um dever geral de respeito, que vincula quer os particulares quer o Estado.
- Características:
 - Generalidade (todos somos titulares).
 - Tendencial extrapatrimonialidade.
 - Direitos absolutos.
- “A lei protege os indivíduos contra qualquer ofensa ilícita ou ameaça de ofensa à sua personalidade física ou moral” (art. 70º/1).
- Artigos seguintes (arts. 71.º a 80.º) tratam de direitos de personalidade em especial.
- Será o elenco dos direitos de personalidade, ao longo dos artigos 71.º a 80.º, taxativo? Sim.

Tutela geral da personalidade – artigo 70º

- Direito à vida; direito à integridade física e moral; direito à liberdade; direito à honra; outros direitos de personalidade atípicos e/ou inominados.

Ameaça ou ofensa de direitos fundamentais – artigo 70º/2

- Responsabilidade civil.

Direito das Pessoas e da Família

- Podem ser requeridas as providências adequadas às circunstâncias do caso, com o objetivo de evitar a consumação da ameaça ou atenuar os efeitos da ofensa já cometida.

Providências adequadas:

- Processo especial, previsto no Código de Processo Civil (arts. 878.º a 880.º).
- Exemplos de providências:
 - Encerramento de um estabelecimento;
 - Retirada de um produto do mercado;
 - Interrupção de umas obras;
 - Publicação de desmentidos.
 - Sanção pecuniária compulsória – artigos 829º-A do CC e 879º/4 do CPC.

Liberdade de imprensa e direitos de personalidade

- Como compatibilizar a liberdade de imprensa e os direitos de personalidade dos protagonistas das notícias?
 - Não existe uma hierarquia constitucionalmente fundada entre a liberdade de imprensa e os direitos de personalidade.
- Princípio do equilíbrio
 - O interesse público dos factos noticiados é o ponto de referência na operação de compatibilização entre a liberdade de imprensa e outros direitos ou valores constitucionalmente consagrados.
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 15 de março de 2007 (Proc. n.º 10344/2006-6),
 - *“Concordando-se ou não com o mercado das chamadas revistas cor-de-rosa (...), certo é que a informação particularizada e específica que presta não pode ser, liminar e radicalmente, excluída ou erradicada (...).” Apesar de as peças publicadas pelas “revistas cor-de-rosa” não se traduzirem, por regra, na divulgação de factos de interesse e relevância públicas, “o direito à liberdade de expressão, informação e imprensa (artigos 37.º e*

38.º da Constituição da República Portuguesa) engloba e enquadra também aquele tipo de publicações e o respetivo conteúdo (...).”

- Fotografias captadas em local público – é legítima a sua publicação?
 - É ilícita a divulgação de uma fotografia que, apesar de captada em lugar público, tenha como principal objetivo retratar uma pessoa determinada e recognoscível. Para a aplicação da causa de exclusão da ilicitude de a imagem vir “enquadrada na de lugares públicos”, deve ser patente ou notório o enquadramento do lugar público e a intenção de fotografar pessoas indeterminadas.

- Interesse público dos factos a que as fotografias estão associadas?
 - O interesse público deve apenas aplicar-se a factos, acontecimentos ou temas cujo conhecimento se revela fundamental ao esclarecimento dos cidadãos numa sociedade democrática e aberta.
 - Nota: Interesse público não se deve confundir com interesse do público.

- A qualidade de “figura pública” acarreta algumas consequências no que toca ao direito à reserva sobre a intimidade da vida privada, uma vez que os limites da vida privada são mais estreitos para as figuras públicas.
- A determinação das situações em que o interesse público e interesse jornalístico justificam a limitação da reserva da intimidade não deve ser feita em abstrato, antes resultando de uma avaliação concreta das circunstâncias de cada situação.
- O direito à reserva da intimidade da vida privada pode ceder perante a liberdade de imprensa. Mas, em obediência ao princípio jurídico-constitucional da proporcionalidade, deve ceder apenas na estrita medida do necessário.

- Uma notícia falsa pode devassar a intimidade da vida privada?

Direito das Pessoas e da Família

- O direito à reserva da intimidade da vida privada é também lesado com afirmações falsas, mesmo que a falsidade não seja manifesta ou evidente ou se for apenas parcial (neste sentido, Paulo Mota Pinto, “O Direito à reserva sobre a intimidade da vida privada” in Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra, 1993, p. 543).

Registo civil em Portugal

- O registo civil é uma espécie de catálogo público de todos os cidadãos de um estado que foi criado com o objetivo de definir e publicitar factos e atos relativos ao estado civil e à capacidade de todas as pessoas singulares de forma a proporcionar ao direito maior segurança e certeza. Compreende-se facilmente a importância do registo civil na medida em que interessa não só à ordem jurídica como à sociedade em geral o conhecimento rigoroso de todos os factos relativos ao estado civil das pessoas. Só assim é possível saber quem são as pessoas e o que juridicamente podem e valem.

Factos sujeitos a registo

- Os factos sujeitos a registo são aqueles que a lei permite que sejam levados ao registo, isto é, que sejam lavrados nos suportes próprios, legalmente admitidos para os registos e que, consoante os casos, podem ser constituídos por livros, fichas, microfilme, ficheiros informáticos ou bases de dados. O registo não pode pois incorporar factos que não estejam expressamente previstos na lei como a ele sujeitos.
- Contudo, apesar da obrigatoriedade do registo estar prevista na lei, poderá haver registos facultativos, quando a lei não se pronunciar sobre os mesmos mas ainda assim, a pessoa quis fazer um registo.
- As matérias sujeitas a registo obrigatório constam do art. 1º do código do registo civil.
- Outros: nacionalidade que sujeita a registo obrigatório as declarações para a atribuição, aquisição ou perda de nacionalidade a naturalização de estrangeiros;

Direito das Pessoas e da Família

artigo 7º - decisões dos tribunais estrangeiros relativas ao estado ou à capacidade civil dos portugueses, e vice-versa.

Efeitos do registo

Presunção derivada do registo

- Os factos sujeitos a registo só podem ser invocados depois de registados, salvo disposição legal em contrário (nº2).

Prova dos factos sujeitos a registo

- A prova dos factos sujeitos a registo só pode ser feita pelos meios previstos no código do registo civil (art.4º): certidões, boletins ou bilhetes de identidade, consoante os casos (art. 211º).
- Importante é fazer uma chamada de atenção para a palavra bilhete de identidade que no contexto do nº4 nos surge. A interpretação não deve ser feita de forma literal uma vez que por força dos tratados de que Portugal é parte, deve ser reconhecido valor equivalente ao bilhete de identidade nacional português aos bilhetes de identidade dos cidadãos nacionais de países membros da U.E. e do espaço económico europeu, bem como aos cidadãos dos PALOP com quem tenham sido celebrados acordos bilaterais de cooperação jurídica ou judiciária.
- Importante é ainda salientar que foi abolida pelo atual código a cédula pessoal como meio de prova de factos sujeitos a registo.

Impugnação em juízo dos factos sujeitos a registo

- Os factos registados não podem ser impugnados em juízo sem que seja pedido o cancelamento ou a retificação dos registos correspondentes (art.3º) – esta disposição visa evitar incongruências.

Vícios do registo

Direito das Pessoas e da Família

- **Inexistência** – o registo não produz qualquer efeito jurídico, sendo por isso considerado como se nunca se tivesse efetuado. Casos de inexistência do registo constam do art. 85º.
- **Nulidade**
- **Irregularidade** – o registo que enferme de alguma irregularidade que o não torne juridicamente inexistente ou nulo, deve ser retificado – artigo 92º/1.

Atos de registo em especial:

- **Nascimento** – artigo 96º, 101º, 97º, 102º
- **Registo de abandonados** - quando a criança é encontrada abandonada, a lei manda proceder ao registo do nascimento ainda que sejam totalmente ignoradas as identidades da mãe e do pai e portanto, ainda que seja absolutamente impossível proceder ao registo dos factos de maternidade e de paternidade. O **art. 105º** e seguintes do CRC procuram documentar o mais fielmente possível o facto do nascimento embora não se tenha certezas quanto à data, hora ou lugar do parto, procurando compor o nome de tal forma que se evitem motivos de discriminação futura sobre o indivíduo, quer pela atribuição de apelidos que sugere a existência de 2 famílias (materna e paterna), quer pelo cuidado de não inventar apelidos que denunciem a condição de abandonado.
- **Apadrinhamento civil** – é uma relação jurídica, tendencialmente de carácter permanente, entre uma criança ou jovem e uma pessoa singular ou uma família que exerça os poderes e deveres próprios dos pais e que com ele estabeleçam vínculos afetivos que permitam o seu bem-estar e desenvolvimento, constituída por homologação ou decisão judicial e sujeita a registo civil (artigo 2º da Lei do Apadrinhamento Civil).
- **Interdição e inabilitações definitivas** – 139º e 153º respetivamente do CC.
- **A tutela de menores ou interditos/administração de bens de menores** – 1921º 1922º respetivamente do CC.
- **Curadoria provisória ou definitiva de ausentes e morte presumida.**
- **Filiação** – biológica ou jurídica.

Direito das Pessoas e da Família

- **Óbito** - O falecimento de qualquer indivíduo ocorrido em território português, deve ser declarado, verbalmente, dentro do prazo de 48 horas a partir da data em que ocorrer o falecimento, ou for encontrado ou autopsiado o cadáver. Este registo é efetuado na Conservatória de Registo Civil em que tiver ocorrido o óbito, com base em declaração obrigatória, tendo por finalidade registar os factos relacionados com a sua morte, momento em que cessam todos os seus direitos e obrigações e em que se abre a sua sucessão. Com a feitura do registo de óbito é entregue uma certidão gratuita do assento de óbito que serve de guia de enterramento, permitindo a realização do funeral – artigos 192º e seguintes do CRC. A declaração deve ser confirmada pela certificação de óbito passada pelo médico. Em casos de morte violenta ou de suspeita de crime, o funcionário deve participar o facto às autoridades competentes. A falta de declaração no prazo legal constitui contra-ordenação.

Regime de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa

- Artigo 14º do CC e 15º da CRP. Não existem normas materiais para as pessoas singulares e coletivas que estabelecem limites à personalidade jurídica e à capacidade genérica de gozo.
- Há normas portuguesas que levam a incapacidades específicas de gozo para os estrangeiros – tripulantes de embarcações nacionais devem ter nacionalidade portuguesa etc.
- Quanto à definição da situação jurídico-privada dos estrangeiros na concessão de direitos pelo Direito Interno, existem dois sistemas:
 - O da **equiparação**, através da qual os nacionais e os estrangeiros são titulares dos mesmos direitos e deveres, de que beneficiam independentemente da sua nacionalidade.
 - O da **reciprocidade**, em que o gozo de direitos pelos estrangeiros no Estado de acolhimento está dependente do correlativo reconhecimento pelo Estado da sua nacionalidade dos mesmos direitos aos nacionais do primeiro Estado.

Direito das Pessoas e da Família

- Na matéria de aquisição e perda de nacionalidade, vigora o princípio geral de Direito Internacional, segundo o qual cada Estado é soberano para elaborar as normas que definem quais as pessoas que considera como nacionais, mas não é uma liberdade absoluta, encontrando os seus limites no artigo 3º da Convenção Europeia sobre Nacionalidade.
- **Nacionalidade originária** – atribuída por lei a um indivíduo pelo nascimento ou facto jurídico que se reporta ao nascimento. Os efeitos da aquisição da nacionalidade produzem-se a partir do momento do nascimento de forma automática ou por força da lei. Critérios:
 - **Jus sanguinis ou filiação (consanguinidade)**, de acordo com o qual a nacionalidade do progenitor determina a nacionalidade do filho – critério dominante nos países europeus, que dão maior valor ao elemento humano face ao territorial, enquanto elemento estruturante do Estado.
 - **Jus solis ou da territorialidade**, de acordo com o qual o local do nascimento determina a aquisição da nacionalidade. É o critério dominante nos Países da América Latina e foi o critério que dominou o Direito da Nacionalidade português até 1959.
 - **Combinação do jus sanguinis com o jus soli**, com o predomínio de um. A atual Lei da Nacionalidade mantém este sistema misto, embora tenha retirado predominância ao *jus solis* e valorize mais o *jus sanguinis*.
- **Nacionalidade derivada** – adquirida por outro ato ou facto jurídico em momento posterior ao do nascimento, ex: casamento, adoção, naturalização. Os efeitos da aquisição da nacionalidade produzem-se apenas a partir do momento em que estão preenchidos os respetivos requisitos legais e, por vezes, é necessária uma declaração de vontade do interessado. Não ocorre de forma automática, depende da verificação de uma condição negativa: a não oposição do Ministério Público nos casos de aquisição por efeitos da vontade ou de uma decisão discricionária do Governo, nos casos de aquisição por naturalização.
- Em matéria de perda de nacionalidade vigora o princípio geral de que ninguém pode ser privado arbitrariamente da sua nacionalidade. A atual Lei da Nacionalidade não prevê qualquer caso de perda da nacionalidade portuguesa

Direito das Pessoas e da Família

ex lege ou por iniciativa do Estado, antes admite como única causa da sua perda a vontade do indivíduo (artigo 8º). Pretende-se evitar situações de apatridia.

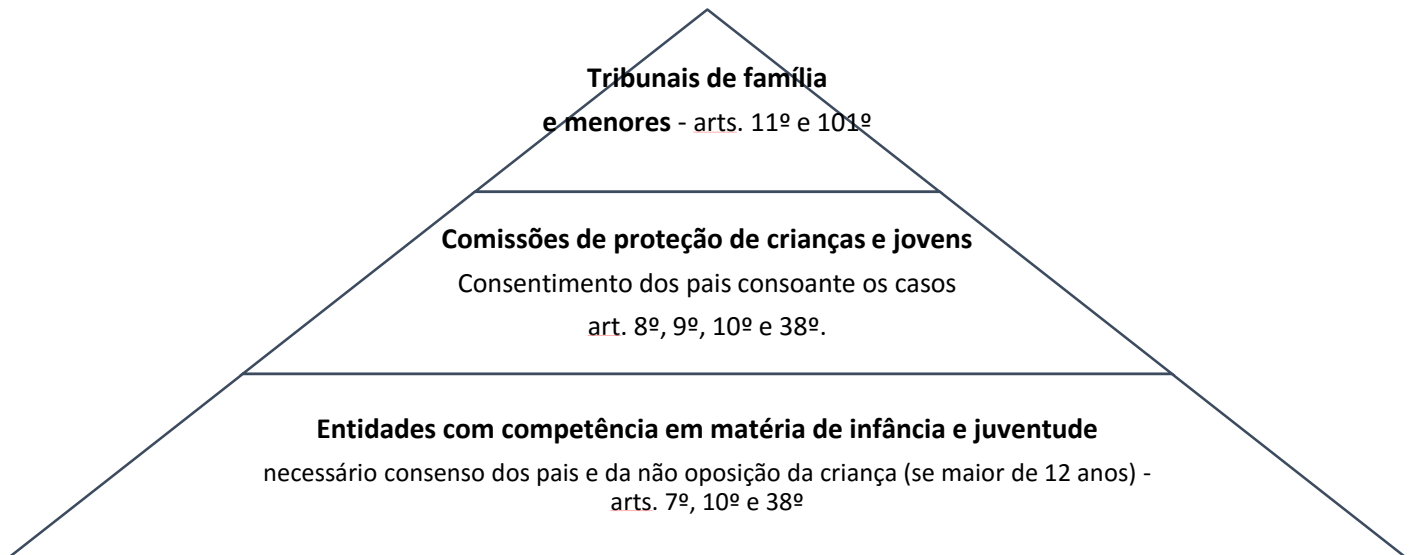
Proteção das crianças

- Criança em risco - “Crianças e jovens sujeitos a maus tratos, aqueles a quem os pais ou os representantes legais não prestam os cuidados necessários ao seu desenvolvimento e ainda aqueles que, com o seu comportamento, ponham eles próprios em causa o seu desenvolvimento, não tomando os pais ou representantes legais (ou não podendo tomar) as medidas necessárias para por cobro a esse comportamento, ou não se mostrando eficazes as medidas que estes adotam”.
- Intervenção do Estado e das demais instituições para a proteção da criança na família – perigo para a integridade moral e física, identidade pessoal, desenvolvimento da sua personalidade e desenvolvimento integral como pessoa.

Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo	Lei Tutelar Educativa
Regime é aplicável" <i>Quando o gozo ou o exercício de direitos cívicos, sociais, económicos ou culturais do menor são ameaçados por factores que lhe são exteriores (...)</i> "	Baseia-se "no princípio da protecção educativa capaz de fomentar a responsabilização do jovem com vista à sua inserção social sem esquecer, no entanto as questões de defesa social "

Direito das Pessoas e da Família

- A **Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo** constitui um novo modelo de proteção do menor no qual este não é mais visto como um objeto de proteção mas encarado como um sujeito de direitos, procurando promover-se e assegurar os direitos individuais das crianças e jovens que se encontram em perigo.



Lei Tutelar Educativa – Lei 166/99 de 16 de setembro

- O Estado pode, então, restringir os direitos fundamentais dos jovens pela prossecução de outros interesses constitucionalmente previstos, nomeadamente aqueles previstos no art.70º/2 CRP.
- Faz parte do papel do Estado intervir corretivamente sempre que o comportamento de um jovem: ofenda valores essenciais da comunidade; personalidade hostil ao dever-ser jurídico básico; adote comportamentos descritos na lei penal como crime. Esta lei impõe restrições a direitos de crianças e dos seus progenitores.
- Diferentes tipos de reação ao cometimento de factos, descritos como crime na lei penal, tendo em conta a idade do agente:
 - 12 anos - até esta idade os menores são poupados ao sistema de justiça e deles se encarregam as comissões de proteção de menores;

Direito das Pessoas e da Família

- 16 anos - nenhum jovem até aos 16 anos responde perante um tribunal penal, perfilha-se a regra da inimputabilidade absoluta para efeitos criminais relativamente a menores (art.19º Código Penal);
- 21 anos – dos 16 aos 21 beneficiam de um regime especial, em que se determina a possibilidade de aplicação de medidas aplicadas normalmente aos inimputáveis assim como de atenuação da pena de prisão, por motivos de reinserção social.

Quando é que se justifica a intervenção tutelar educativa?

- Ofensa a bens jurídicos fundamentais traduzido na prática de um facto considerado por lei como crime;
- Quando o jovem não respeita as disposições jurídico-penais essenciais à vida em comunidade;
- Idade mínima de 12 anos.

Proteção dos idosos

- Os poucos princípios constitucionais mais a legislação ordinária do Direito civil leva à escassa relevância dada à proteção dos idosos, gerando problemas a nível social.
- Problemas levantados pelas interdições e inabilitações – processos morosos, têm elevados custos, criam estigmas levando à marginalização, o regime da inabilitação protege mais o património do que a pessoa e colidem com a doutrina da alternativa menos restritiva, que deveria ser a promoção de uma proteção que respeite a autonomia da pessoa.

Pessoas jurídicas

- Pessoas jurídicas públicas e privadas ≠ Pessoas jurídicas civis e comerciais.
- Pessoas jurídicas civis:
 - Associações

Direito das Pessoas e da Família

- Fundações
- Sociedades civis
- Pessoas jurídicas comerciais:
- Sociedades comerciais:
 - Sociedade em nome coletivo
 - Sociedade por quotas
 - Sociedade anónima
 - Sociedade em comandita
- Sociedade unipessoal por quotas

Cooperativas

- “As cooperativas são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles” (art. 2.º, n.º 1, do Código Cooperativo – Lei n.º 51/96, de 7 de setembro).
- “Para colmatar as lacunas do presente Código que não o possam ser pelo recurso à legislação complementar aplicável aos diversos ramos do sector cooperativo, pode recorrer-se, na medida em que se não desrespeitem os princípios cooperativos, ao Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente aos preceitos aplicáveis às sociedades anónimas” – art. 9.º do Código Cooperativo.

Princípios fundamentais:

- Liberdade de associação – 46º da CRP
- Liberdade de iniciativa económica privada – 61º/1 da CRP
- Direitos de personalidade das pessoas jurídicas:

ARTIGO 158.º

(Aquisição da personalidade)

Direito das Pessoas e da Família

- 1. As associações constituídas por escritura pública ou por outro meio legalmente admitido, que contenham as especificações referidas no n.º 1 do artigo 167.º, gozam de personalidade jurídica.*
- 2. As fundações adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento, o qual é individual e da competência da autoridade administrativa.*

ARTIGO 160.º

(Capacidade)

- 1. A capacidade das pessoas coletivas abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução dos seus fins.*
- 2. Excetuam-se os direitos e obrigações vedados por lei ou que sejam inseparáveis da personalidade singular.*

Elementos essenciais para a aquisição de personalidade

- Ato de constituição;
- Estatutos;
- Forma: “escritura pública, sem prejuízo do disposto em lei especial” – art. 168º/1 e 185º.
- Lei n.º 40/2007, de 24 de agosto (associação na hora) – documento particular, com reconhecimento presencial de assinaturas [art. 7.º, n.º 1-c) e d)].

Desconsideração ou levantamento da personalidade jurídica:

- As pessoas podem gerir os seus (ou alguns dos seus) interesses diretamente ou através de uma pessoa jurídica.
- Vantagens de gerir através de uma pessoa jurídica?
- O direito não aceita algumas situações que visam a limitação da responsabilidade das pessoas por via da gestão através de uma pessoa jurídica.
- Ligação com o abuso do direito e a boa-fé - Exemplos: Venda a filhos ou netos (art. 877.º do Código Civil); Transferência de ativos ou créditos para pessoa jurídica; Ofensa do direito à imagem por pessoa jurídica criada para o efeito.

Regime Jurídico

Direito das Pessoas e da Família

- Regras gerais (arts. 157.º a 166.º): aplicam-se a associações, fundações e associações sem personalidade jurídica e comissões especiais.
- Associações (arts. 167.º ss): aplicam-se estas regras, combinadas com as gerais.
- Fundações (arts. 185.º ss): aplicam-se estas regras, combinadas com as gerais e algumas regras sobre associações (por remissão legal).

Associações

- **Contratos de cooperação** – contratos que têm a função económico-social de cooperação; bilateralidade de custos e benefícios; coincidência da finalidade dos contraentes entre si com a finalidade global do contrato.
- Contratos de cooperação sem fim lucrativo:
 - Contratos de associação – contrato pelo qual se constitui uma associação (não existe modo alternativa de formação de uma associação de direito privado).
 - Contratos para a constituição de cooperativa
- O lucro tem um sentido diverso, conforme:
 - Associação – não é distribuível pelos associados;
 - Cooperativa – permite o retorno de excedentes e uma remuneração limitada do capital.

Reconhecimento normativo:

- “Escritura pública, sem prejuízo do disposto em lei especial” (arts. 168.º, n.º 1, e 185.º).
- Lei n.º 40/2007, de 24 de agosto (associação na hora) – documento particular, com reconhecimento presencial de assinaturas [art. 7.º, n.º 1-c) e d)].
- Registo não é, em regra, necessário para atribuição de personalidade jurídica, embora seja requisito para a sua oponibilidade a terceiros.

Número de contraentes:

Direito das Pessoas e da Família

- Não se exige um número mínimo, embora a sua natureza contratual exija a participação de pelo menos duas pessoas.
- Em alguns casos, a lei pressupõe a atribuição de determinados direitos a um maior grau de representatividade da associação, definida em função do número de associados (exemplo: partidos políticos, associações de consumidores).

Aplicação das normas gerais relativas ao negócio jurídico

- Artigo 158.º-A esclarece que “é aplicável à constituição de pessoas coletivas o disposto no artigo 280.º, devendo o Ministério Público promover a declaração judicial da nulidade”.
- Em 1977, deixou de haver controlo administrativo, pelo que se considerou necessário esclarecer este aspeto.
- Ato de constituição 167º/1:
 - Identificação dos contraentes e indicação da criação de uma pessoa jurídica com as características da associação.
 - “Bens ou serviços com que os associados concorrem para o património social” – dado eventual, porque pode não existir uma contribuição patrimonial inicial.

Elementos mínimos:

- Denominação;
- Fim (objeto da associação);
- Número de membros dos órgãos da associação (art. 162º).

Elementos eventuais (normas supletivas)

- Sede (art. 159.º).
- Forma do funcionamento (ao longo das disposições gerais e das disposições específicas aplicáveis às associações).

Direito das Pessoas e da Família

- Duração (“quando a associação não se constitua por tempo indeterminado”).

Estatutos:

- Mais comum – associados fundadores estipulam os aspetos mais relevantes do funcionamento da associação.
- Conjunto de cláusulas integrantes do contrato de associação – Art. 167.º designa “Estatutos”.
- Não têm como fonte um ato autónomo (em relação ao contrato de sociedade).
- Autonomia dos estatutos – alteração por deliberação da assembleia geral (art. 172º/2) – ato unilateral e não por contrato. Têm natureza normativa?
- Posição jurídica de associado - Pode obter-se por:
 - Participação no contrato constitutivo;
 - Ato posterior de adesão / admissão (art. 167.º-2) - Adesão: contrato celebrado entre a associação e o associado.

Limitações à liberdade da associação:

- Artigo 444.º-1 do Código do Trabalho: “no exercício da liberdade sindical, o trabalhador tem o direito de, sem discriminação, se inscrever em sindicato que, na área da sua atividade, represente a categoria respetiva”.
- Princípio constitucional da igualdade (art. 13.º da CRP).

Posição jurídica complexa – conjunto de situações jurídicas ativas e passivas:

- Lado passivo: obrigação de contribuição pecuniária inicial (jóia) – eventual; obrigação de contribuição subsequente e periódica (quotas) – eventual; deveres com conteúdo variado.
 - Poder disciplinar – um ou mais órgãos da associação podem ter poder disciplinar sobre os associados; sanções que podem ir até à exclusão do associado (167º/2 CC); princípio do processo justo.

Direito das Pessoas e da Família

- Responsabilidade pelas dívidas – princípio geral de que pelas dívidas de uma pessoa responde apenas o seu património – artigos 601º, 817º e 198º (interpretado *a contrario*).
- Lado ativo: direitos de participação e de voto na AG; direito de convocação da AG (173º/2); direito de impugnação das deliberações (178º) e outros direitos previstos nos estatutos.
- Direito ao património social → existirá direito à partilha do património social?
 - Incompatibilidade com a exclusão do lucro. Com a alteração do art. 166.º, parece não ser possível o reembolso das contribuições aos associados. Estes devem deliberar sobre o destino do património, tendo em conta os fins da associação.
- Posição Igualitária entre os associados? Pode existir uma desigualdade das contribuições; Alguns associados podem ser beneficiados, nos termos dos estatutos (titularidade de órgãos; direitos especiais de voto); Em regra, não é necessário respeitar os princípios democráticos.

Órgãos das associações

- A pessoa coletiva caracteriza-se como um organismo social – uma realidade social apta a ser organizada – é o substrato da pessoa coletiva.
- O substrato pode revestir várias modalidades:
 - Nas associações predomina o elemento humano, logo o seu substrato é constituído por um conjunto de pessoas associadas para realizarem interesses comuns;
 - Nas fundações o substrato é patrimonial, ou seja, constituído por um conjunto de bens afetados à prossecução de certos interesses. Os portadores destes interesses são pessoas singulares – os chamados beneficiários – e serão os titulares dos órgãos da fundação.

Organização formal

-

Direito das Pessoas e da Família

- Organização formal – traduz-se numa adequação do substrato à realização do fim prosseguido pela pessoa coletiva.
- A organização formal do substrato é feita de acordo com determinados preceitos que podem ser definidos tanto pelo legislador como pelas pessoas que instituem a pessoa coletiva.
- Nas pessoas coletivas privadas, esta matéria é deixada, em grande medida, na disponibilidade dos interessados, pelo que o legislador apenas intervém na ordenação dos pontos essenciais, estabelecendo um princípio de autonomia privada neste domínio. Assim, as correspondentes normas raramente assumem natureza injuntiva, sendo predominantemente dispositivas.
- Ao conjunto de preceitos que definem a organização formal das pessoas coletivas dá-se a designação de **estatuto**. O conteúdo dos estatutos é vasto, com o artigo 167º/2, CC a esclarecer que, para além do que consta no ato de constituição, os estatutos podem especificar ainda:
 - Os direitos e obrigações dos associados;
 - As condições da sua admissão;
 - Os termos da extinção da pessoa coletiva.
 - Podem impor maiorias qualificadas
- A pessoa coletiva não tem meios naturais de atuação (como as pessoas físicas, singulares), o Direito tem de atribuir à pessoa coletiva instrumentos jurídicos aptos a assegurar a sua atuação – são os chamados órgãos - constituem o instrumento jurídico através do qual se conjugam as vontades individuais que formam e manifestam a vontade da pessoa coletiva..
- Aos órgãos são atribuídos certos poderes para a realização dos interesses prosseguidos pela pessoa coletiva. Tratam-se de poderes funcionais. O conjunto de poderes funcionais atribuídos a cada órgão constitui a sua competência e as pessoas singulares que os vão exercer são os titulares dos órgãos.
- Existem dois critérios para classificar os órgãos:
 - Quanto à estrutura: os órgãos distinguem-se em singulares ou colegiais, consoante o seu suporte seja constituído por uma só ou por várias pessoas. Um órgão singular decide, emite decisões, enquanto um órgão colegial

Direito das Pessoas e da Família

delibera, emite deliberações - atos jurídicos não negociais pelos quais as pessoas coletivas formam a sua vontade funcional. As deliberações são um ato plural composto pelos atos de cada um dos sócios que exprimem o seu voto. O voto é um ato individual do sócio e as deliberações são um conjunto dos votos e nesse sentido são atos plurais. Porém, na perspetiva da associação, a deliberação é um ato unitário imputável à própria associação.

- Em função da competência, distinguem-se entre:
 - Ativos – são os que formam e emitem a vontade juridicamente imputável à pessoa coletiva;
 - Consultivos – limitam-se a preparar elementos (em geral de ordem técnica ou científica) com base nos quais os órgãos ativos vão emitir a sua deliberação ou decisão.
 - Internos – formam a vontade da pessoa coletiva (exemplo típico é a assembleia geral de uma sociedade, cuja função específica consiste em tomar deliberações relativas a assuntos fundamentais da vida da pessoa coletiva; já não lhe compete atuar no plano externo, ela não representa a pessoa coletiva nas relações com terceiros)
 - Externos – manifestam a vontade da pessoa coletiva perante terceiros. Não toma em geral decisões autónomas, antes executa as deliberações do conselho, exteriorizando a vontade da pessoa coletiva nas suas relações com outras pessoas.
- Nas associações, é obrigatória a existência de três órgãos, previstos nos artigos 162º, 170º e seguintes:
 - Um órgão colegial de administração;
 - Um conselho fiscal;
 - Uma assembleia geral.
- Fora estas limitações, podem os associados prever outros órgãos, ditos facultativos, e atribuir-lhes poderes que não interfiram com a competência necessária dos órgãos obrigatórios. A criação de órgãos facultativos pode ser feita no próprio título constitutivo da associação ou ser apenas nele prevista,

Direito das Pessoas e da Família

dependendo de deliberação tomada posteriormente por outro órgão da associação – administração ou assembleia geral – tudo depende do que vier disposto no ato constitutivo ou norma estatutária.

Designação como titular do órgão

- Pode ser feita mediante eleição, nomeação ou outro título jurídico similar. Através desse ato fica o associado investido na qualidade de titular do órgão. Segundo a prática comum, o preenchimento dos cargos nos órgãos sociais faz-se mediante eleição. O CC atribui essa competência à assembleia geral, segundo o artigo 170º/1. Esta norma admite que o estatuto estabeleça outro processo de escolha. Ou seja, há a possibilidade de se estatuir outro modelo de designação e a possibilidade de a designação ser de outro órgão que não a assembleia geral. Além disso, põe-se a hipótese de a designação dos titulares dos órgãos ser feita no próprio ato de constituição da associação.
- A duração do mandato dos titulares dos órgãos é matéria totalmente omissa na lei, deixada portanto inteiramente à autonomia dos associados, não se impedindo a reeleição, que pode ou não estar prevista no estatuto. A grande regra, em matéria de cessação das funções de titulares dos órgãos das associações é a da sua revogabilidade, nos termos do Artigo 170º/2/ 1ª parte, a todo o tempo, sem dependência de verificação de justa causa. Contudo o nº3 do artigo supracitado abre a possibilidade de o estatuto condicionar a revogação à existência de justa causa.

Administração

- É o órgão executivo da associação e as suas atribuições e competências são fixadas nos estatutos. Cabe-lhe, em geral, a administração e direção da associação e também, salvo preceito em contrário nos estatutos, a sua representação exterior.

Direito das Pessoas e da Família

- O artigo 162º determina que a administração tem de ser um órgão colegial e constituído por um número ímpar de titulares. Estatui ainda, imperativamente, que um dos titulares exercerá a função de presidente.
- A lei estabelece indiretamente limites à competência da administração ao prever a existência de um conselho fiscal com funções de fiscalização e ao fixar matérias da competência reservada da assembleia geral (art 172º, nº1, CC). Em regra, são-lhe reservados poderes para a prática da generalidade dos atos de gestão da vida social, como é próprio de um órgão de natureza executiva e externa.
- Segundo o artigo 163º, nº1, in fine, a representação da pessoa coletiva cabe à administração, se os estatutos não determinarem outra coisa. O estatuto pode estipular um regime diferente quanto à representação da pessoa coletiva, atribuindo-a a outro órgão, como seja a um dos administradores com poderes especiais ou a um conjunto de administradores constituídos como órgão autónomo (comissão executiva). Contudo, a administração pode designar representantes – neste caso, essa designação só é oponível a terceiros se deles for conhecida (nº3).
- Salvo regra em contrário do estatuto, a administração tem competência para convocar a assembleia geral. A convocação da administração é da competência do seu presidente, pelo que nada se estabelece sobre o modo de periodicidade das suas reuniões (art. 171º, nº1, CC). Assim, o estatuto pode estabelecer para as reuniões uma periodicidade certa ou deixar o respetivo regime à livre opção da administração ou do presidente.
- Quanto ao modo de fazer a convocação, algumas regras são impostas pela natureza das coisas e como preceitos de bom senso: assim, a convocação deve ser pessoal e deve ser feita com a antecedência necessária à possível comparência dos titulares.
- Para a administração poder funcionar validamente tem de estar presente a maioria simples dos administradores, como dita o artigo 171º/1, CC. Esta regra é imperativa, só podendo ser afastada pelo estatuto mediante a exigência de maioria mais qualificada.

Direito das Pessoas e da Família

- O nº2 diz-nos que as deliberações são tomadas pela maioria dos administradores presentes, mas admite-se a disposição em contrário do estatuto. Em caso de empate, este preceito atribui voto de desempate (ou de qualidade) ao presidente. Significa isto que ao presidente podem caber dois votos de exercício sucessivo: o seu voto normal, como titular do órgão, e, verificado o empate, o voto de desempate, na qualidade de presidente.

Conselho Fiscal

- A lei é omissa a respeito da competência do conselho fiscal, mas a própria designação deste órgão indica que lhe cabem funções de fiscalização relativamente ao órgão de gestão da associação (a administração) e, em geral, da atividade social. O estatuto pode atribuir-lhe funções complementares, nomeadamente consultivas ou de parecer prévio relativamente aos atos de gestão mais relevantes.
- As normas que se ocupam da administração e do conselho fiscal são, em vários aspetos, comuns como se vê nos artigos 162º e 171º do CC. Assim, vale para o conselho fiscal o que se disse quanto à composição, convocação, quórum de reunião e quórum de deliberação da administração.

Assembleia Geral

- É formada pelo universo dos associados e constitui nas associações o órgão superior – cabe-lhe formar a vontade soberana da pessoa coletiva e tomar algumas das deliberações mais relevantes da vida social. É o órgão de funcionamento mais complexo e rege-se pelos artigos 172º a 179º, para além das referências contidas no artigo 170º do Código Civil.
- Participam na assembleia geral todos os associados, sem distinção de direitos. Mas esta regra sofre na prática alguns desvios tolerados pelo CC que nada estabelece a esse respeito, deixando ao estatuto a fixação dos direitos e deveres dos associados. Assim, é habitual certas categorias de associados – como os honorários ou os de mérito – não terem direito de voto, o que os priva de uma participação ativa na assembleia geral, embora possam nela estar presentes.

Direito das Pessoas e da Família

Também se tem atribuído a certos associados – como sejam os fundadores – de direitos especiais de voto ou na formação de maiorias.

- Quanto à competência da Assembleia fala-se em competência necessária, competência normal e competência genérica.
 - A competência necessária está prevista no artigo 172º/2.
 - Compreendem-se na competência normal funções que o CC atribui a título supletivo, mas que o estatuto pode cometer a outro órgão, como a eleição dos titulares dos órgãos da associação (170/1).
 - Tem competência genérica para tomar deliberações sobre todas as matérias não atribuídas por lei ou pelo estatuto a outros órgãos, como expressamente se estatui no 172/1.
- O regime de convocação da assembleia resulta em parte da lei em parte do estatuto. Embora a lei não lhe faça referência expressa é corrente o estatuto prever uma espécie de sub-órgão – a chamada mesa da assembleia geral. Esta mesa tem um presidente e um ou mais secretários que asseguram a direção e a boa ordem dos trabalhos da assembleia (nomeadamente a elaboração da ata). Em tais casos, atribui-se ao presidente da mesa da assembleia geral a função da sua convocação. Mas ele não tem o direito de convocar a assembleia por sua iniciativa, a menos que o estatuto lhe atribua especificamente esse direito. Mas tem o dever de a convocar sempre que a convocação lhe seja pedida por quem tenha poderes para tal. Segundo o Artigo 173º, há 3 situações de convocação.
- Note-se que a convocação da assembleia obedece a requisitos mais exigentes do que os dos outros órgãos dada a relevância das suas deliberações e pelo maior número dos seus membros. Na verdade, estão aqui em causa interesses da associação, dos associados e de terceiros. Neste domínio, o CC estabelece requisitos mínimos que podem ser agravados pelo estatuto.
- Prevê-se a anulabilidade para as deliberações da assembleia tomadas com violação desses requisitos, como consagra o artigo 174º/3.
- A convocação faz-se mediante um aviso – o aviso convocatório ou convocação – dirigido por meio postal para cada associado com a antecedência mínima de 8 dias, em relação ao previsto para a reunião da assembleia (Artigo 174º/1, CC). Do aviso convocatório devem constar o dia e hora da reunião e o local onde vai

Direito das Pessoas e da Família

funcionar (Artigo 174º/2/2ª parte). Deve ainda conter a menção da chamada ordem do dia ou ordem de trabalhos – matérias sobre que os associados são chamados a pronunciar-se e a deliberar. A irregularidade do aviso determina, em princípio, a anulabilidade das deliberações. O mesmo acontece para as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia. Contudo, o vício admite sanção. As deliberações tomadas para além das matérias constantes da ordem do dia convalidam-se se todos os associados comparecerem na reunião e concordarem com o seu aditamento (nº2).

- A assembleia só funcionará se se verificar o quórum de presenças – quórum constitutivo. As deliberações também só serão tomadas se se preencher o quórum deliberativo. O CC estabelece requisitos mínimos que só o estatuto pode agravar, como resulta do artigo 175º/5, sob pena de anulabilidade das respetivas deliberações.
- A regra é a de a assembleia poder deliberar, em primeira convocação, com a presença de pelo menos metade dos associados (nº1). Ao contrário, a assembleia pode funcionar em segunda convocatória com qualquer número de associados. Na falta de quórum, a assembleia funcionará em segunda convocação. A esta são aplicáveis as regras gerais de convocação estatuídas no artigo 174º do Código Civil.
- NOTA: este regime geral não vale para todas as deliberações pois as relativas à dissolução ou prorrogação da pessoa coletiva requerem o voto de $\frac{3}{4}$ do número de todos os associados (nº4).
- Também o quórum deliberativo varia em função das matérias: a regra contida no nº2, é a da maioria absoluta dos associados presentes. As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem uma maioria qualificada de $\frac{3}{4}$ dos associados presentes (nº3). O CC estatui um regime ainda mais exigente para as deliberações relativas à dissolução ou prorrogação da pessoa coletiva.
- As deliberações sociais tomadas em assembleias que funcionem irregularmente são anuláveis. A legitimidade para arguir a anulabilidade cabe à administração ou a qualquer associado que não tenha votado a deliberação, tenha ou não estado presente na assembleia (Artigo 178º, 1). O prazo de arguição é de 6 meses a contar do dia da realização da assembleia (nº2). Se porem o associado não tiver

Direito das Pessoas e da Família

sido regularmente convocado, o prazo só começa a contar para ele da data em que teve conhecimento da deliberação. Em caso de urgência, pode ser requerida, no prazo de 10 dias, a providência cautelar de suspensão de deliberações sociais, a partir de cuja citação deixa de ser lícito às associações executar a deliberação impugnada, segundo o Código do Processo Civil.

- Como atos jurídicos, as deliberações sociais podem ser viciadas e sofrer de invalidade, ineficácia, ou mesmo de inexistência. A invalidade das deliberações sociais, segundo os artigos 177º e 179º do Código Civil, decorre da sua contrariedade à lei e aos estatutos traduz-se em anulabilidade. A anulação da deliberação não é oponível a terceiros de boa-fé, no que toca a direitos adquiridos em execução da deliberação em causa. Tutela-se a confiança e terceiro, com base na sua boa-fé, em sentido subjetivo e ético. Está de boa-fé o terceiro que, sem culpa, desconhecia o vício da deliberação (Artigo 179º, CC). Mas nem por isso a deliberação deixa de ser anulável. Se a tutela de terceiros provocar danos para outros que se queiram fazer valer do vício, estes têm o direito de ver esses danos reparados por quem seja responsável pelo vício.

Extinção e efeitos da extinção de uma associação

- A cessação da personalidade da Pessoa Coletiva resulta da sua extinção.
- Extinção (sentido amplo):
 - Dissolução;
 - Liquidação;
 - Sucessão;
- Extinção (sentido restrito) = dissolução.
- Manutenção da personalidade jurídica até à extinção (art. 1019º CC). Não é um fenómeno irreversível. Mas a sua capacidade de agir é limitada:

Artigo 184º/1 – “(...)os poderes dos seus órgãos ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e dos necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes”.

- Liquidação – ultimateção dos assuntos em que a pessoa coletiva estava envolvida.

Direito das Pessoas e da Família

- Apuramento total dos bens desta:
 1. Realiza o ativo patrimonial (Venda – liquidez);
 2. Pagar o passivo da sociedade. Feito isso, apuramos o acervo (restante).
- **Sucessão** – destino a dar ao património da pessoa coletiva, mediante a atribuição a outras pessoas, sejam coletivas ou privadas, do mesmo.
- **Dissolução voluntária** – 182º/1/a) – ato autónomo expresso pela vontade coletiva. Vontade tutelada pela lei: exigência de quórum deliberativo particular (pelo menos $\frac{3}{4}$ do total dos associados – artigo 175º/4.
- **Dissolução automática** – produz efeitos sem necessidade de declaração, deliberação, ou decisão judicial. Mero efeito de uma cláusula ínsita no ato de constituição, nos estatutos ou por circunstâncias que tornam impossível a continuação da associação.
- Previsto no artigo 182º/1/b), c) e d). Ex: cláusula estatutária que preveja que a associação se extinguirá quando o total de associados se tornar inferior ao número necessário para compor os órgãos de uma associação.
- Declaração de extinção previsto no artigo 183º/1. Aplica-se a associações constituídas por tempo determinado e associações com cláusula extintiva.
- Uma associação pode ser constituída temporariamente. Essa duração deve constar do ato de constituição, sob pena de nulidade. A prorrogação, neste caso, implica uma alteração de estatutos que só pode ser deliberada pela AG onde se verifique o quórum exigido pelo artigo 175º/4 ($\frac{3}{4}$ dos associados).
- Dissolução judicial previsto no artigo 182º/1/e). A associação é insolvente quando há desproporção do passivo em relação ao ativo. É necessária a sua declaração judicial para que os efeitos se produzam (declaração no 60 dias subsequentes à data da situação de insolvência).
- Declaração da extinção por insolvência – 183º/3. A associação considera-se extinta na data da sentença que declare a sua insolvência. O Código da Insolvência e Recuperação de Empresas, no artigo 38º, obriga a que seja dada publicidade à sentença que declara a insolvência. Deve considerar-se ser a

Direito das Pessoas e da Família

declaração de insolvência inoponível a terceiros de boa-fé enquanto essa publicação não tiver lugar.

- Artigo 182º/2/a) – o fim cumpriu-se e todas as ações tendentes a prosseguir-lo foram executadas. A atividade da associação deixa de ter utilidade ou relevância. A extinção judicial só terá lugar se os estatutos não previrem uma cláusula extintiva (senão mera extinção automática).
- Impossibilidade superveniente por causas que ocorreram após a constituição da associação. Pelo contrário, a impossibilidade originária do fim de uma associação deve ser aferida aquando do ato de constituição, nos termos do artigo 158º-A e 280º.
- Descaracterização da associação – 182º/2/b) – ex: associação de fins desportivos que tenha abandonado as modalidades desportivas que mantivera, tendo-se tornado num mero estabelecimento comercial de bebidas.
- 182º/2/c) – fim do ato de constituição ou dos estatutos, mas a forma como é prosseguido consubstancia-se numa atividade ilícita ou imoral. A lei impõe uniformidade na conduta da associação e que a prática seja decisiva para a prossecução dos seus fins, não basta uma prática ocasional.
- 182º/2/d) – associações contrárias à ordem pública.
- Declaração da extinção por decisão judicial:
- Legitimidade para requerer a extinção judicial – 183º/3; qualquer interessado deve fazer prova, nos autos, do seu interesse na declaração de extinção, sob pena de ser considerado parte ilegítima, previsto no CPC.

Fundações

- Pessoa coletiva cujo elemento fundamental é um conjunto de bens afetados de forma permanente à realização de determinada finalidade, de natureza altruísta. Assumem um papel preponderante como parceiros do Estado, em busca de um maior desenvolvimento social e económico. Desempenham um papel muitas vezes sucedâneo do Estado, uma vez que prestam os seus serviços em áreas em que o setor estatal se mostra insuficiente.

Direito das Pessoas e da Família

- As pessoas coletivas compõem-se de dois elementos constitutivos: o substrato e o reconhecimento.
- Substrato das fundações:
 - **Elemento patrimonial** – é o complexo de bens que o fundador afetou à consecução do fim fundacional.
 - **Elemento teleológico** – é excluída a admissibilidade de uma fundação dirigida a um fim privativo do fundador ou da sua família (conjugação dos artigos 157º e 188º/1). O fim ou causa determinante da formação da dotação fundacional deve ser um interesse social.
 - **Elemento intencional** – consubstancia-se no ato de instituição da fundação; é através deste ato que o fundador expressa a sua vontade em deixar uma sua massa de bens afeta à prossecução de um interesse social; é esta a sua vontade que regula a fundação.
 - **Elemento organizacional** – nos estatutos da fundação, o fundador estabelece um conjunto de preceitos disciplinadores das características e do funcionamento da fundação, assim como os órgãos que dela fazem parte.

Reconhecimento das fundações – artigo 158º:

- Reconhecimento individual ou por concessão – este reconhecimento tem por base um ato individual e discricionário de uma autoridade pública que, perante cada caso concreto, personificará ou não o substrato. Assenta na fiscalização do fim e da idoneidade dos bens afetados para prosseguir o fim visado.

Constituição das fundações privadas

1. Instituição por escritura ou testamento

- Por escritura pública, caso se trate de atos entre vivos; por testamento, na sequência de ato de vontade do falecido.
- O ato de instituição/estatutos incluem: fim da fundação; bens e direitos atribuídos; sede; organização; funcionamento; termos da

Direito das Pessoas e da Família

transformação/extinção e destino dos bens (arts. 18º, nº1 e 2 LQF e 186º, nº1 e 2 CC).

2. Publicação no Portal das publicações

- O ato de instituição deve ser publicado na Internet, no Portal das Publicações do Ministério da Justiça (art.17º, nº4 LQF e arts.185º, nº4 e 166º CC).
- Os atos não produzem efeitos em relação a terceiros enquanto a publicação online não se consumir, mas só há personalidade jurídica com o reconhecimento (arts.166º, nº2 e 158º, nº2 CC).

3. Reconhecimento por ato de membro do Governo

- Só com o reconhecimento há personalidade jurídica da fundação.
- Até esse momento, depois de solicitado o reconhecimento, o instituidor/herdeiros/executores testamentários/administradores podem praticar atos de administração ordinária, se necessários para a conservação dos bens/direitos, mas respondem pessoal e solidariamente pelos atos praticados (art.20º, nºs 3 e 4 LQF).
- O pedido de reconhecimento pode ser indeferido com fundamento em pelo menos um dos seguintes factos (art.23º LQF e art.188º, nº3 CC): falta de elementos do pedido; fins não serem de interesse social; insuficiência dos bens para prossecução dos fins; desconformidade de estatutos com a lei; nulidade, anulabilidade ou ineficácia do ato de instituição; existência de dúvidas/litígios sobre bens afetos à fundação.

4. Publicação em DR

- Existe uma obrigação legal de publicação do reconhecimento, do ato de instituição e dos estatutos em jornal oficial (arts.188º, nº4 CC).

5. Registo IRN

- Existe uma obrigação legal de registo junto do IRN (art.8º, nº4 LQF).

Direito das Pessoas e da Família

Alteração de estatutos

1. Aprovação de alteração por órgão da fundação
 2. Autorização do membro do Governo
 3. Envio dos estatutos à PCM
 4. Publicação no Portal das Publicações
- A vontade do fundador é formulada *ne variretur* e formalizada no ato de instituição e nos estatutos. Não podem, por si só, num momento posterior, quer os órgãos de administração da fundação quer o próprio fundador alterar os estatutos. A modificação ou transformação dos estatutos só pode ter lugar por ato de autoridade pública, devendo continuar a ser respeitada a vontade do fundador (arts.189º e 190º CC).

Extinção das fundações privadas

1. Comunicação do facto extintivo pela fundação
 2. Autorização do membro do Governo
 3. Liquidação
- Para que se inicie o processo de extinção de uma fundação, deve verificar-se uma das situações elencadas no art.192º CC. Posteriormente, a extinção tem de ser aprovada pelo órgão de administração da fundação (art.26º, nº1, al. a) LQF), que efetuará o pedido de autorização para extinguir a fundação. Não obstante, a extinção está prevista por decisão oficiosa do membro do Governo ou decisão judicial (art.35º, nºs2 e 3 LQF e art.192, nºs 2 e 3 CC).

Fundações públicas

Direito das Pessoas e da Família

- A instituição dá-se por ato legislativo – do Estado ou das regiões autónomas – ou por deliberação da Assembleia Municipal (arts.50º, nºs 1, 2 e 3 LQF).
- Quando à alteração, não se encontra previsto um procedimento, devendo aplicar-se o mesmo formalismo que para a criação.
- Relativamente à extinção, os casos estão identificados no art.56º, nº1 LQF, mas não se prevê um qualquer formalismo.

Capacidade de exercício e de gozo de direitos

- Admitindo que existe entre as pessoas físicas, que procedem em nome e no interesse da pessoa coletiva, e a pessoa coletiva – neste caso uma fundação – um nexo de organicidade, então pode dizer-se que a fundação tem uma verdadeira capacidade para o exercício de direitos.
- Relativamente à capacidade de gozo, esta encontra-se limitada pelo princípio da especialidade do fim – estão fora da capacidade jurídica das pessoas coletivas os direitos e obrigações que não sejam necessários ou convenientes à prossecução dos fins – e também pelas relações que são expressamente vedadas pela lei às pessoas coletivas. (Art.º 160º CC)

Responsabilidade civil

Responsabilidade contratual

- Como qualquer pessoa coletiva, as fundações devem responder pelos factos dos seus órgãos, agentes ou mandatários que produzam o inadimplemento de uma obrigação, desde que o inadimplemento tenha sido culposos e dele resultem danos.

Responsabilidade extracontratual

- Por outro lado, a pessoa coletiva deve suportar os riscos da atividade das pessoas que exercem funções nos seus órgãos, se o agente tiver atuado por causa das suas funções e ao abrigo da respetiva competência.

Lei-Quadro das Fundações – lei nº24/2012, de 9 de julho

- Os grandes objetivos:
 - Defesa da figura da fundação;
 - Transparência e informação do seu funcionamento;
 - Racionalização da gestão económico-financeira e patrimonial das fundações.
- Para tal foi realizado um censo a todas as fundações a fim de avaliar o custo - benefício e a viabilidade financeira das fundações e se tomar uma decisão sobre a sua manutenção ou extinção e ainda sobre a continuação, redução ou cessação de apoios financeiros públicos concedidos.
- Consagra 3 categorias de fundações (artigo 4º):
 - **Fundações privadas** – criadas por pessoas coletivas privadas ou públicas desde que estas últimas não tenham influência dominantes.
 - **Fundações públicas de direito público** – criadas exclusivamente por pessoas coletivas públicas.
 - **Fundações públicas de direito privado** – criadas por pessoas coletivas públicas ou privadas, desde que estas não tenham influência dominante.
- A distinção entre fundações públicas de direito público e as fundações públicas de direito privado, na prática, acaba por ser mais formal; isto por causa de ser aplicável a estas últimas o mesmo regime das primeiras, pela remissão do art. 57º nº2.
- Isto significa que as fundações públicas de direito privado passam a estar sujeitas, em grande medida, à Lei-Quadro dos institutos públicos (Lei nº 3/2004, de 15 de Janeiro) e a todas as vinculações a que as fundações públicas de direito público estão sujeitas.
- Assim, distinguem-se pelo facto de as fundações públicas de direito público só poderem ser criadas por pessoas coletivas públicas, enquanto as outras admitem também pessoas coletivas privadas desde que não tenham influência dominante

Direito das Pessoas e da Família

na fundação. Mas na prática, ambas se regem, essencialmente, pelos mesmos princípios e normas.

- Artigo 6º - as fundações adquirem personalidade pelo reconhecimento, resulta de um ato de concessão individual pela entidade competente. O reconhecimento fundacional das fundações privadas é da competência do Primeiro-Ministro ou a quem ele delegar essa função.
- O reconhecimento das fundações públicas resulta diretamente do ato da sua criação, já que as fundações públicas são criadas diretamente por pessoas coletivas públicas que, ao criá-las, estão imediata e implicitamente a reconhecê-las.
- Assim:
 - **Fundações privadas:** reconhecimento por concessão - as fundações privadas adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento individual pela entidade competente. Deve cumprir os requisitos previstos no artigo 22º/2.
 - **Fundações públicas:** reconhecimento por ato jurídico concreto - as fundações públicas adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento que resulta diretamente do ato da sua criação.

Estatuto de utilidade pública

- Nos termos do art. 24º da Lei-Quadro das Fundações, uma fundação privada pode ainda adquirir um estatuto suplementar de utilidade pública. Este estatuto traduz o reconhecimento pela entidade competente (Primeiro-Ministro ou em quem ele delegar, art. 25º) de especial interesse público da fundação privada e tem vantagens, nomeadamente, de natureza fiscal. O estatuto é concedido pelo prazo de 5 anos e é renovável mediante pedido de renovação, de acordo com o art 25º nº 5.
- Órgãos obrigatórios das Fundações privadas - Órgão de administração, órgão executivo e órgão de fiscalização.
- Órgão facultativo – Conselho de Fundadores ou de Curadores.

Direito das Pessoas e da Família

Fundações privadas de regime especial

- Fundações de solidariedade social (arts. 39º e ss)
- Fundações de cooperação para o desenvolvimento (arts 42º e ss)
- Fundações para a criação de estabelecimentos de ensino superior privados (arts 45º e ss)

Associações sem personalidade jurídica e comissões especiais

- Regime: artigos 195º a 201º-A
- Associações sem personalidade jurídica – situações em que um conjunto de pessoas se organiza para prosseguir um fim não lucrativo (ou sem reunirem ainda) os requisitos legais para constituírem uma associação com personalidade jurídica.
- Os elementos essenciais para a aquisição de personalidade estão previstos no artigo 158º e são eles: o ato de constituição, os estatuto, a forma (escritura pública, salvo disposição em especial – ex: lei 40/2007 – associação na hora necessita de documento particular, com reconhecimento presencial de assinaturas.
- Ato constitutivo – a natureza contratual é igual ao contrato constitutivo de associação sem personalidade jurídica. Mas é diferente de um contrato de associação com personalidade jurídica (insuficiência de forma legal, omissão de denominação ou não há diferença no contrato, exceto o registo quando este é necessário para aquisição de personalidade jurídica).
- Princípios gerais:
 1. Liberdade individual de constituição de associações
 2. Direito a aderir a associações existentes
 3. Direito a não ser coagido a inscrever-se ou permanecer em qualquer associação

Direito das Pessoas e da Família

4. Proibição de intervenções arbitrárias do poder político
5. Proibição de associações armadas, de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, organizações fascistas ou racistas, q promovam a violência cujos fins sejam contraditórios à lei penal (nº 1 e 4 do artigo 46º)
6. Proibição do Estado em dissolver associações ou suspender as atividades senão nos casos previstos em lei e através de decisão judicial (nº2 do artigo 46º)
7. Direito a prosseguirem os seus fins livremente e sem interferência das autoridades públicas
8. Direito à liberdade e autonomia interna
9. Direito “a regra democrática e as garantias dos direitos dos membros”

Fundo comum

- Serve para a prossecução dos fins da associação e a sua gestão compete aos órgãos da direção. Contitularidade dos bens pelos associados – o património pertence aos associados e não à associação porque esta não tem personalidade jurídica e não pode ser titular de situações jurídicas designadamente patrimoniais.
- No entanto, há uma certa autonomia patrimonial (princípio da separação do património do grupo) previsto no artigo 196º/2.
- Responsabilidade por dívidas prevista no artigo 198º. Nas associações com personalidade jurídica a princípio geral é que pelas dívidas de uma pessoa responde apenas o seu património. Nas associações sem personalidade jurídica, há uma responsabilidade primária do fundo comum, mas também uma responsabilidade subsidiária dos associados.
- Sociedade civis simples não personificadas são reguladas por: regras contratuais celebradas entre sócios (artigos 980º e seguintes). Analogia do artigo 195º, pelas regras relativas às associações sem personalidade jurídica, assim aplicam-se os artigos 195º e 197º, mas exclui-se a aplicação do 195º/3 e 198º, porque são matérias especificamente reguladas nos artigos 997º e 1002º.

Comissões especiais – artigos 199º a 201º

- Casos em que uma pluralidade de pessoas se incumbe, ou é incumbida, de uma certa tarefa, da prossecução de um certo fim, a quem é cometida a realização de algo. São realidades muito comuns na vida, comissões que se organizam na sociedade civil para os mais diversos fins.
- Artigo 200º - responsabilidade dos organizadores e administradores – difere das associações sem personalidade jurídica, porque aqui a lei não admite a constituição de um fundo comum, mas fala-se em fundos recolhidos ou fundos angariados.
- Artigo 201º - aplicação dos bens a outro fim.
- Artigo 201º-A – não contempla a publicação do património da associação.

Direito da Família

Introdução

- O Conceito de família não se encontra definido, de forma clara, no direito português. Em sentido lato pode ser entendida como o conjunto de pessoas unidas pelos vínculos do casamento, parentesco, afinidade e adoção que são as fontes das relações jurídicas familiares que o artigo 1576º do CC elenca. A CRP, por força do seu artigo 67º/1, qualifica a família como um elemento fundamental da sociedade.

A Família na Constituição da República Portuguesa

- As normas de principal relevo para o regime jurídico-constitucional da família encontram-se nos artigos 36º, 67º, 68º, 69º, 76º e parte do 26º. O primeiro e o último artigo consagram princípios constitucionais que são diretamente aplicáveis e dizem respeito (i) ao direito de constituir família e o direito à reserva

Direito das Pessoas e da Família

da intimidade da vida privada e familiar; (ii) o direito à celebração do casamento, a competência da lei para regular os efeitos e a dissolução deste e o princípio da igualdade dos cônjuges; (iii) direito à identidade pessoal e genética, a não-discriminação dos filhos nascidos fora do casamento, a atribuição aos pais do direito-dever de educação e manutenção dos filhos, a inseparabilidade dos filhos dos seus progenitores e a proteção da adoção. As restantes normas constitucionais referidas fundam princípios de proteção da família, de proteção da maternidade e paternidade, de proteção das crianças e jovens, e de proteção dos idosos.

- O direito fundamental consagrado no nº1 do artigo 36º compreende qualquer relação familiar, porém a autonomização constitucional do direito de contrair casamento e da proteção da adoção reduz o significado específico do direito de constituir família. O direito de constituir um vínculo jurídico de filiação não adotiva é um direito especialmente assegurado ao filho menor, devido à prevalência do interesse da criança, sendo que este é um vetor fundamental de todo o regime jurídico-constitucional da família. O artigo 67º/2 prevê como incumbência do Estado garantir o direito ao planeamento familiar, de forma a permitir o exercício de uma maternidade e paternidade conscientes.
- Importa referir que ainda não cabe no conceito constitucional de família a união de facto nem a convivência em economia comum, devido ao fator de incerteza destas relações (dissolvem-se por mera vontade das partes), sendo tal fator adverso ao investimento que o legislador constituinte faz na tutela da família. Porém estas relações não carecem em absoluto de fundamento constitucional, uma vez que traduzem o exercício do direito ao desenvolvimento da personalidade (artigo 26º/1 CRP).
- O direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar corresponde a uma situação jurídica fundamental relativa à família. Este direito envolve diretamente a componente familiar assegurando uma esfera de privacidade ao indivíduo, no contexto das suas relações familiares, que ele pode opor ao Estado e a particulares que não sejam sujeitos das mesmas relações.
- Do artigo 36º resulta ainda que os pais (sem discriminação de género) têm o direito e o dever de educação dos filhos e, por regra, estes não podem ser

Direito das Pessoas e da Família

separados dos pais, sendo que só é legítimo que tal aconteça quando estes não cumpram os deveres fundamentais para com os seus filhos. Não pode haver discriminação entre os filhos nascidos fora do casamento pelo que não existem filhos legítimos ou ilegítimos.

- A ideia do artigo 67º/1 da CRP é a de que a família é um elemento fundamental da sociedade e essa essencialidade legitima a intervenção regulamentadora do Estado, diminuindo o impacto da proclamação do direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar, estando as incumbências do Estado definidas no nº 2 do mesmo artigo. Por força do artigo 69º as crianças têm “*direito à proteção da sociedade e do Estado*”. A proteção estatal visa de modo muito particular as crianças que não têm uma família ou que não beneficiam de um ambiente familiar normal. O artigo 72º protege os idosos através da garantia ao direito à segurança económica e condições de habitação em conjugação com o direito à segurança social. O Estado deve ainda zelar pelo cumprimento do dever de assistência/obrigação de alimentos que recai sobre os familiares. A preocupação de assegurar a autonomia e evitar a marginalização das pessoas idosas implica apoio não só a estas como às respetivas famílias, bem como uma ação pública vocacionada para a preservação ou restauração de mecanismos de solidariedade familiar em benefício dos ascendentes.

Fontes das relações jurídicas familiares

- A relação jurídica familiar é um conceito fulcral no Direito da Família. Este contribui para a delimitação das relações parafamiliares e a inclusão da proteção de crianças, jovens e idosos é produto de uma construção funcional que se inspira nos deveres jurídicos de proteção emergentes de ligações que se reconduzem a relações familiares. O artigo 1576º qualifica como “*fontes das relações jurídicas familiares*”: o casamento, o parentesco, a afinidade e a adoção. Este elenco é manifestamente infeliz, pois casos como o parentesco ou a afinidade não são fontes, mas sim relações jurídicas familiares em si. Assim sendo um elenco mais correto seria o casamento enquanto ato, a procriação, o casamento-ato conjugado com a procriação e o ato da adoção.

Direito das Pessoas e da Família

- As chamadas relações familiares são simples vínculos jurídicos e não verdadeiras relações jurídicas. Uma relação jurídica em sentido técnico acarreta situações jurídicas relativas, um direito de uma pessoa a que corresponde um dever de outra, o que nem sempre acontece os casos indicados. O elenco dificilmente poderá ser considerado taxativo, crescendo no seio da doutrina a possibilidade de incluir no elenco a união de facto. O parentesco, o casamento e a afinidade serão abordados adiante, sendo que agora será analisada a adoção.
- Nos termos do artigo 1586º, a adoção *“é o vínculo que, à semelhança da filiação natural, mas independentemente dos laços de sangue, se estabelece legalmente entre duas pessoas nos termos dos artigos 1973º e seguintes”*. A constituição do vínculo depende da vontade de uma das partes, o adotante, e faz-se por sentença judicial, que tem de ser proferida num processo próprio. A adoção só será decretada quando o tribunal entender que ela trará vantagens para o adotando (superior interesse da criança), se funde em motivos legítimos, não envolva sacrifício injusto para os outros filhos do adotante e seja possível supor que entre o adotante e o adotado se estabelecerá uma ligação idêntica à da filiação (artigo 1974º/1)
- Em razão dos efeitos, distingue-se a adoção plena da restrita (artigo 1977º/1). O efeito principal comum às duas espécies de adoção é a atribuição ao adotante do poder paternal sobre o adotado. A adoção plena é equiparada à filiação biológica e extingue normalmente as relações familiares entre o adotado e a sua família biológica (artigo 1986º). No entanto, a adoção restrita não acarreta a extinção total das situações jurídicas familiares entre o adotado e os seus parentes (artigo 1994º), nem uma ligação familiar entre o adotado e os parentes do adotado. Isto significa que a noção legal de adoção, enquanto “imitação da filiação natural”, se ajusta melhor à adoção plena do que à restrita.
- Tudo ponderado, a adoção corresponde à relação que, independentemente dos laços de sangue, se estabelece entre duas pessoas, tendo como objeto situações jurídicas paterno-filiais, e que é constituída por sentença judicial, decretada a pedido de umas das partes, o adotante, na sequência de um processo próprio, o chamado processo de adoção. À semelhança do casamento, a adoção é um ato que tem de ser registado (artigo 1º, nº1, al c), do CRC), não se podendo, em

Direito das Pessoas e da Família

princípio, invocar o vínculo adotivo antes disso (artigo 2º do CRC). A extinção do vínculo de adoção só pode ter lugar por via judicial ou por morte.

- O **parentesco** é o *“vínculo que une duas pessoas, em consequência de uma delas descender da outra ou de ambas procederem de um progenitor comum”* (artigo 1578º). O parentesco, que é uma relação de consanguinidade, ou de laços de sangue, entre duas pessoas, determina-se por linhas e por graus: *“cada geração forma um grau, e a série dos graus constitui a linha de parentesco”* (artigo 1579º). Assim sendo parentes são pessoas que se encontram unidas por um vínculo de parentesco.
- Quando uma das pessoas descende da outra diz-se que são parentes em linha reta; quando nenhuma das pessoas descende da outra, mas ambas procedem de um progenitor comum, diz-se que são parentes em linha colateral (artigo 1580º/1). Em linha reta existem tantos graus quantas as pessoas que formam a linha de parentesco, excluindo o progenitor. Em linha colateral existem tantos graus quantas as pessoas que formam a linha de parentesco (subindo por um dos ramos e descendo pelo outro), excluindo o progenitor comum.
- O parentesco na linha reta pode ser descendente ou ascendente; é descendente quando se parte do ascendente para o que dele procede; é ascendente quando se parte do descendente para o progenitor. No âmbito do artigo 1952º/2 a lei distingue ainda entre linha paterna e materna. Quando duas pessoas são parentes quer na linha paterna quer na materna fala-se de parentesco bilateral, sendo que o parentesco unilateral será quando este só se verifica por via de uma das linhas.
- A fonte do parentesco é a procriação, mas os *“poderes e deveres emergentes da filiação ou do parentesco só são atendíveis se a filiação se encontrar legalmente estabelecida”* (artigo 1797º/2). Há que atender à exceção do artigo 1603º e ao facto de o estabelecimento da filiação ter efeitos retroativos.
- Nos termos do artigo 1582º, salvo disposição legal em contrário, os efeitos do parentesco produzem-se em qualquer grau da linha reta e até ao sexto grau da linha colateral. A relevância jurídica da relação de parentesco manifesta-se, por exemplo, nos seguintes domínios:

Direito das Pessoas e da Família

- São sucessíveis legítimos os parentes na linha reta e até ao quarto grau na linha colateral (artigo 2133º) e sucessíveis legitimários os parentes na linha reta (artigo 2157º);
- Estão obrigados a alimentos os parentes na linha reta e até ao segundo grau na linha colateral (artigo 2009º);
- Havendo lugar à nomeação de um tutor este será escolhido de entre os parentes, não podendo escusar-se da tutela os parentes da linha reta e até ao quarto grau da linha colateral (artigos 1931º e 1934º)
- O parentesco na linha reta ou no segundo grau da linha colateral constitui impedimento dirimente do casamento (artigo 1602º) e o parentesco no terceiro grau da linha colateral constitui impedimento impediante (artigo 1604º)
- A relevância jurídica do parentesco varia em razão da linha e do grau. As principais relações provenientes do parentesco são, por ordem de importância, as seguintes: (i) filiação – maternidade ou paternidade. Nesta relação os sujeitos estão vinculados, de um modo recíproco aos deveres de respeito, auxílio e assistência e a sujeição dos filhos ao poder paternal até à maioridade ou emancipação (artigos 1874º e 1877º e seguintes); (ii) a que liga outros parentes em linha reta, nomeadamente avós e netos; (iii) a que liga irmãos entre si; (iv) a relação entre uma pessoa e os descendentes do seu irmão, nomeadamente a ligação entre tio e sobrinho e por fim (v) a do parentesco no 4º grau da linha colateral.
- A relação de parentesco extingue-se com a morte de um dos sujeitos ou na sequência de uma ação judicial, ou seja através da impugnação da maternidade ou da paternidade.
- A afinidade é o vínculo que liga cada um dos cônjuges ao parente do outro (artigo 1584º), ou seja a constituição desta relação jurídica familiar depende da celebração de um casamento e da existência de uma relação de parentesco entre uma pessoa e um dos cônjuges. Esta não cessa pela dissolução do casamento por morte e não gera só por si outras relações de afinidade. Esta determina-se pelos mesmos graus e linhas que definem o parentesco (artigo 1585º). É importante

Direito das Pessoas e da Família

realçar que não existe qualquer tipo de relação jurídica familiar entre os parentes de um cônjuge e os parentes do outro.

- A espécie de relação de afinidade com maior importância é a afinidade na linha reta, designadamente, a que liga os sogros às noras ou genros e a que liga os padrastos aos enteados. De qualquer modo, os seus efeitos são menores que aqueles que estão associados às principais espécies da relação de parentesco. Na última classe das pessoas obrigadas a alimentos de fonte legal, encontram-se o padrasto e a madrasta, que estão vinculados à prestação de alimentos relativamente a enteados menores que estejam, ou estivessem no momento da morte do cônjuge, a cargo deste (artigo 2009º). A qualidade de afim na linha reta ou colateral, pode acarretar a obrigação de exercer a tutela do menor ou de integrar o conselho da família (artigo 1931º e 1952º).
- Apesar da dissolução do casamento por morte (artigo 1585º) não levar à cessação da afinidade, esta cessa com o divórcio. Esta solução é ajustada na medida em que se mantém as relações de afinidade nos casos em que normalmente se conservam *“os laços afetivos especiais criados pela afinidade”*, sendo que tal acontece mais facilmente quando há dissolução do casamento por morte do que quando há lugar ao divórcio.
- A questão dos alimentos e da sua obrigatoriedade no seio das relações familiares e para-familiares assume uma relevante importância. A obrigação de alimentos é um efeito suscetível de se verificar em todo o tipo de relações familiares. No elenco das pessoas vinculadas à prestação legal de alimentos figuram o cônjuge, parentes e afins (artigo 2009º/1); à adoção plena aplicam-se as regras do parentesco em matéria de alimentos, por força do artigo 1986º; o vínculo de adoção restrita constitui uma obrigação de prestar alimentos (artigo 2000º). Em reforço da importância do tema no domínio jusfamiliar, assinala-se ainda a litigância que se desenrola em torno dos alimentos devidos aos filhos por pais separados ou divorciados e entre cônjuges separados ou ex-cônjuges.
- Apesar disto a obrigação de alimentos não tem uma natureza jurídica familiar, visto que esta pode vincular uma pessoa perante outra sem que entre elas exista ou tenha existido qualquer laço familiar (ex: inclusão do ex-cônjuge no grupo de devedores de uma eventual prestação legal de alimentos). A obrigação de

Direito das Pessoas e da Família

alimentos apresenta estrutura patrimonial, enquadrando-se numa relação creditícia que em muitos casos se encontra funcionalmente associada a uma relação familiar. Os alimentos são prestações que visam prover a tudo o que é indispensável ao sustento, habitação e vestuário de uma pessoa, compreendendo também o que é necessário à instrução e educação do alimentando no caso de este ser menor (artigo 2003º). Assim sendo a obrigação de alimentos pode ter por fonte um negócio jurídico ou um facto não negocial, nomeadamente, um vínculo familiar (obrigação legal de alimentos).

- O artigo 2009º/1 estabelece o elenco geral de pessoas vinculadas à prestação legal de alimentos. De acordo com o nº3 do mesmo artigo, se algum dos vinculados não puder prestar os alimentos ou não puder saldar integralmente a sua responsabilidade, o encargo recai sobre os onerados subsequentes. No caso de serem várias as pessoas obrigadas à prestação de alimentos, o artigo 2010º determina que respondem todas na proporção das suas quotas como herdeiros legítimos do alimentando e que se alguma das pessoas assim oneradas não puder satisfazer a parte que lhe cabe, o encargo recai sobre as restantes. Pode suceder ainda a situação em que o alimentando tenha disposto de bens por doação que lhe pudessem assegurar meios de subsistência. Neste caso o artigo 2011º vem determinar que a obrigação alimentar recai, no todo ou em parte, sobre o donatário, segundo a proporção do valor dos bens doados, e não sobre as pessoas elencadas no artigo 2009º.
- A obrigação legal de alimentos é vista como expressão de um dever de solidariedade entre os membros da família. Contudo esta ideia tem os seus limites pesando forçosamente motivações concretas e específicas. A medida dos alimentos é orientada pelo binómio necessidade do alimentando – possibilidade do obrigado (artigo 2004º): os alimentos destinam-se a prover ao que é indispensável à vida de uma pessoa que não tem bens suficientes nem consegue trabalhar o bastante para assegurar a sua própria subsistência. Ainda assim a fixação dos alimentos não pode exceder nem o que é necessário ao credor, nem o que é exigível ao devedor em função da sua capacidade. Há que destacar que entre cônjuges e entre pais e filhos a obrigação de alimentos insere-se no dever de assistência só adquirindo autonomia quando não haja vida em comum.

Direito das Pessoas e da Família

Havendo vida em comum as partes estão vinculadas à obrigação recíproca de contribuir para os encargos da vida familiar (artigos 1675º/1, 1676º/1, 1874º e 2015º). Neste caso a obrigação de alimentos integra-se no dever de assistência e não como necessidade de um dos sujeitos. Na relação entre pais e filhos sujeitos ao poder paternal, ao dever de assistência acresce o dever de sustento (artigos 1878º/1 e 1879º) e este distingue-se da obrigação pura de alimentos, nomeadamente porque os titulares das responsabilidades parentais têm de proporcionar aos filhos um nível de vida idêntico ao seu.

- Os alimentos são fixados ou por acordo ou pelo tribunal, sendo, em regra, devidos sob a forma de pensão ou prestação pecuniária mensal. O direito legal de alimentos é (i) indisponível, porque não pode ser renunciado ou cedido, salvo o disposto no artigo 2008º/1, (ii) impenhorável, conforme estabelecido pelo nº2 do artigo 2008º e (iii) insuscetível de se extinguir por compensação, não sendo possível obter créditos pelos alimentos.
- Os alimentos taxados são suscetíveis de alterações quando as circunstâncias determinantes da sua fixação se modificarem: conforme os casos, a prestação alimentícia pode, então, aumentar, diminuir ou passar a vincular certas pessoas (artigo 2012º). Os artigos 2013º e 2019º, em conjunto com o nº3 do 2020º, estabelecem as causas que podem levar à cessação da obrigação de alimentos.

Características do Direito da Família

O Direito da Família é dotado de certas características que se refletem nas sua especificidade:

- **Permeabilidade à realidade social** – este ramo do direito é bastante permeável à realidade social de cada Estado e às posições ideológicas (políticas, religiosas, etc). Esta permeabilidade reflete-se, sobretudo, no domínio da atividade legislativa acerca da matéria (exemplo: mudanças entre a legislação familiar em vigor durante o Estado Novo e após o 25 de Abril). O Direito da Família pode apenas considerar correta uma categoria

Direito das Pessoas e da Família

de concepções (monista); pode admitir a relevância de diferentes ordens de dever-ser social, dentro de certos limites, que são normalmente definidos pelo pensamento da maioria (pluralista); pode permitir a existência de normas que permitam comportamentos que se orientem por quaisquer valores, sendo todas as concepções válidas (relativista). Esta característica leva a que cada concepção do Direito da Família seja contextualizada face à realidade social e política do ordenamento em questão;

- **Crescente Internacionalização** – nos países ocidentais são importadas, para o âmbito do Direito da Família, soluções externas que são harmonizadas com soluções intraestaduais e regula situações transnacionais mediante normas de outros ordenamentos; Por exemplo em Portugal os artigos 49º a 61º podem determinar a aplicação de normas de ordenamentos estrangeiros.
- **Prevalência da dimensão pessoal sobre a patrimonial** – apesar do peso dos aspetos patrimoniais, é a vertente pessoal que marca o regime da relação familiar. Na ótica legal, a constituição da relação conjugal não é um meio de aumentar o património ou de prover a futuras necessidades económicas; destina-se a criar uma comunhão tendencialmente plena de vidas (artigos 1577º e 1672º);
- **Recurso a conceito indeterminados** – estes são usados para definir os efeitos nucleares das mais relevantes relações jurídicas familiares, fenómeno que é patente nos enunciados dos deveres conjugais e paterno-filiais (artigos 1672º e 1874º). Esta técnica tem a vantagem de conferir à lei uma maior aptidão de resposta aos desafios do caso concreto e uma maior capacidade de resistência ao tempo;
- **Profusão de normas injuntivas** – este elemento apesar de restritivo da margem de autonomia privada, não elimina a liberdade individual dos sujeitos da relação familiar;
- **Oscilação entre institucionalismo e individualismo ético** – a instituição familiar regula os interesses comuns daqueles que estão unidos entre si laços familiares, a verdade é que não relega para um lugar secundário os

Direito das Pessoas e da Família

respetivos interesses exclusivos. Ao lado de referências legais ao “bem da família” e à “unidade da vida familiar”, coexistem referências interesses e às exigências da vida profissional de cada um dos cônjuges, bem como aos interesses dos filhos;

- **Lógica de proteção** – esta é transversal a todo o ramo: tutela de um cônjuge perante o outro, contra a desigualdade e a violência na constância do matrimónio; tutela do ex-cônjuge mais desfavorecido; medidas de proteção das pessoas que vivem em união de facto e em responsabilidades parentais; superlativação do interesse do menor, que funcionaliza as responsabilidades parentais, entre outros.
- **Grande abertura ao uso da mediação e de outros métodos alternativos de resolução de conflitos** – a intervenção judicial de conciliação ou arbitragem e a mediação. Os artigos 1673º/3 e o 1901º/2 e 3, prevêem situações em que o juiz é chamado a decidir sobre assuntos concretos da vida familiar mediante solicitação de qualquer uma das partes.

Filiação

Noção e modalidades

- A filiação é o vínculo jurídico que une duas pessoas em virtude de uma ter gerado a outra. Em sentido estrito esta é uma espécie da relação de parentesco, definindo-se como a relação juridicamente estabelecidas entre as pessoas que procriaram e aquelas que foram geradas – artigos 1796º e seguintes que regulam o estabelecimento da filiação. Em sentido amplo, à filiação corresponde quer a relação jurídica familiar constituída pela procriação quer a relação que, não tendo origem no fenómeno da procriação, produza efeitos jurídicos similares.
- A lei recorre, normalmente, ao conceito amplo de filiação devido a um dos princípios orientadores do Direito da Família: o superior interesse da criança/menor, este tem sido fundamental para as diversas alterações, em sentido positivo, que o Direito da Família tem conhecido. Esta noção também permite o tratamento da matéria da adoção em paralelo com a da filiação

Direito das Pessoas e da Família

biológica, o que permite conferir adequado destaque à principal razão de ser do instituto da adoção.

- O Direito da Filiação assenta numa conceção filiocêntrica como se pode verificar, por exemplo, no nº2 do artigo 1875º em que os conflitos entre os pais sobre o nome do menor são decididos pelo juiz “de harmonia com o interesse do filho”. À semelhança deste artigo também alguns dos preceitos constitucionais já abordados são determinantes para a conceção que é dada a este ramo jurídico.
- Existem três modalidades de filiação: (i) biológica, (ii) adotiva e (iii) por consentimento não adotivo.
 - A primeira é aquela que decorre do fenómeno da procriação, identificando-se com o parentesco no 1º grau da linha reta, que é uma relação familiar nominada (artigo 1578º). A constituição deste vínculo ou o seu estabelecimento tem eficácia retroativa, produzindo efeitos entre os sujeitos desde a data do nascimento do filho (artigo 1797º/2).
 - A segunda é aquela que, independentemente dos laços de sangue, se constitui por uma sentença proferida no âmbito do processo de adoção (artigo 1973º/1). Por força do artigo 1586º corresponde a uma relação familiar nominada. O estabelecimento desta, ao contrário do da filiação biológica, não tem carácter retroativo.
 - A terceira constitui-se mediante o consentimento da parte que irá assumir a posição jurídica de pai, independentemente dos laços de sangue e sem que tenha havido uma sentença de adoção. O nº 3 do artigo 1839º consagra um exemplo deste tipo de filiação: não permitindo a impugnação da paternidade presumida do marido da mãe quando aquele tenha consentido na inseminação artificial sem distinguir consoante o esperma provenha do marido ou de terceiro, ou seja *“a partir do momento em que haja consentimento na inseminação artificial do marido da mãe a paternidade passa a ser presumida para este”*. Esta modalidade reveste carácter retroativo.
- A força do critério biológico (que conduz a diversos impedimentos no âmbito da filiação adotiva) funda-se no direito à identidade pessoal do filho e no direito ao desenvolvimento da personalidade dos pais consagrados no artigo 26º/1 CRP.

Direito das Pessoas e da Família

Apesar de nem sempre ser assim é de esperar um melhor desempenho das responsabilidades parentais por parte daqueles que são os pais genéticos. Não obstante tal presunção o legislador afastou-se do princípio da verdade biológica ao, por exemplo, sujeitar as ações de investigação de maternidade, de paternidade e de impugnação desta a prazos de caducidade.

Estabelecimento da filiação, no caso de procriação através de ato sexual: maternidade e paternidade

- O artigo 1796º distingue entre estabelecimento da filiação quanto à mãe e quanto ao pai. O nº1 diz-nos que a filiação materna resulta do facto do nascimento e que se estabelece nos termos dos artigos 1803º a 1825º, ou seja, por declaração de maternidade ou reconhecimento judicial. O nº2 dispõe que a paternidade se presume em relação ao marido da mãe e que, nos casos de filiação fora do casamento, se estabelece pelo reconhecimento.
- A maternidade jurídica resulta do facto do nascimento, regra que tem em vista a situação comum, em que a mãe genética e a mãe de gestação são uma e mesma pessoa. O parto é tido como um elemento que torna patente a ligação biológica do filho à mãe. Em matéria de estabelecimento da paternidade, na falta de um elemento com a notoriedade do parto, adotou-se o sistema de presunção para os filhos nascidos dentro do casamento, e o sistema do reconhecimento para os demais.
- A Maternidade é o vínculo jurídico existente entre a mãe e o filho e os únicos dois modos de conduzir a tal estabelecimento por um dos dois únicos modos possíveis: a declaração de maternidade ou o reconhecimento judicial.
- A primeira é o modo normal de estabelecer a maternidade e consiste numa indicação da maternidade que tanto pode ser efetuada pela mãe como por terceiro. Em regra, a declaração de maternidade faz-se por menção desta no registo de nascimento do filho (artigo 1803º CC e artigo 112º/1 C.R.C). O nascimento é um facto sujeito obrigatoriamente a registo e que cabe, em primeiro lugar, aos pais do recém-nascido ou a quem represente o menor. No caso da declaração de nascimento ter ocorrido há menos de um ano, a maternidade indicada é aquela se considera estabelecida (artigo 1804º/1). Se o

Direito das Pessoas e da Família

nascimento tiver ocorrido há mais de um ano, a maternidade considera-se estabelecida se a mãe estiver presente ou representada com poderes para o efeito. Quando o registo de nascimento é omissivo quanto à maternidade, a mãe pode fazer a todo o tempo a declaração de maternidade e qualquer pessoa com competência para fazer a declaração de nascimento tem a faculdade de identificar a mãe do registando (artigo 1806º).

- A mãe não perfilha, declara a maternidade, sendo que esta, em sentido restrito, é a figura homóloga à perfilhação. A declaração de maternidade efetuada pela mãe consiste numa simples comunicação de um facto ostensivo como é o nascimento. Assim sendo o artigo 1807º apenas prevê a impugnação da maternidade estabelecida com base em declaração somente quando a maternidade indicada não for verdadeira.
- O reconhecimento judicial é o outro modo de estabelecimento da maternidade e ocorre através de uma ação autónoma de investigação de maternidade (ação proposta pelo filho para o efeito). Por força do artigo 1815º não é admissível o reconhecimento judicial de maternidade em contrário da que conste do registo de nascimento. O artigo 1816º estabelece os diferentes casos de presunção da maternidade. O tribunal deve comunicar a qualquer conservatória do registo civil a decisão que reconhecer a maternidade, para que seja feito o averbamento da filiação estabelecida (artigo 78º do C.R.C).
- A averiguação oficiosa da maternidade não é si em própria um modo de estabelecimento da maternidade, mas uma atividade imposta por lei com o objetivo de conduzir a tal estabelecimento por um dos dois modos anteriormente falados. Sempre que a maternidade não esteja mencionada no registo de nascimento, deve o funcionário remeter ao tribunal certidão integral do registo acompanhada de cópia do auto de declarações havendo-as, sendo que uma de duas coisas pode suceder: (i) O curador deve proceder às diligências necessárias para identificar a pretensa mãe, se esta confirmar a maternidade será lavrado termo e remetida certidão para averbamento ao assento de nascimento do filho e a maternidade estabelece-se por declaração; (ii) podem seguir-se os trâmites do reconhecimento judicial e se a ação for procedente a maternidade estabelece-se por reconhecimento judicial.

- A **paternidade** é o vínculo jurídico que liga o pai ao filho. Segundo o artigo 1796º/2 a paternidade presume-se em relação ao marido da mãe e, nos casos de filiação fora do casamento, estabelece-se pelo reconhecimento. A presunção de paternidade é regulada pelos artigos 1826º a 1846º. Segundo o artigo 1847º, o reconhecimento da paternidade efetua-se por duas formas: perfilhação ou reconhecimento voluntário e este meio de estabelecimento da paternidade encontra-se regulado pelos artigos 1847º a 1873º. Concluindo existem três modos de estabelecimento da paternidade: presunção desta, perfilhação e o reconhecimento judicial.
- Do artigo 1826º resulta que se presume que o filho nascido ou concebido na constância do matrimónio da mãe tem como pai o marido da mãe e a anulação do casamento não exclui a presunção. Dada a prevalência estatística dos filhos matrimoniais, este é o modo normal de estabelecer a paternidade.
- O conhecimento do momento da concepção do filho é especialmente relevante para efeitos de estabelecimento da paternidade. Em primeiro lugar presume-se que o filho concebido na constância do matrimónio tem como pai o marido da mãe. Importa também referir que para que o nascituro possa ser perfilhado tal só pode acontecer se for posterior à concepção (artigo 1855º).
- O artigo 1798º estabelece que a concepção se deu num dos 120 dias dos 300 que precederam o nascimento. Com isto o filho beneficia de duas presunções: esta já referida e de que a sua gestação não foi superior a 300 dias nem inferior a 180. O artigo 1800º determina as possibilidades de ilidir as presunções do artigo 1798º. Assim sendo a estas presunções existem duas exceções: (i) se tiver sido interrompida ou completada outra gravidez e (ii) através de fixação judicial da concepção.
- A paternidade presumida tem de constar obrigatoriamente do registo do nascimento, não sendo admitidas menções que a contrariem, salvo o disposto nos artigos 1828º e 1832º. Porém pode haver a cessação da presunção da paternidade. O artigo 1828º determina que tal cessa relativamente ao filho concebido antes do casamento; O artigo 1829º/1 prescreve que a presunção

Direito das Pessoas e da Família

cessa se o nascimento do filho ocorrer passados 300 dias depois de finda a coabitação; O artigo 1832º/2 determina que a presunção de paternidade cessa se a mulher casada fizer a declaração de nascimento com a indicação de que o filho não é do marido.

- Havendo bigamia ou casamento sucessivo da mãe com desrespeito pelo prazo internupcial, surge um conflito de presunções de paternidade, que é resolvido pelo artigo 1834º ao estabelecer que prevalece a presunção de que o pai é o segundo marido, porém esta pode ser impugnada e se tal acontecer com sucesso renasce a presunção relativa ao anterior marido da mãe.
- A perfilhação consiste no reconhecimento do filho por ato pessoal e livre dos pais, conjuntamente ou de um deles. Têm capacidade para este ato os maiores de 16 anos. Esta é a forma mais comum de estabelecer a paternidade fora do casamento. Esta é admitida a todo o tempo, antes ou depois do nascimento do filho e mesmo após a sua morte.
- A perfilhação é um ato pessoal, livre, solene e irrevogável. É pessoal na medida em que tem de ser feito pelo próprio pai ou por intermédio de procurador com poderes especiais (artigo 1849º); É livre podendo ser anulável se for viciada por coação moral (artigo 1860º/1). Porém não é facultativo, pois o pai biológico tem o dever jurídico de perfilhar, sendo que a não observância de tal dever pode originar uma obrigação do pai indemnizar o filho. É solene, pois tem de revestir uma das formas do artigo 1853º. Independentemente da forma assumida é um ato irrevogável (artigo 1858º).
- Em primeiro lugar o ato de perfilhação tem de corresponder à verdade, sob pena de ser impugnada caso tal não se verifique (artigo 1859º/1). O perfilhante tem de ser capaz (ter mais de 16 anos, não estar interdito ou notoriamente demente no momento da perfilhação) e também tem consentir, ou seja tem de declarar, de forma pura e simples, que quer perfilhar. Os requisitos da perfilhação relativos ao perfilhando são a ausência de outra paternidade estabelecida, a conceção do perfilhando, a existência do perfilhando e o assentimento do perfilhando caso este seja maior de idade no momento da perfilhação. Um nascituro pode ser perfilhado desde que tal ato surja após a conceção e o perfilhante identifique a mãe.

Direito das Pessoas e da Família

- A perfilhação é um simples ato jurídico: o efeito de estabelecimento da paternidade estabelece-se por força de lei, independentemente de ter sido querido ou não pelo perfilhante, ou seja é uma declaração não-negocial (artigo 1852º). Porém, como decorre do artigo 1860º/1 e 2 que estabelecem o regime da anulação da perfilhação por erro ou coação moral, é necessário que o perfilhante esteja convencido da sua paternidade e que tenha querido perfilhar.
- O reconhecimento judicial é outro modo de estabelecer a paternidade fora do casamento e realiza-se através de uma ação autónoma (especialmente intentada para o efeito) de investigação da paternidade. À semelhança do que acontece com o reconhecimento judicial da maternidade, o tribunal que reconhecer a paternidade deve comunicar a decisão a qualquer conservatória do registo civil, para que seja feito o averbamento da filiação estabelecida (artigo 78º C.R.C). A ação de investigação de paternidade não pode ser proposta enquanto a maternidade não se achar estabelecida, a não ser que seja pedido conjuntamente o reconhecimento da paternidade e da maternidade (artigo 1869º). Por força do artigo 1872º pode uma ação de investigação ser proposta por diferentes filhos da mesma mãe contra o mesmo pretenso pai.
- A causa de pedir nas ações de investigação da paternidade é a procriação biológica do filho pelo réu a quem a paternidade é imputada. Esta pode ser provada por testes de ADN (artigo 1801º), em presunções não ilididas (artigo 1871º) ou pela demonstração de que o pretenso pai teve relações sexuais com a mãe durante o período legal de concepção e que dessas relações resultou o nascimento do investigante.
- Dadas as dificuldades de se obter a prova direta da procriação (testes de ADN) porque existe uma posição adversa à realização coerciva de exames de ADN por parte do pretenso progenitor, as presunções legais previstas no artigo 1871º assumem um papel de bastante importância. O investigante pode alegar que uma das presunções estabelecidas não se confirma, recaindo assim sobre o investigado o ónus de provar que se verifica. A presunção será ilidida quando existam sérias dúvidas sobre a paternidade. Assim sendo as presunções de paternidade elencadas pelo nº1 do artigo 1871º são de extrema importância e devem ser sempre atendidas em casos de investigação da paternidade.

Direito das Pessoas e da Família

- Como resulta do artigo 1864º “sempre que seja lavrado registo de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, deve o funcionário remeter ao tribunal certidão integral do registo, a fim de se averiguar oficiosamente a identidade do pai”. Através desta averiguação pode o estabelecimento da paternidade resultar em perfilhação ou reconhecimento judicial.

Filiação Adotiva

- A somar ao que já foi referido anteriormente acerca da adoção, esta pretende dar o direito a uma criança a um autêntico ambiente familiar quando esta tenha sido privada deste. Contudo e apesar dos esforços de flexibilização dos requisitos da adoção e de aceleração do respetivo processo, o instituto parece estar condenado a ter, no ordenamento jurídico português, escassa funcionalidade prática. A ideia inequívoca, entre nós, de que a adoção é uma imitação da filiação natural leva a considerar a filiação adotiva como secundária relativamente à biológica, assumindo um caráter de exceção. Excecionalidade essa que, no plano jurídico, é confirmada quando a consagração constitucional deste instituto é imediatamente precedida pelo princípio da inseparabilidade dos pais dos filhos, princípio esse que é aplicável aos pais biológicos e que só conhece a ressalva da separação por decisão judicial quando eles não cumpriam os seus deveres fundamentais. Um modelo em que a adoção não surja como uma filiação de segunda ou como um “mal menor”, mas sim como uma forma normal de uma pessoa adulta assumir a responsabilidade pela satisfação das necessidades de uma criança será certamente preferível, apesar de outros riscos que possa representar. O peso real da adoção é condicionado pela atitude social e cultural, porém é importante ter em mente que se trata de um instituto que foi reabilitado há cerca de 40 anos, após cerca de 400 anos de desconfiança e até de proibição.
- Do ponto de vista dos requisitos para a adoção importa distinguir entre: (i) os requisitos quanto ao adotando, (ii) requisitos quanto ao adotante e (iii) requisitos quanto à relação entre o adotando e adotante.
- Relativamente à primeira, constituem requisitos da adoção quanto ao adotando os seguintes: conveniência do vínculo, não subsistência de adoção anterior,

Direito das Pessoas e da Família

idade máxima e consentimento. A adoção só “será decretada quando apresente reais vantagens para o adotando” (artigo 1974º/1). Por força do artigo 1975º não é possível existirem duas ou mais adoções simultâneas do mesmo adotando, bem como a adoção sucessiva do mesmo adotando por pessoas que não estejam ligadas entre si. Não é permitida a adoção de maiores nem de menores emancipados. Em regra, o adotando deve ter menos de 15 anos à data da petição judicial de adoção, salvo a exceção do nº 2 do artigo 1980º. Por fim o adotando com mais de 12 anos terá de dar o seu consentimento (artigos 1981º e 1993º), salvo as exceções constantes dos mesmos artigos.

- Relativamente aos requisitos em relação ao adotante estes são cinco: vontade de adotar, motivos legítimos, idoneidade, idade mínima e idade máxima. A falta do consentimento do adotante é fundamento de extinção retroativa da adoção (artigos 1990º e 1993º). A adoção fundamentada como meio de diminuir a carga fiscal ou outros benefícios não é permitida tendo de haver motivos legítimos para tal (artigo 1974º/1) Por meio do inquérito destinado a instruir o processo de adoção revela-se a idoneidade do adotante (artigo 1973º/2). O intervalo de idades para adotar varia entre os 25 e os 60 anos, conforme se encontra estabelecido nos artigos 1979º e 1992º.
- Os requisitos quanto à relação entre o adotando e o adotante são dois: (i) a probabilidade do estabelecimento de um vínculo, entre o adotante e o adotado, semelhante ao da filiação biológica e (ii) a necessidade de um período em que o adotando tenha estado previamente ao cuidado do adotante. À luz do primeiro requisito afigura-se questionável a adoção de um irmão por outro, de um neto por um avô, etc isto porque este tipo de adoções, à partida, não irão reproduzir uma situação de filiação biológica. A necessidade de um período de adaptação, imposta pelo artigo 1974º/2, prende-se com o facto de ser mais vantajoso e seguro para a criança que passe por um período de adaptação e que, findo este, a autoridade competente, com base no comportamento e da relação que se desenvolveu entre adotando e adotante, determina a permanência ou não da criança.

Direito das Pessoas e da Família

- A adoção plena tem certas particularidades que devem ser destacadas: (i) a proibição de constituição e prova do vínculo da filiação biológica e (ii) o segredo da identidade.
- O artigo 1987º prescreve que depois de decretada a adoção plena não é possível estabelecer a filiação natural do adotado nem fazer a prova dessa filiação fora do processo preliminar de casamento. Porém este artigo deve ser conjugado com o nº1 do artigo 1603º que determina que pode ser feita prova da maternidade ou paternidade na ação de nulidade ou anulabilidade do casamento. Se tal não acontecesse poderia dar-se o caso de uma filha casar com o pai biológico, sem que o soubesse, e que posteriormente não se pudesse fazer prova de que eram pai e filha biológicos. Por força do artigo 1985º a identidade do adotante não pode ser revelada aos pais biológicos do adotado, salvo se o primeiro declarar expressamente que não se opõe a tal. Esta disposição procura proteger os pais adotivos de interferências dos pais biológicos e proteger a privacidade dos primeiros.

Efeitos da Filiação

- Para produzir efeitos a filiação tem de se encontrar legalmente constituída e registada. Em relação ao primeiro pressuposto este encontra-se estabelecido no artigo 1797º/1 valendo para todas as modalidades de filiação. Não é o simples nascimento de uma criança que leva a que os efeitos da filiação se produzam; é preciso que esta esteja efetivamente estabelecida. A somar a isto é preciso também o registo: todos os modos de estabelecimento da maternidade ou paternidade têm de ser registados para que a filiação que deles decorre produza efeitos jurídicos.
- A filiação biológica legalmente estabelecida produz efeitos desde o momento do nascimento do filho (artigo 1797º/2); Os efeitos da filiação adotiva produzem-se a partir do trânsito em julgado da decisão judicial. À filiação por consentimento não adotivo aplica-se, por analogia, o artigo 1797º/2.

Direito das Pessoas e da Família

- Importa ainda referir o princípio da não distinção quanto aos efeitos da filiação, princípio pelo qual não pode haver discriminação entre os filhos “de dentro e os de fora do casamento e entre a filiação biológica e a adotiva.

Deveres Paternofiliais

- A relação de filiação implica deveres que não se confundem com as responsabilidades parentais. Como consta do artigo 1874º/1 pais e filhos devem-se mutuamente respeito, auxílio e assistência. A concretização destes deveres varia em razão das circunstâncias, apesar de ser possível dar uma ideia do respetivo conteúdo. Estes deveres perduram ao longo de toda a relação de filiação, não cessando com a maioridade ou com a emancipação. Estes estão “encobertos” durante a menoridade pelas responsabilidades parentais; evidenciam-se na altura da maioridade, mas quando os filhos ainda não têm suficiência económica, nem vida autónoma; perdem intensidade quando os filhos saem de casa de forma independente e ressurgem ao serviço dos pais quando estes envelhecem.
- O dever de respeito obriga cada sujeito a não violar os direitos individuais do outro. Esses direitos englobam quer os de personalidade quer os patrimoniais. O dever de respeito no âmbito da relação de filiação é mais intenso do que o dever geral de respeito; Do dever de auxílio decorrem obrigações de ajuda e proteção, relativos quer à pessoa quer ao património dos pais e dos filhos. Estas ganham especial relevo nos momentos de crescimento, doença e velhice; O dever de assistência é estruturalmente patrimonial e impõe prestações suscetíveis de avaliação pecuniária. Por exemplo quer os pais quer os filhos podem estar vinculados à prestação de alimentos e ambos têm obrigação de contribuir para os encargos da vida familiar.
- Pode acontecer que haja vinculação cumulativa quer a deveres paternofiliais, quer a deveres conjugais, sendo que deve ser sempre procurada a solução mais harmonizadora. A posição do filho menor é particularmente assegurada, porque o progenitor é titular de responsabilidades parentais cuja intensidade supera a dos meros deveres conjugais ou paternofiliais. Há certos deveres conjugais que contemplam o cumprimento dos deveres paternais quanto aos filhos comuns do

Direito das Pessoas e da Família

casal que residem com os pais (artigos 1673º, 1674º e 1676º). Há certos aspetos dos deveres conjugais que permitem a harmonização com os deveres filiais ou exclusivamente parentais de um dos cônjuges.

- Aquele que foi adotado restritamente continua a ter deveres para com os seus pais biológicos (artigo 1994º). Há ainda deveres entre o adotado e o adotante que não se esgotam nas responsabilidades parentais, continuando a haver deveres paternofilais mesmo após a maioridade e a emancipação.
- O nome completo de uma pessoa é fixado no momento do registo de nascimento. O nome é indicado por quem declarar o nascimento. Deve compor-se no máximo de seis vocábulos a que dois podem corresponder ao nome próprio e quatro a apelidos. O nome está sujeito ao princípio da imodificabilidade. A filiação é determinante para a composição do nome, pois a irmãos não pode ser dado o mesmo nome próprio e são escolhidos apelidos do pai e da mãe ou só de um deles (artigo 1875º/1). Na falta de acordo entre os pais, o tribunal fixará o nome, de harmonia com o interesse do filho.
- Em adoção plena a constituição do vínculo de adoção plena acarreta alterações do nome do adotado (artigo 1988º). O filho adotivo perde os apelidos de origem e é composto um novo nome com apelidos dos adotantes, nos termos do artigo 1875º. A mudança de nome reflete a extinção das relações familiares e a constituição de novas (artigo 1986º/1). Na adoção restrita vigora o princípio da imodificabilidade do nome do adotado, o que é compreensível porque não se extingue o vínculo jurídico decorrente da filiação biológica.
- Nos termos do artigo 1º da Lei da Nacionalidade, a atribuição da nacionalidade portuguesa está condicionada pela nacionalidade (portuguesa) de um dos progenitores e pelo local de nascimento (em território português) e aplica-se aos casos de filiação biológica e de consentimento não adotivo. Nos casos de filiação adotiva, aquele que for adotado plenamente por nacional português adquire a nacionalidade portuguesa, porém tal não está previsto que aconteça a um adotado restritamente.

Responsabilidades Parentais

Direito das Pessoas e da Família

- O poder parental surge como um meio de suprimento da incapacidade de exercício dos menores não emancipados. Como estes sofrem de incapacidade genérica de exercício, cabe aos pais exercer os direitos e cumprir as obrigações representando os filhos na qualidade de titulares do poder parental. (artigos 124º, 1878º e 1881º). Porém as responsabilidades parentais não se circunscrevem ao poder de representação e ao poder-dever de administração dos bens. A estas junta-se o poder-dever de guarda, o dever de prover ao sustento e poder-dever de dirigir a educação (artigo 1881º). Assim sendo as responsabilidades parentais consistem no conjunto de situações jurídicas que, normalmente, emergem do vínculo de filiação, e incumbem aos pais com vista à proteção e promoção do desenvolvimento integral do filho menor não emancipado (artigos 1877º e 1878º)
- As responsabilidades parentais formam uma situação jurídica familiar complexa que tem várias características que são comuns a outras situações jurídicas familiares: carácter estatutário, indisponibilidade, funcionalidade acentuada, eficácia perante terceiros, tipicidade e tutela reforçada. Esta relação funda-se na ligação paternofilial e num grupo cuja importância é expressamente reconhecida pelo Estado (artigo 68º/2). Estas são indisponíveis, como resulta do artigo 1699º/1 al. b, e da conexão necessária que a lei estabelece entre essas responsabilidades e o interesse do filho (artigo 1878º/1). Estas são intransmissíveis e competem aos pais e apenas a estes e um deles não pode ter o exclusivo do exercício, sendo que tal só acontece em casos de divórcio ou de outras situações de rutura. Nos termos do artigo 1882º consagra a irrenunciabilidade das responsabilidades parentais. Com a adoção não ocorre uma transmissão do poder paternal, mas uma extinção do poder paternal que cabia aos pais biológicos e uma nova atribuição ao adotante do poder paternal sobre o adotado. Esta responsabilidade caracteriza-se por uma dimensão altruísta superior à das situações jurídicas comuns. O conteúdo legal das responsabilidades parentais é expressamente ordenado em torno do interesse do filho (artigo 1878º), o que sugere que se está perante um instituto destinado à proteção e promoção do crescimento saudável do menor.

Direito das Pessoas e da Família

- O artigo 69º CRP reconhece às crianças o direito à proteção do Estado contra o exercício da autoridade na família e impõe ao Estado o encargo de assegurar especial proteção às crianças privadas de um ambiente familiar.
- As responsabilidades parentais produzem efeitos *erga omnes*. A inobservância dos poderes/deveres de guarda e educação torna, naturalmente, os pais responsáveis pelos danos que os filhos causarem a terceiros (artigo 491º).
- As responsabilidades parentais estão marcadas, atualmente, por uma matriz filiocêntrica, ou seja ao serviço do interesse do filho menor. Estas cabem na categoria de poderes funcionais com menor acento funcional: o interesse dos pais é atendível desde que não colida com o interesse dos filhos.
- Compete aos pais o poder de guarda e educação, o dever de prover ao sustento, o poder de representação e o poder de administração dos bens do menor (artigo 1878º/1). Os filhos estão vinculados ao dever de obediência perante os pais (artigo 1878º/2), ou seja os filhos estão numa posição de subordinação, ao contrário do que ocorre na relação conjugal, em que vigora o princípio da igualdade dos direitos e deveres das partes (artigo 1671º/2). Porém, de acordo com a maturidade dos filhos, os pais “devem ter em conta a sua opinião nos assuntos familiares importantes e reconhecer-lhes autonomia na organização da própria vida”.
- O poder de guarda consiste em que os pais velem pela segurança e saúde dos filhos e implica que o filho viva com os pais no mesmo lar e que estes tenham aquele em sua companhia. Só quando os pais não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles é que pode os filhos serem separados dos pais. Este poder abarca a vigilância das ações do filho e a regulação das relações deste com outrem que não os pais, ou seja é lícito aos pais impedir determinados relacionamentos dos seus filhos, desde que haja fundamento para considera-los perniciosos ao interesse destes. Os pais não podem, injustificadamente, privar os filhos do convívio com os irmãos e com os avós.
- O poder-dever de dirigir a educação prepara o filho para uma vida enquanto ser autónomo. O artigo 1885º explicita duas incumbências dos pais no âmbito do poder-dever de dirigir a educação: (i) promover, de acordo com as suas possibilidades, o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos filhos e (ii)

Direito das Pessoas e da Família

proporcionar aos filhos adequada instrução geral e profissional, correspondente na medida do possível, às aptidões e inclinações de cada um.

- O dever de prover ao sustento é imposto pelo artigo 36º/5 CRP e este compreende a habitação, o vestuário, a alimentação e todas as prestações conexas com as várias situações jurídicas em que se desdobram as responsabilidades parentais. Os pais estão obrigados a proporcionar aos filhos um nível de vida idêntico ao seu. O artigo 1879º determina quando os pais ficam desobrigados deste dever.
- Aos pais incumbe um poder de representação geral dos filhos menores, ainda que nascituros (artigo 1878º/1). O poder-dever de representação compreende o exercício de todos os direitos o exercício de todos os direitos e o cumprimento de todas as obrigações do filho, salvo as exceções consagradas na lei.
- Os pais têm a administração dos bens dos filhos, com exceção daqueles que são mencionados no artigo 1888º/1, porém os pais nem sempre podem praticar sozinhos todos os atos relativos aos bens dos filhos (artigos 1889º e 1892º). Este poder-dever cessa com a emancipação a não ser que, tendo capacidade de gozo matrimonial, ele tenha casado sem autorização dos pais ou sem o respetivo suprimento. Os pais devem administrar os bens dos filhos com o mesmo cuidado com que administrem os seus (artigo 1897º). Entre os artigos 1895º e 1900º existem outras importantes disposições referentes aos limites da administração.
- Se os filhos devem obediência aos pais, em contrapartida estes devem, em razão da sua maturidade, reconhecer-lhes autonomia na organização da própria vida (artigo 1878º), sendo que isto é algo que já decorre do dever de respeito.

Exercício das Responsabilidades Parentais

O sistema de exercício das responsabilidades parentais, orienta-se por diversos princípios, mas que nem sempre foram os mesmos. Atualmente, por força da Lei 61/2008 os princípios são os seguintes:

- **Exercício em comum dessas responsabilidades, salvo exceções** – esta é a regra geral e que se encontra consagrada pelos artigos 1901º, 1906º/1, 1911º e 1912º; Se os pais vivem juntos, casadas ou em união de facto

aplica-se este regime, ou seja ambos decidem em acordo todas as questões da vida do filho, sejam elas ou não de particular importância. Se faltar o acordo dos pais pode o tribunal, a pedido de um dos pais, tentar a conciliação. Caso tal não seja possível o filho será ouvido, salvo se houverem circunstâncias preponderantes em contrário. (artigo 1901º/3). Um ato praticado por um dos pais no âmbito do exercício das responsabilidades parentais presume-se que seja tomado em acordo com o outro, salvo quando a lei expressamente exija o consentimento do outro ou se trate de um ato de particular importância (artigos 1902º e 1911º/1). Os atos que sejam tomados por um só dos pais sem o acordo do outro são anuláveis, por aplicação analógica do artigo 1893º. Casos em que o exercício das responsabilidades parentais incumbe apenas a um dos pais: impedimento ou morte do outro (artigos 1903º e 1904º); quando a filiação não se encontrar estabelecida quanto ao outro progenitor (artigo 1910º); quando, de harmonia com o interesse da criança, o tribunal determinar que um dos progenitores não exercerá as responsabilidades parentais (artigos 1906º/ 6 e 7)

- **Exercício em comum mitigado das responsabilidades parentais quando os pais não vivam juntos** – este regime aplica-se quando os pais nunca tenham vivido juntos ou estejam divorciados, separados ou deixaram de viver em união de facto (artigos 1906º/1 e 3, 1911º/2 e 1912º). Ambos decidem em matéria de particular importância e no que toca aos atos de vida corrente do filho, o exercício das responsabilidades parentais cabe ao progenitor que com ele reside habitualmente. O conceito “assuntos de particular importância” é bastante indeterminado e é uma potencial fonte de acesa conflitualidade entre os pais. Obviamente que este conceito será preenchido sempre tendo em conta as circunstâncias concretas de cada caso, mas podem ser apontados como questões de particular importância gerais as seguintes: educação religiosa do filho com menos de 16 anos, tratamento médico ou intervenção cirúrgica de alguma gravidade, atos patrimoniais que careçam de autorização do Ministério Público, representação do menor em juízo, deslocações para

Direito das Pessoas e da Família

o estrangeiro, escolha do estabelecimento de ensino e atividades extracurriculares e a prática de atividades radicais. Quanto à escolha de com quem o menor deve residir habitualmente o critério de prevalência, em caso de conflito, será o da figura primária de referência, isto é aquele com quem o menor tem uma relação mais próxima, que cuida dele diariamente e que colabora mais na sua educação. Contudo o progenitor que não resida habitualmente com o filho pode, porém, relacionar-se livremente com ele, sempre que ambos o desejem, o que não exclui contatos diários e estadias prolongadas do filho na casa do pai. É conveniente marcar algum tempo de convívio do menor com o progenitor não-residente e nisto prevalece o interesse daquele (artigo 1906º/7).

- **Possibilidade de exercício das responsabilidades parentais por terceiro**
– atualmente está previsto expressamente a possibilidade de exercício das responsabilidades parentais por outrem que não um dos pais. Isto acontecerá quando os pais não puderem tomar conta do menor e tal caberá a alguém da família de algum deles, “desde que haja acordo prévio e com validação legal”. A figura do apadrinhamento civil ganha aqui bastante relevância, ao atribuir aos padrinhos o exercício das responsabilidades parentais quanto ao afilhado. Quando alguma das circunstâncias do artigo 1918º se verifique, o artigo 1907º/1 estabelece que o filho pode ser confiado à guarda de terceira pessoa. Quando tal aconteça cabem a esta terceira pessoa os poderes e deveres relativos ao menor que forem exigidos pelo adequado desempenho das suas funções, competindo ao tribunal decidir em que termos são exercidas pelos pais as responsabilidades parentais, reduzidas ao que seja compatível com a guarda de outrem (artigo 1907º/2 e 3).
- O incumprimento da regulação das responsabilidades parentais assume uma particular importância nos casos em que esta é exercida de forma mitigada. Se um dos progenitores não cumprir o que tiver sido estabelecido sobre a regulação das responsabilidades parentais, pode o outro requerer ao tribunal as diligências necessárias para o cumprimento coercivo e a condenação em multa ou

Direito das Pessoas e da Família

indenização a favor do menor, do requerente ou de ambos. As situações de incumprimento referem-se, nomeadamente, ao regime de vistas/convívio e, sobretudo, aos alimentos.

- A sentença de regulação do poder paternal não é imutável, este pode ser alterado por mútuo consentimento dos pais ou por decisão judicial.

Inibições e limitações ao exercício das responsabilidades parentais

- O titular das responsabilidades parentais pode ser juridicamente privado do seu exercício ou conservar o exercício das responsabilidades parentais com restrições impostas por providências ou medidas judiciais ou administrativas.
- No âmbito das inibições importa distinguir quando é de fonte legal (inibição de pleno direito) ou de fonte judicial (inibição judicial) e importa também a distinção também entre a inibição total e a parcial. Importa acrescentar que esta inibição nunca isenta os pais do dever de alimentarem o filho (artigo 1917º).
- Consideram-se de pleno direito inibidos do exercício das responsabilidades parentais: os condenados definitivamente por crimes a que a lei atribua esse efeito (crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e violência doméstica) e quando o tribunal decidir decretar a inibição; os menores, os interditos e os inabilitados e os pais biológicos nos termos do artigo 1978º-A. Estão parcialmente inibidos das responsabilidades parentais os menores não emancipados e os interditos e inabilitados por motivo diferente da anomalia psíquica (artigo 1913º/2). A inibição é total quando for referente aos sujeitos do artigo 1913º/1.
- A inibição judicial será total ou parcial, conforme o critério fundamentado do tribunal; pode referir-se a todos os filhos ou apenas a algum/alguns (artigo 1915º/2). Pode ser pedida por quem o nº 1 do artigo 1915º estabelece e pode basear-se em (i) causas subjetivas, ou seja infração culposa dos deveres dos pais para com os filhos com grave prejuízo destes ou (ii) causas objetivas, isto é inexperiência, enfermidade, ausência ou outra razão relativa ao progenitor que mostre não estar em condições de cumprir os seus deveres para com os filhos. Quando as causas cessarem a inibição será levantada.

Direito das Pessoas e da Família

- As medidas ou providências limitativas das responsabilidades parentais são aplicáveis quando, apesar de o caso não ser suficientemente grave para inibição, haja perigo para a pessoa ou para o património do filho (artigos 1918º e 1920º).
- Os instrumentos jurídicos da tutela e da administração de bens são considerados como “os meios de suprir o poder paternal”, pois foram concebidos como instrumentos mais duradouros de proteção do menor. A tutela acontece nos casos do nº1 do artigo 1921º e é exercida por um tutor e pelo conselho de família (artigo 1924º). O tutor tem, com as restrições apontadas na lei (conteúdo do poder tutelar nos artigos 1935º a 1947º), os mesmos direitos/deveres dos pais e é obrigado a exercer o poder tutelar com a diligência de um bom pai de família.
- A administração de bens é instituída nos casos previstos pelo artigo 1922º e ocorre em conjunto ou com o poder paternal ou com a tutela. É exercida por um ou mais administradores e, se estiver instaurada a tutela, pelo conselho de família (artigo 1924º/1). O administrador é o representante do menor nos atos que digam respeito àqueles bens (artigos 1971º/1 e 2).

Casamento

- O Casamento é “o contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida” (artigo 1577º). Por força da Lei 9/2010 deixou de se exigir que as pessoas sejam de sexos opostos.
- O casamento é caracterizado (i) pela sua contratualidade – podem fazer estipulações acerca do modo de cumprimento dos deveres conjugais, (ii) assunção do compromisso recíproco de plena comunhão de vida – que se traduz nos deveres de respeito, fidelidade, coabitação, cooperação e assistência, (iii) pela pessoalidade – é indispensável a presença dos próprios contraentes e pela (iv) solenidade, visto que está sujeito a uma forma estabelecida na lei (artigo 1615º).
- O casamento civil não é a única modalidade do casamento. Há também o matrimónio católico (artigo 1587º), ou seja o casamento celebrado segundo o Direito Canónico da Igreja Católica, a que a lei civil reconhece valor e eficácia do

Direito das Pessoas e da Família

casamento. Por força do artigo 16º da Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português resulta que as decisões das autoridades eclesiásticas relativas à nulidade do casamento e à dispensa pontifícia do casamento rato e não consumado podem produzir efeitos civis. A diferença do casamento católico para os restantes casamentos religiosos é de que a estes só são reconhecidos efeitos civis, sendo assim casamentos civis sob forma religiosa.

- Em Portugal vigora o sistema de casamento civil facultativo: o casamento civil e o católico são dois institutos autónomos, sendo que o civil conhece duas formas: civil ou religiosa (para casamentos religiosos não católicos). Assim sendo as partes podem optar entre o casamento civil celebrado por forma civil (perante o conservador do registo civil), o casamento civil celebrado por forma religiosa (perante ministro do culto de uma igreja ou comunidade religiosa radicada em Portugal) e o casamento católico (celebrado perante o pároco).
- A promessa de casamento é o contrato pelo qual duas pessoas se comprometem a contrair matrimónio (artigo 1591º). Trata-se de um contrato-promessa de casamento, pelo que, na falta de disposições específicas (artigos 1591º-1595º), se aplicam as regras gerais do contrato-promessa. À luz do artigo 410º, a capacidade exigida para a promessa de casamento é a mesma que se requer para a celebração do casamento. Esta, ao contrário do casamento, pode ser submetida a condição ou termo. O objeto da promessa de casamento deve ser legalmente possível. A validade desta não depende da observância de uma forma especial e não se impõe uma declaração expressa. Exemplos: pedido de casamento aceite, oferta do anel de noivado que o recebe e coloca no dedo.
- Mediante a promessa de casamento, as partes ficam vinculadas a casar uma com a outra. No entanto, a natureza da obrigação de casar obsta à execução específica da promessa, ou seja em caso de incumprimento só há lugar a indemnização e não a obter o cumprimento por meios coercivos. As indemnizações previstas no artigo 1594º são devidas pelo contraente que romper a promessa sem justo motivo, que, culposamente, der lugar à retratação do outro ou que dolosamente contribuir para a própria incapacidade matrimonial. A obrigação de indemnizar restringe-se às despesas feitas e às

Direito das Pessoas e da Família

obrigações contraídas na previsão do casamento. A ação caduca no prazo de um ano, a partir da data do rompimento da promessa (artigo 1595º).

- No caso de rutura da promessa do casamento, cada um dos contraentes é obrigado a restituir os donativos que o outro ou terceiro lhe tenha feito em virtude da promessa e na expectativa do casamento (artigo 1592º/1).

Requisitos do Casamento

- Uma das questões de fundo que se coloca é a da compatibilidade do casamento de pessoas do mesmo sexo com a essência da instituição matrimonial. Nos termos do DL 496/77, de 25 de Novembro, a diversidade do sexo dos nubentes constituía um dos requisitos de fundo do casamento, tendo a inobservação do artigo 1577º por consequência a inexistência jurídica do casamento (artigo 1628/e).
- Esta perspetiva foi revista em consideração a argumentos vários, nomeadamente:
 - Ao facto de ao casamento civil não ser associado um dever de procriação conjunta, pelo que a comunhão tendencialmente plena de vida entre duas pessoas do mesmo sexo não é naturalmente impossível.
 - O casamento visa a constituição da família mas isso não significa que o instituto tenha por finalidade a procriação, dado que a relação entre cônjuges é ela própria uma relação familiar.
 - Não é certa a constitucionalidade da imposição legal da heterossexualidade como característica do casamento civil, dado que após a revisão constitucional de 2004 o artigo 13/2º da CRP passou a prever expressamente que ninguém pode ser prejudicado ou privado de qualquer direito em razão da sua orientação sexual.
- No que respeita à posição corrente no nosso ordenamento jurídico, veio a ser publicada a já referida Lei nº 9/2010, de 31 de Maio, segundo a qual o casamento entre pessoas do mesmo sexo é permitido no sentido em que não é imposto nem proibido.

Direito das Pessoas e da Família

Esta alteração de regime produziu-se após a apreciação do Tribunal Constitucional, que não detetou quaisquer incompatibilidades entre o texto constitucional e a admissão do casamento a pessoas do mesmo sexo.

Capacidade e impedimentos matrimoniais

- Nos termos do artigo 1600 têm capacidade para contrair casamento todos aqueles para os quais não se verifiquem impedimentos matrimoniais (circunstâncias que obstam à realização do casamento). Estes impedimentos estão sujeitos a um princípio de tipicidade.
- Havendo impedimentos matrimoniais, e caso o casamento venha a ser realizado, tal traduz-se:
 - Anulabilidade do ato nos termos do artigo 1631/a);
 - Aplicação às partes de sanções de carácter patrimonial (1649 e 1650);
 - Sujeição a responsabilidade civil, penal ou disciplinar do funcionário do registo civil (artigo 294 e 297/b)/c) do CRC).
- Quanto às classificações, consideram-se normalmente quatro espécies de impedimentos:
 - Impedimentos nominados e impedimentos inominados: os primeiros constam dos artigos 1601º, 1602º e 1604º; os segundos consistem na proibição do casamento civil de duas pessoas unidas entre si por matrimónio católico anterior não dissolvido, consagrado no artigo 1589/2.
 - Impedimentos dirimentes e impedientes: Impedimentos dirimentes são aqueles que torna o casamento anulável nos termos do artigo 1631. Os restantes são impedimentos impedientes.
 - Impedimentos absolutos ou relativos: os impedimentos absolutos consistem em verdadeiras incapacidades dado que o sujeito se encontra proibido de celebrar um casamento seja com quem for. Os impedimentos relativos obstam à celebração de um casamento com certas pessoas (ilegitimidades).

Direito das Pessoas e da Família

- Impedimentos suscetíveis de dispensa e impedimentos insuscetíveis de dispensa: os primeiros não obstam à celebração do casamento se houver um ato de autorização de uma autoridade; os segundos, não permitem a celebração independentemente de qualquer autorização.
- Todos os impedimentos dirimentes são insuscetíveis de dispensa, sendo suscetíveis de dispensa alguns impedimentos impeditivos que constam do artigo 1609/1:
 - O parentesco no terceiro grau da linha colateral;
 - O vínculo de tutela, curatela ou administração de bens (se as respetivas contas estiverem aprovadas).
 - O vínculo de apadrinhamento civil (artigo 22/2 da Lei do Apadrinhamento Civil).

Impedimentos dirimentes em particular

- A celebração de casamento com impedimentos dirimentes traduz-se, como já referido, na anulabilidade do ato (artigo 1631/a)), anulação a ser decretada por sentença em ação especialmente intentada para esse fim (artigo 1632) - isto significa que a anulabilidade do casamento não é invocável para efeitos judiciais ou extrajudiciais antes que seja reconhecida em sentença.
- Nos termos do artigo 1639 têm legitimidade para intentar a ação os cônjuges, qualquer parente na linha recta ou até ao quarto grau na linha colateral, os herdeiros e adotantes dos cônjuges e o Ministério Público (interesse público da ação). Acresce que a ação de anulação deve ser instaurada até 6 meses após a dissolução do matrimónio (artigo 1643/1/c) e, pelo Ministério Público, até à dissolução do casamento (1643/2).
- O artigo 1601º enumera os impedimentos dirimentes absolutos:
 - a) A idade inferior a dezasseis anos;
 - b) A demência notória, mesmo durante os intervalos lúcidos, e a interdição ou inabilitação por anomalia psíquica;
 - c) O casamento anterior não dissolvido.

- Relativamente à alínea a), aplica-se o acima descrito regime para a anulabilidade e legitimidade, podendo ainda intentar a ação o tutor do menor nos termos do artigo 1639/2. Sendo a ação de anulação proposta por quem não tinha idade nupcial, deve ser instaurada até 6 meses depois de atingida a maioridade; sendo proposta por outra pessoa, deve ser instaurada nos três anos seguintes à celebração do casamento mas nunca depois da maioria dos cônjuges (artigo 1643/1/a)).
- A anulabilidade considera-se sanada se, antes de transitar em julgado a sentença de anulação, o casamento de menor não núbil for confirmado por este perante o funcionário do registo civil depois de atingida a maioridade (artigo 1643/1/a)).
- Quanto à alínea b), esta aplica-se aos casos de demência de direito (interdição e inabilitação por anomalia psíquica¹) e demência de facto. Esta última, não tendo sido reconhecida em sentença de interdição ou inabilitação, tem de ser notória (certa, inequívoca, não duvidosa) e habitual.
- Dado que estando em causa um impedimento dirimente o interesse a proteger é público, a demência notória impede o casamento mesmo que este tenha sido celebrado num intervalo lúcido.
- O regime aplicável a este impedimento dirimente é em tudo semelhante ao aplicável ao impedimento da falta de idade nupcial: a nível de prazos, de anulabilidade, de sanção da anulabilidade, e legitimidade, acrescentando-se que ao tutor ou curador do interdito ou inabilitado é concedida a prerrogativa de intentar ou prosseguir a ação de anulação.
- Por fim a alínea c) do artigo 1601 faz referência ao impedimento dirimento absoluto do casamento anterior não dissolvido, o qual se destina a evitar a bigamia nos termos do artigo 247 do Código Penal.

Direito das Pessoas e da Família

- Este impedimento cessa com a dissolução do casamento anterior, que pode ocorrer por morte ou divórcio. A solução para a situação de declaração de morte presumida, nos termos dos artigos 115 e 116, é a de que com o novo casamento se dissolve o anterior.
- O impedimento em questão não tem lugar se o primeiro casamento for considerado inexistente (artigo 1630/1) ou se tiver sido declarado nulo ou anulado por sentença transitada em julgado antes da celebração do novo.

Quanto à legitimidade para intentar a ação de anulação, acrescenta-se aos sujeitos referidos no artigo 1639/1 o primeiro cônjuge do bígamo (1639/2).

- Os impedimentos dirimentes relativos consta do artigo 1602:
 - a) O parentesco na linha recta;
 - b) O parentesco no segundo grau da linha colateral;
 - c) Afinidade na linha recta;
 - d) A condenação anterior de um dos nubentes, como autor ou cúmplice, por homicídio doloso contra o cônjuge do outro.
- O presente artigo aplica-se aos casos de ligação biológico em circunstâncias de adoção plena nos termos do artigo 1986/1, não obstante a normal extinção das relações familiares entre o adotado e os seus ascendentes e colaterais naturais. O mesmo artigo 1602 aplica-se às relações:
 - Do adotado e seus descendentes com o adoptante e seus ascendentes (1602/a);
 - Do adoptado com os filhos do adoptante (1602/b);
 - Do adoptado com o conjugue ou ex-cônjuge do adoptante (1602/c).
- Ou seja, em casos de adopção plena o adoptado e seus descendentes têm de respeitar os impedimentos de parentesco e afinidade quanto à família biológica e quanto à família adoptiva.
- Os impedimentos de parentesco e afinidade relevam ainda que a filiação não se encontre estabelecida apenas para efeito do domínio dos impedimentos

Direito das Pessoas e da Família

matrimónias, prevalecendo nos restantes casos o princípio de atendibilidade apenas da filiação legalmente constituída (artigo 1797/1).

- A alínea d) consagra o único impedimento dirimente relativo que não tem por base uma relação familiar: a condenação anterior de um dos nubentes por homicídio doloso contra o cônjuge do outro. O impedimento verifica-se ainda que o crime não tenha sido cometido com intenção de permitir o casamento do agente com o cônjuge da vítima. Dada a gravidade da restrição, o impedimento dirimente só se produz após a transição em julgada da sentença de condenação por homicídio; até ao trânsito em julgado, o impedimento é meramente impediante (1604/f).
- Este impedimento funda-se na censurabilidade social e ética de um casamento celebrado por alguém com o assassino do seu cônjuge

Impedimentos impeditivos em particular

- Os impedimentos impeditivos são circunstâncias que, embora obstem ao casamento, não o torna anulável uma vez celebrado, podendo, no máximo, uma das partes sofrer uma sanção de carácter patrimonial (artigos 1649 e 1650).
- O artigo 1604 enumera os impedimentos impeditivos:
 - a) A falta de autorização dos pais, do tutor ou do conservador do registo civil para o casamento do nubente menor;
 - b) O prazo internupcial;
 - c) O parentesco no terceiro grau da linha colateral.
 - d) O vínculo de tutela, curatela ou administração legal de bens;
 - e) O vínculo de adopção restrita;
 - f) A pronúncia do nubente pelo crime de homicídio doloso contra o cônjuge do outro, enquanto não houver despronúncia ou absolvição por decisão transitada em julgado.
- Em adição aos impedimentos dispostos no artigo 1604 existem outros que constam de lei especial, nomeadamente o vínculo do apadrinhamento civil

Direito das Pessoas e da Família

(artigo 22/1 LAC); além do que 1586/2 do próprio Código Civil, o casamento civil de duas pessoas unidas entre si por matrimónio católico anterior não dissolvido.

- Os impedimentos de falta de autorização e do prazo internupcial são absolutos, sendo todos os restantes relativos. O impedimento impediante absoluto que consta da alínea a) do 1604 aplica-se a menores de 16 e 17 anos de idade, dado que a idade inferior a 16 anos constitui impedimento dirimente (artigo 1601/a). A autorização cabe ao pais ou tutor (artigo 1612/1) que exerçam o poder paterna, devendo ser concedida antes da celebração do casamento ou na própria cerimónia (artigos 149, 150/3 e 155/1/b) do CRC). A autorização pode ser suprimida pelo conservador do registo civil a pedido do menor “se razões ponderosas justificarem a celebração do casamento e o menor tiver suficiente maturidade física e psíquica” nos termos do artigo 1612/2.
- Se o menor casar sem autorização, ele não fica plenamente emancipado (artigo 133). Nos termos do artigo 1649 os bens que o menor leve para o casal serão administrados pelos pais, tutor ou administrador legal até à maioridade, não podendo esses bens responder pelas dívidas contraídas pelos cônjuges.
- O impedimento impediante absoluto de prazo internupcial obsta ao casamento daquele cujo matrimónio anterior foi dissolvido, declarado nulo ou anulado, enquanto não decorrerem sobre a dissolução, declaração de nulidade ou anulação 180 ou 300 dias, conforme se trate de homem ou mulher respetivamente (artigo 1605/1). Nos termos do mesmo artigo o impedimento cessa se os prazos mencionados já tiverem decorrido desde a data, fixada na sentença de divórcio, em que findou a coabitação dos cônjuges ou, nos casos de conversão da separação de pessoas e bens em divórcio e dissolução por morte de um dos cônjuges separadas de pessoas e bens, desde a data em que transitou a decisão que decretou a separação (artigo 1605/4/5).
- O prazo internupcial a que está sujeita a mulher funda-se na específica aptidão do corpo feminino para a conceção e destina-se a evitar dúvidas que poderiam surgir sobre a paternidade do filho nascido depois do segundo casamento. Como

Direito das Pessoas e da Família

já referido, o prazo fica reduzido a 180 dias uma vez que a mulher obtenha a declaração de dispensa do prazo internupcial.

- Quem contrair novo casamento antes de terminado o prazo internupcial perde os direitos sobre todos os bens que tenha recebido por doação ou testamento do seu primeiro cônjuge (1650/1).
- Os impedimentos por parentesco no terceiro grau da linha colateral, vínculo de tutela, curadoria ou administração legal de bens, vínculo de adoção restrito ou apadrinhamento civil são impedimentos impeditivos relativos, suscetíveis de dispensa. Sendo concedida a dispensa o casamento passa a ser lícito e as partes contraentes não incorrem em qualquer sanção.
- O parentesco no terceiro grau da linha colateral obsta ao casamento entre tios e sobrinhos, aplicando-se a situações de filiação biológica e de adoção plena. Ao abrigo do artigo 1986/1 o impedimento do parentesco no terceiro grau na linha colateral, pensado para a família biológica, é alargado à família adotiva, pelo que aquele que foi adoptado plenamente não pode casar com a irmã do adoptante. A celebração do casamento importa neste caso a incapacidade do tio/tia para receber do sobrinho/sobrinha qualquer benefício por doação ou testamento (artigo 1650/2). Todavia, a sanção não será aplicada se se tratar de parentesco natural não detectado no processo preliminar de casamento (artigo 1987).
- Relativamente ao vínculo de tutela, curatela ou administração legal de bens, o regime aplicável obsta ao casamento do incapaz com o tutor, curador ou administrador e respectivos parentes ou afins em linha recta, irmãos, cunhados ou sobrinhos, enquanto não tiver decorrido um ano sobre o termo da incapacidade e não estiverem aprovadas as respectivas contas (artigo 1608/2).
- A violação desta proibição implica a nulidade das liberalidades feitas a favor do tutor, curador e administrador, ou respectivos parentes referidos, pelo incapaz (artigo 1650/2).

Direito das Pessoas e da Família

- O impedimento do vínculo de adopção restrita consta do artigo 1607. Nos termos deste não é permitido o casamento:
 - a) Do adoptante, ou dos seus parentes em linha recta, com o adoptado ou seus descendentes;
 - b) Do adoptado com o ex-cônjuge do seu adoptante;
 - c) Do adoptante com o ex-cônjuge do adoptado;
 - d) Dos filhos adoptivos de um mesmo adoptante, entre si.
- A alínea d) aplica-se a casos em que ambos os filhos foram adoptados restritamente, sendo que se um deles foi adoptado plenamente aplica-se o artigo 1607/a), que equipara o adoptado plenamente ao parente no 1º grau na linha recta do adoptante. A violação desta proibição implica a nulidade das liberalidades feitas pelo adoptado restritamente ou pelo seu ex-cônjuge, em favor do primeiro.
- Quanto ao vínculo de apadrinhamento civil, a presente norma obsta ao casamento entre padrinhos e afilhados nos termos do artigo 22/1 da LAC, importando a infração para o padrinho/madrinha a incapacidade para receber do seu cônjuge qualquer benefício por doação ou testamento (artigo 22/3 da LAC).
- Os impedimentos previstos no artigo 1604/f) e no artigo 1589/2, o impedimento impediendo por pronúncia do nubente pelo crime de homicídio doloso enquanto não houver despronúncia ou absolvição por decisão transitada em julgado e o impedimento impediendo do casamento civil de duas pessoas unidas por matrimónio católico anterior não dissolvido, respectivamente, não comportam sanção.

Consentimento e respetivos requisitos

- O contrato de casamento tem por requisito de fundo o consentimento das partes, o qual tem de ser exteriorizado no próprio ato (artigo 1617 – princípio de actualidade do consentimento matrimonial – qualquer declaração de vontade anterior é irrelevante). Acrescenta-se ainda o requisito do princípio de carácter pessoal do consentimento, que resulta na necessidade de a vontade de contrair

Direito das Pessoas e da Família

matrimónio ser expressa pelos próprios nubentes ou, no máximo, por um dos nubentes e o representante do outro (artigos 1619 e 1620/1).

- A procuração deve ser outorgada por documento autenticado, instrumento público ou documento escrito e assinado pelo representado, com reconhecimento presencial de assinatura (artigo 43/2 do CRC). A inobservância da forma determina a nulidade da procuração (artigo 220). A procuração ad nuptias deve conter poderes de representação bastantes, a designação expressa do outro nubente e a indicação da modalidade de casamento (artigo 1620/2). No caso de celebração de um casamento por procuração da qual não conste a modalidade de casamento ocorre uma mera irregularidade que não prejudica a validade do casamento.
- O casamento em cuja celebração tenha faltado a declaração de vontade de um ou de ambos os nubentes é juridicamente inexistente (artigo 1628/c). O consentimento deve ser puro e simples nos termos do artigo 1618 (o que significa que não podem ser usadas meias palavras, impostos termos e condições) e a declaração de vontade de contrair casamento importa a aceitação de todos os efeitos legais do matrimónio, excepto daqueles que podem ser objeto de convenção antenupcial (artigo 1698 – regime de bens do casamento). Nesta medida coloca-se como requisito do consentimento a sua perfeição, no sentido de que existe sem qualquer dúvida, que se saiba que não está inquinado de defeitos das declarações de vontade dos nubentes que, no fundo, se resumem a dois grandes grupos: a falta de vontade, nos casos em que há divergência entre a vontade real e a declaração; e os vícios de vontade ou de consentimento. A lei presume, nos termos do artigo 1634 que a vontade de casar é livre e esclarecida não estando viciada por falta de vontade ou vícios de consentimento.
- O casamento é, em primeiro lugar, anulável por falta de vontade nos seguintes casos em que não obstante ter sido emitida uma declaração, não existe a vontade correspondente para dar consentimento ao acto de casamento:

Direito das Pessoas e da Família

- Por falta de vontade negocial nos casos em que falte consciência do acto ou em que a declaração de casar tenha sido imposta mediante coacção física (artigo 1635, alíneas a) e c) respetivamente). Nesta categoria estão incluídos os casos de falta de consciência do acto devido a incapacidade accidental, a circunstância de erro quanto à identidade física do outro nubente e ainda a circunstância de declaração extorquida por coacção física.
- Sobre o primeiro tipo de falta de vontade, são enumeráveis alguns dos factos cujo desconhecimento viciava a vontade do nubente induzido em erro (estes factos constavam da anterior redação do artigo 1636):
 - Nacionalidade ou estado civil diverso;
 - Prática, antes do casamento, de algum crime doloso
 - Vida e costumes desonrosos antes do casamento;
 - Impotência funcional incurável ou alguma deformidade física e irremediável;
 - Falta de virgindade da mulher.
- No que respeita à legitimidade, a ação de anulação por simulação pode ser requerida pelos próprios cônjuges e outras pessoas prejudicadas pelo casamento (artigo 1640/1). Nos restantes casos de divergência entre a vontade negocial e a declaração que constam do artigo 1635 a ação só pode ser proposta pelo cônjuge cuja vontade não coincidiu com a declaração. A ação pode, nos termos do artigo 1644, ser requerida nos 3 anos seguintes à celebração do casamento ou, se o casamento era ignorado pelo requerente, nos seis meses seguintes ao momento do seu conhecimento.
- O casamento é, em segundo lugar, anulável por vícios do consentimento em circunstâncias de erro-vício, coacção moral e estado de necessidade. Nestes casos existe efetivamente vontade de casar por partes dos nubentes mas, esta encontra-se afectada por circunstâncias que impedem que se possa dizer que a vontade do nubente é livre e esclarecida. O casamento celebrado por vontade

Direito das Pessoas e da Família

viciada por erro é anulável nos termos do artigo 1636. Para ser relevante o erro deve recair sobre as qualidades essenciais da pessoa do outro cônjuge. É indiferente se é erro-vício simples ou qualificado por dolo. É ainda essencial que o erro se caracterize pela sua desculpabilidade, essencialidade e propriedade.

- O requisito da desculpabilidade significa que o erro para ser relevante tem de ser desculpável, no sentido de poder ocorrer a qualquer pessoa, e não um erro “grosseiro” que qualquer nubente enganado facilmente se teria apercebido mediante normal diligência.
- O requisito de essencialidade do erro exige que seja demonstrado que o nubente só teria casado sem a existência do erro que o enganou e que só por esse erro foi manifestou vontade de casar.
- O quarto requisito é o da propriedade do erro e refere-se ao facto de ele ser em si mesmo próprio e relevante e, portanto, não se confundir com qualquer outro requisito necessário à existência ou validade do casamento. Se o erro recair sobre uma circunstância de impedimento dirimente (ex: cônjuge menor ou ainda casado), cabe ao nubente em erro optar pelo regime do erro ou do impedimento dirimente. Em ambos os regimes o desvalor é idêntico (anulabilidade), não se passando o mesmo relativamente ao prazo de propositura da ação: o regime de anulação fundada na falta de vontade estabelece, na parte final do artigo 1644, a possibilidade de instauração da ação nos seis meses seguintes à tomada de conhecimento do erro (prazo potencialmente superior ao estipulado para os impedimentos dirimentes).
- Em segundo lugar é de referir a anulabilidade do casamento celebrado sob coação moral. Os requisitos de coação constam do artigo 1638/1, nos termos do qual o mal com que o nubente é ameaçado deve ser grave o suficiente para justificar o receio da sua consumação:
 - Ameaça intencional e determinada;
 - Mal ilícito e grave (para o próprio ou terceiro);

- Justo receio de consumação.
- Este requisito é idêntico ao requisito do regime geral da coação moral (artigo 256).
- Por fim temos como último vício do consentimento o estado de necessidade, disposto no artigo 1638/2. Nestas circunstâncias a ameaça em si não é ilícita, mas intervenção do sujeito que vem de forma consciente extorquir ao nubente a declaração de vontade, sob a promessa de o libertar de um mal causado por outrem, já o será. Para que releve como vício da vontade que acarrete a anulação do casamento, os requisitos do estado de necessidade são os mesmos da coação moral, conforme equiparação expressa no artigo 1638/2.

Formalidades do Casamento Civil

- A celebração do casamento está sujeita a formalidades estabelecidas na lei (artigo 1615º) e que se distinguem entre as preliminares à cerimónia, as de celebração e as de registo.
- As formalidades preliminares do casamento civil comum integram o processo preliminar de casamento, regulado pelos artigos 134º a 145º C.R.C e pelos artigos 1610º a 1614º. O casamento que seja celebrado sem precedência deste processo é válido, mas considera-se contraído sob o regime imperativo da separação de bens (artigo 1721º/1/a). Este processo destina-se à verificação da inexistência de impedimentos, é organizado por qualquer conservatória do registo civil e inicia-se com a declaração para casamento.
- Após o despacho final a autorizar a realização do casamento, este deve celebrar-se dentro dos seis meses seguintes (artigo 1614º). As formalidades da celebração estão previstas nos artigos 153º-155º C.R.C e 1615º e 1616º. É indispensável para a celebração do casamento a presença dos nubentes, ou de um deles e de procurador do outro, bem como do conservador, caso contrário o casamento será considerado inexistente (artigo 1628º). É obrigatória a presença de duas testemunhas sempre que a identidade de qualquer dos nubentes ou do procurador não possa ser confirmada, correndo o risco de ser o casamento

Direito das Pessoas e da Família

anulável. A celebração do casamento é pública (1615º) e consiste numa cerimónia cujas formalidades estão regulados no artigo 155º C.R.C. Às pessoas que se encontram no local é dada uma última oportunidade de denunciarem eventuais impedimentos matrimoniais. O contrato de casamento adota uma forma oral particularmente solene.

- O artigo 1651º indica quais os casamentos que estão sujeitos a registo: os que têm de ser obrigatoriamente registados, onde se incluem os celebrados em Portugal e todos os que não contrariem a ordem pública internacional do Estado Português, a requerimento de quem mostre legítimo interesse. Efetuado o registo os efeitos civis do casamento têm eficácia retroativa à data da celebração do ato, com as devidas atenções ao estabelecido pelo nº 2 do artigo 1670º. Este ato não pode ser invocado enquanto não for lavrado o respetivo assento.

Efeitos Pessoais

- A aquisição do estatuto de casado implica a sujeição dos cônjuges ao regime previsto nos artigos 1587º e seguintes. O casamento produz efeitos de carácter pessoal e patrimonial, sendo que os de carácter pessoal se prendem com (i) vinculação aos deveres dos cônjuges e (ii) definição de regras específicas quanto ao nome, filiação, nacionalidade, entrada e permanência no território português.
- O art. 36º CRP estabelece a igualdade dos cônjuges e consagra a igualdade quanto à capacidade civil e política e quanto à educação e manutenção dos filhos. Assim sendo:
 - Qualquer um dos cônjuges pode exercer qualquer profissão sem o consentimento do outro;
 - Cada um pode administrar livremente os seus próprios bens;
 - Poder paternal passa a ser exercido por ambos os pais;
- O Princípio da Co-Direção encontra-se previsto no art. 1671º/2 e traduz-se na direção conjunta dos interesses comuns, tanto a direção moral como patrimonial da família. Relaciona-se com a necessidade de haver acordos sistemáticos entre os cônjuges na condução dos assuntos da família. Na maioria dos assuntos, cada

Direito das Pessoas e da Família

cônjuge goza como que de um direito de veto em relação à resolução tomada pelo outro.

- Poderá também haver acordos sobre a orientação da vida em comum (em assumptos como a residência familiar, numero de filhos e momento em que os terão), sendo estes negócios jurídicos que vinculam os cônjuges a cumprir as obrigações convencionadas. Há, no entanto, casos em que não havendo acordo sobre certas matérias, a lei permite o recurso a tribunal decida em termos vinculativos de forma a evitar bloqueios ou que uma das partes imponha a sua vontade à outra – 1673º/3 e 1901º.
- Uma união conjugal deve aproximar-se de uma plena comunhão de vida, contudo isto não elimina individualismos. Assim, verifica-se a proteção da personalidade, que implica que os interesses individuais dos cônjuges sejam tidos como fator preponderante nas tomadas de decisão.
- Assenta nos princípios da igualdade jurídica dos cônjuges e da direção conjunta da vida familiar e implica uma serie de direitos e deveres recíprocos dos cônjuges, elencados nos artigos 1671 e seguintes.
 - Dever geral de respeito;
 - Dever de fidelidade;
 - Dever de coabitação;
 - Dever de cooperação;
 - Dever de assistência;
- O dever de fidelidade (art. 1672º) impõe a dedicação leal e exclusiva de cada um dos cônjuges ao outro, implicando deveres de lealdade e sinceridade. Até porque não é possível a construção de uma plena comunhão de vida (fim do casamento) entre dois seres assente na mentira.
- A regra da exclusividade estabelece um duplo dever de abstenção: (i) Fidelidade física que impede o adultério (actos sexuais com terceiros) e (ii) Fidelidade moral: qualquer ligação amorosa não carnal é impedida a um cônjuge com terceiro. Assim, para haver infidelidade não tem de haver relações sexuais com terceiro, bastando que não haja dedicação exclusiva e plena ao outro cônjuge – por exemplo, uma mulher casada estar apaixonada por outra pessoa que não o seu marido. Este caso não há infidelidade no sentido material mas sim moral.

Direito das Pessoas e da Família

- À violação do dever de fidelidade física dá-se o nome de adultério. O adultério é relevante numa ação de divórcio sem consentimento do outro cônjuge – 1781º/d). Este artigo abrange também casos de adultério moral. A invocação do adultério como fundamento da separação ou divórcio não é simples, na medida em que a sua prova recai sobre factos íntimos da vida do alegado cônjuge infrator. Ainda assim, o adultério é o fundamento mais vezes invocado para requerer a separação ou o divórcio ou para obter a condenação do outro cônjuge como o único ou principal culpado da situação. Culpa releva depois para efeitos de pensões, divisão do património. 1790º A lei prevê que o cônjuge culpado seja condenado a ressarcir os danos não patrimoniais causados ao cônjuge inocente (ou menos culpado) pela dissolução do casamento- 1792º.
- O dever de coabitação (arts. 1672º e 1673º), Na perspetiva comum e clássica, o dever de habitação impõe a “comunhão de leito, mesa e habitação”.
 - Comunhão de leito: engloba a prática de atos sexuais;
 - Comunhão de mesa: não se refere à tomada de refeições em conjunto, mas à comunhão da vida económica, que vincula os cônjuges a uma partilha de recursos. Esta vem normalmente referida no contexto de outros deveres (será abordada mais à frente);
 - Comunhão de habitação: vem normalmente subjacente no artigo 1673º a adoção de uma residência de família para a vida quotidiana do casal se desenrole (em desajuste com a visão atualista);
- Segundo o art. 1674º existe o dever de cooperação e por força deste A comunhão de vida pressupõe que cada um dos cônjuges esteja permanentemente disponível para dialogar com o outro, auxiliá-lo em todos os aspetos morais e materiais da existência, colaborar na educação dos filhos, etc.
- A cooperação exigida dos casados compreende especialmente socorro e auxílio mútuos + a obrigação de os cônjuges assumirem em conjunto as responsabilidades inerentes à vida da família que fundaram. Este dever prende-se também com o princípio da igualdade dos cônjuges, impondo o respeito da regra de codirecção da família e decisão bilateral em matéria de orientação da vida em comum.

Direito das Pessoas e da Família

- Obrigação de socorro e auxílio mútuo:
 - Implica a intervenção na esfera do outro cônjuge.
 - Implica a prestação de cuidados exigidos pela vida e saúde de cada um dos cônjuges; colaboração necessária ao exercício da sua profissão, seja qual for o regime de bens...
 - Socorro: ajuda que procura superar situações anormais e graves.
 - Auxílio: colaboração destinada a fazer face aos problemas do quotidiano.
- Claro que esta obrigação está sujeita a limites como por exemplo ajudar o cônjuge a sair de um estado de toxicodependência inclui-se geralmente no dever de cooperação, mas a ninguém é exigível um comportamento heroico ou próprio de um mártir – 1781º/b)
- O dever geral de respeito (art. 1672º) está relacionado com um conflito de interesses que pode surgir com o casamento. Por um lado, o interesse de cada um dos cônjuges a ser, e a continuar a ser, aquilo que era. Por outro lado, a necessidade de cada um dos cônjuges se adaptar àquilo que o outro é, ou venha a ser: assim, cada um dos cônjuges poderá ter, e manter, as suas opções ideológicas, religiosas, a sua atividade profissional, política, social, o seu círculo de amigos, os seus hábitos pessoais, sem que o outro contraditoriamente, adaptar, conformar ou restringir, os seus hábitos, a sua maneira de pensar, de maneira a não ferir os sentimentos do cônjuge. Cada um dos cônjuges dispõe de poder de livre disposição sobre os assuntos de carácter estritamente pessoal, desde que não prejudique a colaboração próprias de marido e mulher, a comunhão de vida matrimonial.
- Este é um dever muito abrangente, que imporá obrigações que não sejam impostas pelos restantes deveres nominados, o que permite ao artigo 1672º ter um elenco taxativo.
 - Respeito da integridade física e moral do cônjuge – como qualquer pessoa em geral, os cônjuges tem o dever de não atentar contra a vida, integridade física, saúde, honra e bom nome do outro.
 - Mas não será exagero dizer que o dever geral de respeito tem de ser mais forte numa relação matrimonial do que no que diz respeito ao comum das restantes pessoas? Na opinião de Antunes Varela tem um destaque

Direito das Pessoas e da Família

descabido (1672º). MAS, na intimidade do lar compreendem-se mais facilmente certas ofensas à honra, integridade física, bom nome – desavenças frequentes e conhecimento das fraquezas um do outro levam a que isto seja assim. Estas ofensas, quando não forem admissíveis podem levar a uma situação de incompatibilidade entre os cônjuges que não encontra paralelo nas ofensas provenientes de terceiro.

- Respeito da dignidade e do bom nome do casal: há entre os cônjuges uma honra solidaria, um bom nome coletivo, um pequeno património moral comum entre o homem e a mulher.
- Os cônjuges, antes de agirem, devem lembrar-se que não estão sós. O que atinge o bom conceito individual de um afetará irremediavelmente o outro no que toca ao julgamento público. A sua violação será fundamento possível quer ao divórcio quer a separação - 1779º e 1794º. Quais as consequências da violação do dever de respeito:
 - O desrespeito deste dever estará na origem da faculdade de o cônjuge ofendido requerer a separação ou o divórcio. Claro que haverá também lugar às sanções de ordem geral, cíveis ou penais, correspondentes à infração (pois estamos aqui a falar de violação de direitos subjetivos).
 - Nenhum dos cônjuges poderá exigir que o outro corte relações com alguém que ele não goste, intercetar correspondência... (Claro que, na questão das cartas, um cônjuge esconde coisas ao outro, poderá estar a infringir o dever de cooperação, violando a plena comunhão de vida.)
- Este princípio é garante da vigência dos direitos individuais, pessoais ou patrimoniais mas por outro é limitador do respectivo exercício em função da preservação da vida em comum – em algumas circunstâncias implicam que o cônjuge seja prudente no exercício dos seus direitos gerais.
- O dever de assistência remete-nos, numa primeira instância, para a obrigação de alimentos e esta é absorvida pela de contribuir para os encargos da vida familiar numa situação de normalidade conjugal, só adquirindo autonomia numa

Direito das Pessoas e da Família

situação de rutura. Isto significa que o que separa a obrigação de alimentos e o dever de contribuir para os encargos é tão-só a ausência de economia comum.

Convenções antenupciais

- A convenção antenupcial corresponde ao contrato em que se regulam as relações de carácter patrimonial entre os cônjuges e entre estes e terceiros, tendo em vista a celebração futura do casamento. É um negócio acessório deste, conforme resulta do artigo 1716º, pelo que o preenchimento dos requisitos de validade do casamento determina a subsistência ou consequente invalidade da convenção. Apontam-se ainda como suas principais características: (i) a solenidade, decorrente dos requisitos formais exigidos pela lei, (ii) a anterioridade, isto é tem de ser anterior à celebração do casamento, (iii) a publicidade enquanto condição de eficácia perante terceiros e (iv) a pessoalidade conforme resulta do art. 1619º.
- As partes, ao abrigo do princípio da autonomia privada e do artigo 1698º, podem livremente determinar as cláusulas negociais que pensam melhor reger a sua plena comunhão de vida. Contudo o artigo 1699º contém restrições à liberdade de estipulação elencando o que é que não pode ser objecto de convenção antenupcial.
- Embora o artigo em questão não o determine, às partes não lhes é possível alterarem o regime legal de dívidas, uma vez que por um lado este regime pertence ao estatuto patrimonial imperativo do casamento decorrente do artigo 1618º e que, por outro, a modificação convencional do regime de dívidas permitiria contornar a proibição do artigo 1699º/1/c.
- O artigo 1714º determina que não é permitido alterar, depois da celebração do casamento, nem as convenções antenupciais nem os regimes de bens legalmente fixados, fora dos casos previstos na lei. A este estaticismo imposto aos cônjuges se denomina de princípio da imutabilidade. A ratio desta restrição à liberdade é a de evitar que um dos cônjuges concorde com alterações que lhe são prejudiciais do ponto de vista patrimonial, por causa de o outro ter sobre ele

Direito das Pessoas e da Família

um certo ascendente psicológico. Exceção a esta regra da imutabilidade consta do artigo 1713º que admite a sujeição desta convenção a condição ou a termo.

- O artigo 1708º/1 faz coincidir a capacidade para celebrar convenções antenupciais com a capacidade para contrair casamento, ou seja têm-na todos aqueles em quem não se verifique algum dos impedimentos matrimoniais. Exige-se aos menores, interditos e inabilitados a autorização dos respectivos representantes legais. Caso seja celebrada convenção antenupcial sem o preenchimento desse requisito, esta é anulável a requerimento do incapaz, dos seus herdeiros ou dos representantes legais e dentro do prazo de um ano a contar da celebração do casamento.
- Havendo incapacidade de exercício, o regime da anulabilidade das convenções distingue-se do regime geral dos artigos 277º e 278º:
 - Permite-se que os representantes ou assistentes legais invoquem a anulabilidade, sem se exigir que se encontrem no conjunto de pessoas em cujo interesse a lei estabelece a anulabilidade;
 - O prazo para arguição do vício começa a decorrer a partir da celebração do casamento e não da cessação da incapacidade;
 - A anulabilidade é sanável, não só mediante confirmação, como através da celebração do casamento depois de finda a incapacidade;
- A lei, no artigo 1716º, prevê dois casos de caducidade da convenção antenupcial: (i) a não celebração do casamento dentro de um ano ou (ii) tendo este ocorrido vir a ser declarado nulo ou ter sido anulado.

Efeitos do casamento no campo do ativo patrimonial

- O regime de bens, em sentido amplo, designa o complexo de normas relativas aos efeitos do casamento que se produzam, no plano patrimonial, durante a subsistência do vínculo matrimonial e não estejam estritamente ligados à disciplina dos deveres dos cônjuges.
- O regime de bens, em sentido restrito, é o conjunto de regras cuja aplicação define a titularidade sobre os bens do casal e o que se aplica a partir do artigo 1717º. O regime de bens tem reflexo noutras normas, relativas à administração,

Direito das Pessoas e da Família

disposição e dívidas. Existem dois tipos de regimes: os típicos – artigo 1721º a 1736º - (comunhão de adquiridos, comunhão geral e separação de bens) e regimes de bens atípicos. Os **regimes convencionais** são aqueles que podem ser fixados pelas partes, esta estipulação tem de ser feita em convenção antenupcial e, em princípio, pode consistir quer na escolha de um regime típico, quer na fixação de um regime atípico (artigo 1698º). Os **regimes supletivos** são aqueles que vigoram na falta de uma estipulação válida e eficaz. Por força do artigo 1717º, o regime supletivo é o da comunhão de adquiridos, sendo que até à entrada em vigor do código civil o regime supletivo era o da comunhão geral. Os **regimes imperativos** são aqueles que vigoram num casamento mesmo contra a vontade das partes.

- O artigo 1720º/1 indica duas situações em que vigora, de forma imperativa, o regime da separação de bens: (i) casamento sem precedência de processo preliminar e (ii) casamento por quem tenha completado sessenta anos de idade. Nestas hipóteses, além de se excluir a existência de bens comuns, é nula a doação entre casado (artigo 1762º). Porém a posição sucessória do cônjuge sobrevivente não é afetada pelo facto de ter contraído casamento sob o regime imperativo da separação de bens. Este regime imperativo de separação de bens é o que mais restringe a possibilidade de obtenção de vantagens económicas por via do casamento, uma vez que no regime voluntário deste o artigo 1762º não se aplica. Esta disposição é vista como um “combate” ao casamento-negócio, mas tal “combate” é prejudicado pela não implicação de uma regulamentação sucessória menos favorável para o cônjuge sobrevivente.
- No regime da comunhão de adquiridos (artigos 1721º a 1731º) a regra é de que são bens comuns o produto do trabalho dos cônjuges e os bens adquiridos por eles na constância do matrimónio a título oneroso (artigo 1724º), uma vez que o artigo 1722º/1/b vem estabelecer como bens próprios e não bens comuns aqueles que advierem a um dos cônjuges “depois do casamento por sucessão ou doação.”
- O artigo 1722º elenca os bens que são considerados próprios de cada um dos cônjuges, ou seja bens que não são do casal. Este elenco é importante para determinar quais os bens que neste regime são de cada cônjuge ou são comuns.

Direito das Pessoas e da Família

- O artigo 1725º estabelece uma presunção de comunicabilidade, que determina que quando haja dúvidas sobre se um bem móvel é próprio ou comum, presume-se que este é comum.
- O regime da comunhão geral (artigos 1732º a 1734º) vigora como regime convencional, exceto nos casos do artigo 1720º/1 ou do 1699º/2. Vigora como regime convencional quando tenha sido validamente adotado pelas partes em convenção antenupcial. Neste regime o património comum é mais extenso do que no regime anterior, uma vez que, nos termos do artigo 1732º “o património comum é constituído por todos os bens presentes e futuros dos cônjuges, que não sejam excetuados por lei. O artigo 1733º vem elencar os atos que são incomunicáveis, ou seja que estão fora do património comum do casal, sendo, logicamente, bens próprios. Por força do artigo 1734º são aplicáveis, com as devidas adaptações, as disposições relativas à comunhão de adquiridos a este regime. Assim sendo fazem parte deste regime os artigos: 1723º, 1725º, 1726º, 1727º e 1728º.
- O regime da separação de bens (artigos 1735º e 1736º) vigora como regime imperativo (artigo 1720º/1) ou convencional. As diferenças de regulamentação entre estas duas modalidades produzem-se no campo das doações entre casados: são válidas no regime convencional e nulas no imperativo (artigo 1762º). No regime típico da separação de bens, não há bens comuns. Os bens pertencem a um cônjuge, em propriedade exclusiva, ou a ambos em compropriedade.
- O artigo 1736º/1 permite a estipulação convencional de cláusulas de presunção sobre a propriedade dos bens móveis, com eficácia extensiva a terceiros. O artigo 1736º/2 fixa a presunção legal de que os bens móveis pertencem em compropriedade aos dois cônjuges, sempre que haja dúvidas sobre a propriedade exclusiva.
- O artigo 1735º estabelece que os cônjuges podem dispor livremente dos seus bens próprios, porém nem neste regime existe uma total independência patrimonial, estando os cônjuges obrigados a “um mínimo de vida patrimonial comum”; estão reciprocamente vinculados aos deveres de cooperação e de assistência, respondem em certos casos por dívidas que foram contraídas por

Direito das Pessoas e da Família

um só deles (artigo 1691º e 1695º/2), e é concebível que a administração seja exercida em exclusivo pelo outro (artigo 1678º/2/e,f,g).

A modificação superveniente do regime de bens

- O artigo 1714º/1 consagra o princípio da imutabilidade do regime de bens, ao determinar que, depois da celebração do casamento, não é permitida a revogação ou modificação da convenção antenupcial nem a alteração do regime de bens legalmente fixado, a não ser nos casos previstos na lei. A principal exceção a este regime é a “simples separação judicial de bens”.
- Esta separação tem de resultar de uma ação intentada de um cônjuge contra o outro (artigo 1768º) e tem de ter por fundamento o perigo de um cônjuge “perder o que é seu pela má administração do outro cônjuge. A ação destina-se a proteger os bens comuns ou os bens próprios do cônjuge autor da ação. Tem legitimidade para intentar tal ação o cônjuge lesado. Segundo o artigo 1770º/1 o regime matrimonial passa a ser o da separação, procedendo-se à partilha do património comum. Esta separação é irrevogável (artigo 1771º).

Administração dos bens do casal

- Cada cônjuge administra os seus bens próprios (artigo 1678º/1) e, além destes os indicados no nº 2 do mesmo artigo. Por força do artigo 1699º/1/c, a alteração das regras sobre administração dos bens do casal não pode ser objeto de convenção antenupcial, não obstante de um dos cônjuges conferir ao outro, através de um mandato, o poder de administrar os seus bens, porém tal mandato é revogável e o artigo 1699º quis evitar estipulações irrevogáveis por meio de convenções antenupciais.
- O artigo 1678º/3 estabelece as regras relativas à administração dos bens comuns. Cada um dos cônjuges tem legitimidade para praticar atos de administração ordinária, ou seja atos de gestão normal (ex: mandar reparar um automóvel). Em sentido contrário todos os restantes atos de administração, ou seja os atos extraordinários sobre os bens comuns só podem ser tomados por um dos cônjuges com o consentimento do outro.

Direito das Pessoas e da Família

- O que determina a normalidade, ou não, de determinado ato são aspetos que variam de caso para casos tais como: frequência com que o ato tende a ser tomado, condições económicas do casal e impacto que o ato terá na esfera jurídica dos cônjuges.
- No caso de atos de administração ordinária que sejam incompatíveis prevalecerá o ato praticado em primeiro lugar, pois este dispunha de todos os poderes necessários para o praticar. No caso de administração extraordinária por um cônjuge sem o consentimento do outro, o ato será válido somente se o cônjuge que o praticar tiver obtido o suprimento judicial desse consentimento (artigo 1684º/3) ou se tiver entrado na administração com conhecimento e sem oposição expressa do outro (aparência de mandato).

Disposições dos bens do casal

- Em primeiro lugar deve olhar-se para os poderes de disposição sobre a generalidade dos bens móveis. O artigo 1682º/1 e 2 estabelecem a regra geral em matéria de disposição: a legitimidade para dispor tende a coincidir com a legitimidade para administrar. O nº3 contém exceções a este princípio que o nº2 liga especificamente à administração conjugal baseada no artigo 1678º nº1 e 2, als a) a f).
- O artigo 1682º - A regula os atos de disposição sobre a generalidade dos bens imóveis e sobre o estabelecimento comercial, abstraindo-os das regras sobre a administração dos bens do casal e não distinguindo consoante o bem seja próprio ou comum. Para efeitos da disposição do estabelecimento comercial e todos os restantes imóveis (fora a casa da morada de família), é exigido o consentimento de ambos os cônjuges a não ser que entre eles vigore o regime da separação de bens. Ao restringir a faculdade de disposição de certos bens próprios este artigo procura evitar a perda ou limitação da fonte de benefícios presumivelmente apreciáveis que, uma vez existentes, ingressam no património comum.
- A casa de morada de família (fixada nos termos do artigo 1673º) é um bem imóvel com uma especial dignidade, pois é a sede da vida familiar, ou seja o local

Direito das Pessoas e da Família

do cumprimento da obrigação de comunhão, de habitação, etc, daí que se justifique a tutela particular a este imóvel, concretizada nos artigos 1682º - A e B. Em qualquer regime de bens a disposição deste imóvel carece de consentimento de ambos os cônjuges. Exemplo da importância da casa de morada de família é o facto de se o imóvel em que foi fixada a residência de família não pertencer aos cônjuges, mas a terceiro, que o arrendou a um dos cônjuges, a disposição da posição jurídica do arrendatário depende sempre do consentimento conjugal. O cônjuge que não é nem proprietário, nem arrendatário é titular de um direito de utilização da mesma. No caso do regime de separação de pessoas e de bens não há casa de morada de família, uma vez que os cônjuges não estão vinculados ao dever de coabitação (artigo 1795º - A).

- Um cônjuge não carece do consentimento do outro para aceitar doações, heranças ou legados (artigo 1683º/1). Por outro lado, nos regimes de comunhão, caso haja intenção de repudiar a herança ou o legado é indispensável o consentimento dos cônjuges (artigo 1683º/1).
- Ao cônjuge que não deu o seu consentimento incumbe o direito de anulação nos termos estabelecidos pelo artigo 1687º/2. No entanto, em caso de disposição do móvel não sujeito a registo feita apenas por um dos cônjuges, quando é exigido o consentimento de ambos, a anulabilidade não pode ser oposta ao adquirente de boa-fé (artigo 1683º/3). Os atos de alienação ou oneração de bens próprios do outro cônjuge praticados “sem legitimidade” estão sujeitos às regras dos artigos 892º a 904º (artigo 1687º/4).

Responsabilidade por Dívidas

- Qualquer um dos cônjuges tem legitimidade para contrair dívidas sem o consentimento do outro (artigo 1690º/1). O princípio geral decorrente do Direito das Obrigações é o de que só responde pela dívida aquele que a contraiu. Porém, no regime patrimonial do casamento, este princípio sofre algumas derrogações motivadas pela cláusula geral de plena comunhão de vida que se projecta na vida patrimonial dos cônjuges, mesmo em casos em que o regime aplicável seja o da

Direito das Pessoas e da Família

separação de bens. As dívidas serão então comunicáveis quando responsabilizem ambos os cônjuges e incomunicáveis quando só responsabilize o cônjuge que a contraiu.

- De acordo com o artigo 1690º/2, para efeitos de responsabilização dos cônjuges, as dívidas têm a data do facto que lhes deu origem o que vai condicionar, por vezes, a determinação da responsabilidade dos cônjuges pelas dívidas, como no caso do artigo 1691º/1/c que só se aplica às dívidas contraídas na constância do matrimónio.
- O artigo 1691º/1 contém um elenco geral de dívidas comunicáveis, mas que deve ser interpretado tendo em consideração outros elementos do ordenamento jurídico:
 - A primeira alínea reproduz o princípio geral do Direito das Obrigações;
 - A segunda aplica-se quando estiverem renúciadas duas condições: (i) dívida contraída para ocorrer aos encargos da vida familiar e (ii) esses encargos devem ser normais, algo que deve ser interpretado de acordo com o dever de assistência;
 - A terceira alínea depende da verificação cumulativa que a lei estabelece;
 - A quarta alínea deve ser analisada em conjunto com o artigo 15º do Código Comercial que estabelece o seguinte: “as dívidas comerciais do cônjuge comerciante presumem-se contraídas no exercício do seu comércio”. É entendido que o regime deste artigo só se aplica às dívidas comerciais integradas no exercício habitual do comércio do cônjuge comerciante.
- O artigo 1692º contém um elenco geral de dívidas incomunicáveis à qual falta acrescentar as dívidas que onerem doações, heranças ou legados, conforme disposto no artigo 1693º/1.

Bens que respondem pelas dívidas

- Nos termos do artigo 1695º/1, pelas dívidas comunicáveis respondem os bens comuns do casal e, na falta ou insuficiência deles, solidariamente, os bens próprios de qualquer dos cônjuges exceto no regime de separação de bens.

Direito das Pessoas e da Família

Neste regime e, de acordo com o artigo 1695º/2, o património próprio de cada cônjuge responde pela parte da dívida que lhe incumbe.

- Pelas dívidas de exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges respondem os bens próprios do cônjuge devedor e, subsidiariamente, a sua meação nos bens comuns (artigo 1696º/1). Certos bens comuns podem responder com os bens próprios do cônjuge devedor, a título principal, nos termos do nº2 do artigo 1696º. A meação que responde subsidiariamente, nunca é penhorada ou vendida para pagamento de dívidas.

Extinção do vínculo matrimonial

- A extinção do vínculo matrimonial pode assumir duas formas: (i) retroativa, que corresponde à invalidade do casamento e (ii) não retroativa que se identifica com a dissolução do casamento e abrange, nomeadamente, a dissolução por morte e por divórcio. Os valores negativos do casamento civil (celebrado por forma civil ou religiosa) são dois: a inexistência e a anulabilidade. A nulidade é um desvalor exclusivo do casamento católico.
- As causas de inexistência do casamento são unicamente aquelas que o artigo 1628º elenca dado o princípio da tipicidade neste âmbito consagrado pelo artigo 1627º. De realçar que a alínea e) que considerava como inexistente o casamento contraído entre pessoas do mesmo sexo foi revogada pela Lei nº 9/2010 e que o artigo 1629º restringe o âmbito de aplicação da alínea a) do artigo 1628º. O regime da inexistência encontra-se consagrado no artigo 1630º, sendo que importa referir que aqueles que contraíram casamento inexistente podem voltar a casar com terceiros sem estarem obrigados ao respeito do prazo internupcial.
- Novamente devido ao princípio da tipicidade consagrado pelo artigo 1627º não existem outras formas de anulabilidade para além das especificadas na lei, sendo que o artigo 1631º estabelece os três grupos de causas de anulabilidade. O regime da ação de anulação encontra-se nos artigos 1632º, 1639º a 1646º. O nº1 do artigo 1633º aponta situações em que se considera sanada a anulabilidade do casamento. A anulação do casamento implica a cessação dos efeitos do casamento com carácter retroativo (artigos 289º/1 e 1688º), ou seja tudo se

Direito das Pessoas e da Família

passa, em princípio, como se o casamento não tivesse sido celebrado. As partes do casamento anulado podem voltar a casar com outrem, mas têm de observar o prazo internupcial (artigos 1604º/b e 1605º). As disposições testamentárias feitas por um cônjuge em benefício do outro caducam (artigo 2317º/d).

- A morte de um dos cônjuges acarreta a cessação da generalidade dos efeitos pessoais e patrimoniais do casamento (artigo 1688º), que opera para o futuro. Deste modo, pode proceder-se à partilha dos bens do casal. O cônjuge sobrevivente pode casar, após o decurso do prazo internupcial (artigos 1604º/b e 1605º). Apesar da extinção do casamento, as relações de afinidade que liga o cônjuge sobrevivente aos parentes do outro subsistem (artigo 1585º). Com a morte do cônjuge, cabem ao outro os seguintes direitos e prerrogativas:
 - Direito de suceder como herdeiro legal do *de cuius*, se não estiver separado de pessoas e de bens (artigos 2133º/1/ a) e b), nº 3 e 2157º);
 - Direito a ser alimentado pelos rendimentos dos bens deixados pelo falecido, que é conhecido como apanágio do cônjuge sobrevivente (artigo 2018º);
 - Atribuição preferencial, na partilha, do direito de habitação da casa de morada de família e do direito de uso do respetivo recheio (artigos 2103º - A a 2103º-C);
 - Direito à indemnização por danos não patrimoniais sofridos com a morte de vítima, se não estiver separado de pessoas e de bens (artigo 496º/2);
 - A legitimidade para requerer providências preventivas ou atenuantes da ofensa à memória do cônjuge falecido (artigos 71º/2, 73º, 75º/2, 76º/2 e 79º/1);
 - O exercício exclusivo das responsabilidades parentais sobre os filhos menores do casal (artigo 1904º).
- O divórcio é uma causa de dissolução do casamento decretada pelo tribunal ou pelo conservador do registo civil, a requerimento de um ou dos dois cônjuges. São duas as principais classificações de modalidades do divórcio: a primeira contrapõe o divórcio por mútuo consentimento ao divórcio sem consentimento de um dos cônjuges, com base no critério da vontade das partes. A segunda opção

Direito das Pessoas e da Família

o divórcio judicial ao administrativa, atendendo à entidade competente para decretar a dissolução do casamento.

- A primeira classificação é a mais relevante e vem expressamente mencionada no artigo 1773º/1 e condiciona a competência das entidades estatais. O divórcio por mútuo consentimento pode ser: por mútuo consentimento quanto à dissolução do casamento e quanto a matérias complementares ou litigioso quanto a matérias complementares. O divórcio sem consentimento deve ser fundamentado por alguma das causas previstas no artigo 1781º. Se houver acordo dos cônjuges, o divórcio sem consentimento dos cônjuges pode ser convertido em divórcio por mútuo consentimento (artigo 1774º/2).
- O regime do divórcio litigioso em sentido amplo pode ter por base o princípio da culpa ou o princípio da rutura. Com base no primeiro a lei faz depender a obtenção de divórcio litigioso por parte do cônjuge de uma violação culposa dos deveres conjugais pelo outro ou/e sujeita o cônjuge a quem é imputável a consequências patrimoniais negativas no campo da dissolução do casamento. Com base no segundo, o legislador regula, em regra, os pressupostos e os efeitos do divórcio sem o consentimento de um dos cônjuges, abstraindo da questão da responsabilidade na rutura.
- O divórcio por mútuo consentimento é tendencialmente administrativo, porém há que atender ao disposto no art. 1778º. Havendo consenso quanto ao pedido de divórcio, mas divergência relativamente aos assuntos que deviam ser objeto de acordo entre as partes, o divórcio por mútuo consentimento terá de ser requerido no tribunal. O divórcio litigioso em sentido amplo é necessariamente judicial: só pode ser requerido no e decretado pelo tribunal.
- O direito ao divórcio tem consagração constitucional conforme resulta do art. 36º/2 da mesma e tem as seguintes características:
 - **Direito Potestativo** – produz um efeito jurídico na esfera de outra pessoa levando à extinção da relação matrimonial;
 - **Direito pessoal e intransmissível** – pertence aos cônjuges enquanto tais, pelo que tem de ser exercido pelos próprios, porém existem algumas exceções previstas nos artigos: 1775º/1 e 1785º;

Direito das Pessoas e da Família

- **Direito Irrenunciável** – decorre da sua conexão com a liberdade matrimonial e a tutela da personalidade permitindo a reaquisição da capacidade matrimonial e põe fim a um compromisso com alcance amplo no plano pessoal.
- O art. 1778º consagra o princípio de que o divórcio tem juridicamente os mesmos efeitos da dissolução por morte. Por conseguinte, o divórcio determina a cessação da generalidade dos efeitos pessoais e patrimoniais do casamento (art. 1688º) que opera para o futuro. O divórcio permite a partilha dos bens do casal e o cônjuge divorciado pode voltar a casar, após decurso do prazo internupcial (arts. 1604º/b) e 1605º).
- O divórcio provoca diferentes efeitos consoante estejam em causa efeitos predominantemente pessoais, efeitos predominante patrimoniais *inter partes* ou efeitos patrimoniais perante terceiros. Os primeiros produzem-se a partir do trânsito em julgado da sentença ou do despacho do conservador que decretar o divórcio (arts. 1789º/1/1ª parte e 1776º/3). A cessão dos segundos produz-se, por retroação, à data da apresentação do requerimento de divórcio (art. 1789º/1/2ª parte e lógica do art. 1776º/3). Se a separação de facto entre os cônjuges estiver provada no processo judicial, qualquer deles pode requerer que os efeitos do divórcio produzam efeito, por retroação, à data que a sentença fixará como sendo a do início daquela separação (art. 1789º/2). No entanto, os efeitos patrimoniais do divórcio só podem ser opostos a terceiros, a partir da data do registo do divórcio (arts. 1789º/3 e 1776º/3).

União de Facto

- A união de facto identifica-se com a convivência de duas pessoas em condições análogas às dos cônjuges ou com uma coabitação, na tripla vertente de comunhão de leito, mesa e habitação. Esta figura é regulada pela Lei nº7/2001 de 11 de Maio, na versão da Lei nº 23/2010.
- A união de facto distingue-se do casamento, no plano da constituição, dos efeitos e da extinção. A união de facto forma-se logo que os sujeitos vivam em coabitação, não sendo necessária uma cerimónia ou qualquer outra forma

Direito das Pessoas e da Família

especial. A lei não prevê direitos e deveres que vinculem reciprocamente os membros da união de facto, nem estabelece regras próprias em matéria de administração e disposição de bens ou de dívidas. E a ligação entre os companheiros dissolve-se pela mera vontade de uma das partes, sem que se exija uma intervenção estatal ou um especial formalismo.

- A união de facto é uma figura que se demarca também do chamado concubinato duradouro, a que alude o art. 1871/1/c). Na união de facto, há comunhão de leito, mesa e habitação; no concubinato duradouro, não há comunhão de mesa e habitação, verificando-se apenas um relacionamento sexual estável. À economia comum falta o elemento da comunhão sexual, sendo esta a distinção entre tal figura e a união de facto. A união de facto pode ser heterossexual ou homossexual e ainda protegida ou não protegida, sendo que a primeira é aquela que goza das medidas de proteção previstas na Lei da União de Facto (LUF).
- Só se goza das medidas de proteção previstas na LUF se a união de facto em causa preencher cumulativamente dois requisitos: (i) duração superior a dois anos e (ii) inexistência dos impedimentos estabelecidos no art. 2º da referida Lei. Quando existe uma separação seguida de uma reconciliação tem se em conta que esta origina uma nova união com os mesmos membros da anterior. Contudo se os mesmos se separam, mas não existe um propósito de por fim à comunhão de habitação o prazo apenas se suspende. Quanto aos impedimentos estabelecidos no art. 2º da LUF estes correspondem aos impedimentos dirimentes ao casamento, com uma alteração quanto ao impedimento do vínculo (art.1601º/c), uma vez que é atribuída proteção à união de facto composta por uma pessoa casada quando ela esteja separada de pessoas e bens, e outra quanto ao impedimento da idade, exigindo-se idade superior à nupcial.
- No domínio da filiação biológica o art. 1871º/1/c estabelece uma presunção *iuris tantum* de paternidade do filho concebido na constância da união de facto, relevante no âmbito da ação de investigação. No âmbito das responsabilidades parentais estas aplicam-se na união de facto, na mesma exata medida que se aplicam no âmbito dos filhos concebidos na constância do matrimónio.
- As disposições legais sobre efeitos do casamento não se aplicam em bloco à união de facto, porém há algumas normas próprias da união conjugal. Os

Direito das Pessoas e da Família

membros da união de facto estão naturalmente vinculados ao dever geral de respeito, que é mais intenso sempre que existe uma relação de intimidade, proximidade ou dependência entre as pessoas. Contudo deveres como a fidelidade, coabitação, cooperação e outros são deveres morais ou éticos dos membros da união de facto. Poderá haver entre os companheiros uma obrigação natural de alimentos, subordinada às normas dos arts. 402º a 404º do CC; ou até uma obrigação de alimentos judicialmente exigível, desde que as partes tenham celebrado validamente um negócio jurídico (art. 2014º/1). Em caso de morte ou lesão corporal daquele que prestava alimentos ao companheiro, no cumprimento de uma obrigação natural ou judicialmente exigível, o beneficiário tem direito a indemnização, nos termos do art. 495º/3.

- A lei não estabelece, para a união de facto, regras semelhantes às do casamento em matéria de regimes de bens, administração, disposição e dívidas, pelo que tais regras não são, em princípio, aplicáveis à união de facto. No entanto, é analogicamente aplicável à união de facto o art. 1691º/1/b), que institui a comunicabilidade das dívidas contraídas para ocorrer aos encargos normais da vida familiar. A norma em apreço destina-se a tutelar a confiança de terceiro. Para um terceiro que desconhece a ausência de matrimónio, a união de facto não se distingue da união conjugal. E estando em causa dívidas de pequena monta, não lhe é exigível que apure se a aparência de união conjugal corresponde ou não é a realidade.
- O art. 8º/1 da LUF prevê três causas de dissolução da união de facto protegida: (i) a morte de um dos membros, (ii) rutura, (iii) por vontade de um ou de ambos os companheiros e o casamento de um dos unidos de factos com o outro ou com o terceiro. Estas causas de cessação da união de facto são comuns quer à união de facto protegida como à não protegida.
- A liquidação dos interesses patrimoniais no caso de rutura é tida como um dos aspetos da maior relevância nas relações dos companheiros entre si. Para certa doutrina, cessada a união de facto, “cada um dos sujeitos da relação tem direito a participar na liquidação do património adquirido pelo esforço comum”, devendo essa liquidação fazer-se “de acordo com os princípios das sociedades de facto quando os respetivos pressupostos se verificarem”. Na jurisprudência,

Direito das Pessoas e da Família

havendo património adquirido pelo esforço comum, admite-se que a respetiva liquidação seja feita de harmonia com as regras do instituto do enriquecimento sem causa ou com os princípios das sociedades de facto.

- Contudo, a ausência de finalidade lucrativa da comunhão de vida em que se traduz a união de facto opõe-se ao uso da construção da sociedade de facto. Por conseguinte, a composição dos interesses patrimoniais em conflito assentará no instituto do enriquecimento sem causa. Seja como for, é preciso ter em conta que a coabitação cria confusão quanto à titularidade de bens móveis não sujeitos a registo (vulgo o recheio da casa). Não se conseguindo demonstrar a propriedade exclusiva de um dos membros da união de facto, entende-se, por presunção natural ou judicial, que esses bens pertencem em compropriedade (e em quotas iguais) aos membros, pelo que qualquer um deles poderá requerer a divisão da coisa comum (arts. 1412º e 1413º).



Direito das Pessoas e da Família

Exame – Março 2015

Tempo: 180 minutos

Cotação: 1 – 10 valores; 2 – 10 valores (2,5 * 4)

I

“David Beckham perdeu o processo de 25 milhões de dólares (cerca de 18,5 milhões de euros) contra a publicação "In Touch".

O jogador acusava a revista de difamação por ter publicado um artigo, onde a prostituta Irma Nici afirmava ter passado uma noite com o jogador e outra mulher, em agosto de 2007, em Nova Iorque” (www.expresso.pt).

Imagine que é advogado(a) de David Beckham. Que argumentos utilizaria, em matéria de direitos de personalidade, numa ação proposta contra a revista (admitindo a aplicação da lei portuguesa)?

E se fosse advogado(a) da revista, como se defenderia?

II

Comente as seguintes afirmações:

✓ 1 – Uma associação pode desenvolver atividades lucrativas.

② A separação de bens é o melhor regime se um dos cônjuges for comerciante.

3 – O desaparecimento sem notícias pode ter consequências diversas consoante as circunstâncias em que ocorrer.

④ A união de facto constitui uma fonte de relações jurídicas familiares.



Direito das Pessoas e da Família

Exame – 5 de fevereiro de 2015

Tempo: 180 minutos

I

António, conhecido político, atual candidato à presidência da república, e Benedita, estrela de televisão, encontram-se num processo de separação complexo.

Nos últimos dias de vida em comum, após várias agressões de António, Benedita decidiu colocar uma câmara no quarto de ambos para garantir que conseguiria depois mostrar a todos a ~~for~~ma como era tratada por António.

1 – Benedita poderia ter colocado a câmara no quarto que partilhava com António, filmando tudo o que aí se passava? (Máximo de meia página; 4 valores)

A câmara filmou efetivamente uma agressão de António a Benedita.

Carlos, jornalista, tem acesso ao ficheiro e pretende saber se pode publicar o vídeo na página da Internet do jornal em que trabalha.

2 – Carlos pode publicar o vídeo? (Máximo de uma página; 6 valores)

II

Duarte e Eduardo vão casar em breve, mas pretendem ter a certeza de que tomam uma decisão correta no que respeita ao regime de bens.

Imagine que é consultado(a) por Duarte e Eduardo.

3 – Que questões colocaria a ambos para conseguir aconselhá-los da forma mais adequada (explique a relevância de cada uma das questões)? (Máximo de uma página; 7 valores)

4 – Indique, em cada um dos casos, o que têm de fazer Duarte e Eduardo, no processo relativo ao casamento, no caso de optarem pelo regime da comunhão de adquiridos, pelo regime da comunhão geral ou pelo regime da separação. (Máximo de meia página; 3 valores)

Queremos agradecer a todos os alunos
que tornaram possível a realização da
Linha de Sebentas AEFDUNL.

Informamos que não nos
responsabilizamos por possíveis erros
que as sebentas possam conter.

Qualquer sugestão que tenhas ou erro
que detetes por favor contacta a AE
através do dep.pedagogico@ae.fd.unl.pt.